

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Camilla Machado Cruz

**A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO:
O DISCURSO SOBRE IGUALDADE EM MANUAIS DE LINGUAGEM
INCLUSIVA DE GÊNERO DO BRASIL**

Santa Maria, RS
2023

Camilla Machado Cruz

**A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGÜÍSTICO: O DISCURSO SOBRE
IGUALDADE EM MANUAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Linha de Pesquisa Língua, Sujeito e História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Estudos Linguísticos**.

Orientadora: Profa. Dra. Taís da Silva Martins

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Cruz, Camilla Machado

A manualização do saber linguístico: o discurso sobre igualdade em manuais de linguagem inclusiva de gênero do Brasil / Camilla Machado Cruz.- 2023.

116 p.; 30 cm

Orientadora: Taís da Silva Martins

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2023

1. Manualização 2. Discurso 3. Manuais de Linguagem 4. Linguagem Inclusiva 5. Análise do Discurso I. Martins, Taís da Silva II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, CAMILLA MACHADO CRUZ, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Camilla Machado Cruz

**A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO: O DISCURSO SOBRE
IGUALDADE EM MANUAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Linha de Pesquisa Língua, Sujeito e História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Estudos Linguísticos**.

Aprovada em 11 de maio de 2023.

Taís da Silva Martins, Doutora (UFSM)
(Presidente/Orientadora)
(por parecer)

Dantielli Assumpção Garcia, Doutora (UNIOESTE)
(por videoconferência)

Eliana Rosa Sturza, Doutora (UFSM)
(por parecer)

Santa Maria, RS
2023

Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam por uma sociedade mais
igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial ao meu pai, Milton e à minha mãe, Simone, por sempre sonhar este sonho junto comigo, estando presente nos momentos de ausência, na incompletude do que não foi dito, mas poderia ter sido, não fosse a convocação de longos momentos de escrita solitária.

Sou grata à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por me dar um lar acadêmico e fazer com que uma formação de graduação pudesse avançar para a pós-graduação, brindando-me com suas incríveis bibliotecas, docentes, discentes, laboratórios, projetos, espaços cheios de fazer científico e comunitário, assim como pessoas inspiradoras.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por possibilitar-me, em uma cidade diferente daquela onde nasci, acesso a uma formação de qualidade, tecnológica, repleta de livros, aulas, eventos acadêmicos, pessoas queridas e descobertas científicas.

Agradeço à Professora Taís da Silva Martins, por constantemente questionar-me, fazer-me repensar acerca do que busquei expressar, bem como impulsionar-me a ir além da obviedade aparente que afeta e limita nosso fazer científico.

Agradeço à banca examinadora, composta pela Professora Eliana Sturza e pela Professora Dantielli Assumpção Garcia, por contribuir com um rigor científico e com um olhar cuidadoso e pertinente sobre esta pesquisa, sem os quais não seria possível construir este texto com qualidade e relevância acadêmica.

Agradeço, especialmente, a cada colega e a cada docente das aulas de pós-graduação, por compartilharem momentos inesquecíveis e de grande reflexão, ainda que através das telas de computador, devido à pandemia do coronavírus.

Sou grata ao PET – Programa de Educação Tutorial Letras da UFSM e ao Laboratório Corpus, por proporcionar-me discussões produtivas, no âmbito da universidade, sobre a linguagem inclusiva, tema desta pesquisa.

Agradeço às amigas e aos amigos, especialmente às amigas Neosane e Thágila, verdadeiras companheiras no percurso acadêmico, por compreenderem meus momentos de profunda introspecção para que eu pudesse me dedicar intensamente a este trabalho, assim como por apoiarem meus estudos sem estabelecer limites para meus horizontes.

“Seja qual for a liberdade pela qual lutamos, deve ser uma liberdade baseada na
igualdade”. (Judith Butler)

RESUMO

A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO: O DISCURSO SOBRE IGUALDADE EM MANUAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO DO BRASIL

AUTORA: Camilla Machado Cruz
ORIENTADORA: Taís da Silva Martins

Este estudo apresenta uma análise discursiva, com base na Análise do Discurso (AD) francesa, articulada à História das Ideias Linguísticas (HIL), de dois manuais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros, publicados digitalmente, de autoria de instituições político-governamentais de relevante representatividade política no Brasil: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS). Os manuais analisados são os seguintes: “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017) e “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021). O objetivo desta pesquisa é compreender como ocorre o processo de manualização do saber linguístico em manuais de linguagem inclusiva brasileiros, por meio de uma análise embasada no aparato teórico-metodológico da AD, mobilizando conceitos, como: discurso, língua, formação discursiva, formação ideológica (PÉCHEUX, 2014a) e discurso digital (DIAS, 2015). Segundo a HIL, entendemos o manual enquanto um instrumento linguístico-tecnológico (AUROUX, 2014), bem como parte do processo de manualização (PUECH, 1998). Precisamos ir além da AD e da HIL para realizar estas análises, visto que é imprescindível basear-se no conceito de gênero performativo (BUTLER, 2015). Enfatizamos que essa análise discursiva se estabelece em três momentos. Primeiramente, elencamos manuais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros, elegidos por serem atuais, concisos e disponíveis gratuitamente na internet. Em um segundo momento, para elaborar o *corpus* de pesquisa, escolhemos dois manuais. Em um terceiro momento, analisamos, conforme as etapas analíticas propostas por Orlandi (2020a). Vale dizer que a análise discursiva foi realizada pensando a produção de sentidos segundo a teoria pecheutiana, perpassando a relação entre o sujeito, a língua, a ideologia e a história. Dito isso, desde nossos gestos de interpretação, as sequências discursivas analisadas apresentam discursos que produzem sentidos sobre igualdade em instituições determinadas socio-historicamente. Reiteramos que buscamos compreender como se organizam os sentidos, em um processo de manualização, através de uma análise do discurso sobre igualdade, considerando a emergência da publicação de manuais de linguagem inclusiva no Brasil, a partir do início da segunda década do século XXI, acontecimento que simboliza uma potencial produção científica da Linguística, aos campos do saber da AD e da HIL.

Palavras-chave: Manualização. Discurso. Manuais de linguagem. Linguagem inclusiva. Análise do Discurso.

ABSTRACT

THE MANUALIZATION OF LINGUISTIC KNOWLEDGE: THE DISCOURSE ABOUT EQUALITY IN GENDER INCLUSIVE LANGUAGE MANUALS FROM BRAZIL

AUTHOR: Camilla Machado Cruz

ADVISOR: Taís da Silva Martins

This study presents a discursive analysis, based on the French Discourse Analysis (DA), articulated to the History of Linguistic Ideas (HIL), of two Brazilian gender-inclusive language manuals, digitally published, authored by relevant political and governmental institutions. Political representation in Brazil: *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE) and *Simulação das Nações Unidas para Secundaristas* (SINUS). The manuals analyzed are the following: “*Manual de linguagem inclusiva* (SINUS, 2017) and *Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social* (TSE, 2021). The objective of this research is to understand how the process of manualization of linguistic knowledge occurs in Brazilian inclusive language manuals, through an analysis based on the theoretical-methodological apparatus of DA, mobilizing concepts such as: discourse, language, discursive formation, ideological formation (PÉCHEUX, 2014a) and digital discourse (DIAS, 2015). According to HIL, we understand the manual as a linguistic-technological instrument (AUROUX, 2014), as well as part of the manualization process (PUECH, 1998). We need to go beyond DA and HIL to carry out these analyses, since it is essential to be based on the concept of performative gender (BUTLER, 2015). We emphasize that this discursive analysis is established in three moments. First, we list Brazilian gender-inclusive language manuals, chosen for being current, concise and freely available on the internet. In a second moment, to elaborate the research *corpus*, we chose two manuals. In a third moment, we analyzed, according to the analytical steps proposed by Orlandi (2020a). It is worth mentioning that the discursive analysis was carried out thinking about the production of meanings conforming to Pecheutian theory, permeating the relationship between the subject, language, ideology and history. That said, from our interpretation gestures, the analyzed discursive sequences present discourses that produce meanings about equality in socio-historically determined institutions. We reiterate that we seek to understand how the senses are organized, in a process of manualization, through an analysis of the discourse on equality, considering the emergence of the publication of inclusive language manuals in Brazil, from the beginning of the second decade of the 21st century, an event which symbolizes a potential scientific production of Linguistics, to the fields of knowledge of AD and HIL.

Keywords: Manualization. Discourse. Language manuals. Inclusive Language. Discourse Analysis.

RESUMEN

LA MANUALIZACIÓN DEL SABER LINGÜÍSTICO: EL DISCURSO ACERCA DE IGUALDAD EN MANUALES DE LENGUAJE INCLUSIVO DE GÉNERO DE BRASIL

AUTORA: Camilla Machado Cruz
SUPERVISORA: Taís da Silva Martins

Este estudio presenta un análisis discursivo con base en la Análisis del Discurso (AD) francesa, en articulación con la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL), de dos manuales de lenguaje inclusivo de género brasileños, publicados digitalmente, de autoría de instituciones político-gubernamentales de relevante representatividad política en Brasil: *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE) y *Simulação das Nações Unidas para Secundaristas* (SINUS). Los manuales que se analizan son los siguientes: *Manual de linguagem inclusiva* (SINUS, 2017) y *Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social* (TSE, 2021). El objetivo de esta investigación es comprender cómo ocurre el proceso de manualización del saber lingüístico en manuales de lenguaje inclusivo brasileños, por medio de un análisis basado en el aparato teórico-metodológico de la AD, al movilizar conceptos, como: discurso, lengua, formación discursiva, formación ideológica (PÊCHEUX, 2014a) y discurso digital (DIAS, 2015). Según la HIL, entendemos el manual como un instrumento lingüístico-tecnológico (AUROUX, 2014), así como parte del proceso de manualización (PUECH, 1998). Necesitamos ir más allá de la AD y de la HIL para realizar estos análisis, puesto que es imprescindible basarse en el concepto de género performativo (BUTLER, 2015). Señalamos que este análisis discursivo se establece en tres momentos. Primero, listamos manuales de lenguaje inclusivo de género brasileños, elegidos por su actualidad, concisión y disponibilidad gratuita en internet. En un segundo momento, para elaborar el *corpus* investigativo, elegimos dos manuales. En un tercer momento, analizamos, conforme las etapas analíticas propuestas por Orlandi (2020a). Es importante mencionar que el análisis discursivo se realizó al pensar la producción de sentidos según la teoría pecheutiana, pasando por la relación entre el sujeto, la lengua, la ideología y la historia. Dicho esto, desde nuestros gestos de interpretación, las secuencias discursivas en análisis presentan discursos que producen sentidos sobre igualdad en instituciones determinadas socio históricamente. Reiteramos que buscamos comprender cómo se ordenan los sentidos en un proceso de manualización, a través de un análisis del discurso acerca de la igualdad, considerando la emergencia de la publicación de manuales de lenguaje inclusivo en Brasil, a partir del principio de la segunda década del siglo XXI, acontecimiento que simboliza una potencial producción científica de la Lingüística, hacia los campos del saber de la AD y de la HIL.

Palabras clave: Manualización. Discurso. Manuales de lenguaje. Lenguaje inclusivo. Análisis del Discurso.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 — Capa do “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017).....	62
FIGURA 2 — SD1: “O <i>falso neutro</i> ”	64
FIGURA 3 — SD2: “O <i>falso neutro</i> ”	68
FIGURA 4 — SD3: “O <i>falso neutro</i> ”	71
FIGURA 5 — SD4: “Deixando o X e outras formas de neutralização da linguagem para trás”	73
FIGURA 6 — SD5: “Formas não sexistas de linguagem”	76
FIGURA 7 — SD6: “A escolha pelo feminino da SiNUS 2017”	78
FIGURA 8 — Capa do “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021).....	81
FIGURA 9 — SD7: “Apresentação”	84
FIGURA 10 — SD8: “Apresentação”	86
FIGURA 11 — SD9: “Apresentação”	88
FIGURA 12 — SD10: “Apresentação”	90
FIGURA 13 — SD11: “Por uma escrita inclusiva”	91
FIGURA 14 — SD12: “Como podemos falar de forma não sexista e neutra?”	92

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 — Sistematização das etapas da análise.....	55
QUADRO 2 — Resumo das FD referentes aos manuais analisados.....	94
QUADRO 3 — Listagem das SD de FD binária e de FD não binária.....	95
QUADRO 4 — O discurso sobre a língua no manual da SINUS (2017).....	96
QUADRO 5 — O discurso sobre a linguagem nos manuais analisados.....	97

LISTA DE SIGLAS

AD	ANÁLISE DO DISCURSO
AIE	APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO
BPL	BANCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE LÍNGUA NO BRASIL
DLV	DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
FD	FORMAÇÃO DISCURSIVA
FI	FORMAÇÃO IDEOLÓGICA
GAP	GABINETE DE PROJETOS
HIL	HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS
LINS	LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO SEXISTA
PPGL	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
SD	SEQUÊNCIA DISCURSIVA
SINUS	SIMULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA SECUNDARISTAS
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 UM OLHAR DISCURSIVO E POLÍTICO SOBRE A LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO NO BRASIL.....	18
1.2 LÍNGUA, DISCURSO E GÊNERO: A LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO.....	20
1.2.1 As ondas do movimento feminista e seus impactos político-sociais: gênero, discurso e historicidade.....	26
1.2.2 A legislação sobre linguagem inclusiva de gênero no Brasil: embates políticos e ideológicos sobre a língua.....	35
2 A GRAMATIZAÇÃO E A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO EM DISCURSIVIDADE: UM CAMINHO ANALÍTICO POSSÍVEL.....	41
2.1 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO E DE MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO E OS GUIAS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO.....	45
2.2 ANÁLISE DO DISCURSO EM ARTICULAÇÃO COM A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	48
3 A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO EM GUIAS DIGITAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO BRASILEIROS NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DISCURSIVA.....	51
3.1 ARQUIVO E <i>CORPUS</i> : GUIAS DIGITAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO BRASILEIROS.....	51
3.2 O DISCURSO SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO EM GUIAS/MANUAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DIGITAIS BRASILEIROS.....	60
3.2.1 “Manual de linguagem inclusiva”, da SINUS, uma instituição intergovernamental.....	61
3.2.2 “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social”, do TSE, uma instituição governamental brasileira.....	80
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE A – ARQUIVO DE PESQUISA: LISTA DE MANUAIS/GUIAS DE LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO SELECIONADOS PARA ANÁLISE.....	114

ANEXO A – QR CODE PARA ACESSO DIGITAL AO “MANUAL DE LINGUAGEM INCLUSIVA” (SINUS, 2017).....	115
ANEXO B – QR CODE PARA ACESSO DIGITAL AO “GUIA DE LINGUAGEM INCLUSIVA PARA FLEXÃO DE GÊNERO: APLICAÇÃO E USO COM FOCO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL” (TSE, 2021).....	116

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos uma análise de manuais/guias¹ de linguagem inclusiva de gênero brasileiros, publicados no espaço digital, especificamente em sites de livre acesso, no século XXI, a fim de compreender como ocorre a manualização do saber linguístico, sendo esse o objetivo geral da pesquisa apresentada nesta dissertação, tendo em vista o discurso sobre igualdade de gênero que constitui tais manuais.

Para tanto, nosso aporte teórico-metodológico se ancora na perspectiva teórico-analítica da Análise do Discurso (doravante AD) de matriz francesa, fundada pelo filósofo-linguista francês Michel Pêcheux, em articulação com a História das Ideias Linguísticas (doravante HIL), no que se refere aos conceitos de gramatização, conforme o filósofo da linguagem francês Sylvain Auroux (2014), bem como de manualização, segundo o linguista francês Christian Puech (1998).

Nessa perspectiva, é preciso mencionar que, desde a perspectiva teórica da HIL que se delineou no Brasil numa relação interdisciplinar com a AD, “[...] quaisquer práticas técnicas são, necessariamente, práticas políticas” (FERREIRA, 2018, p. 27).

Para alcançar o objetivo geral de nossa investigação, nos propomos a atingir os objetivos específicos a seguir: conhecer o discurso presente em guias de linguagem inclusiva publicados no Brasil; identificar quais as formações discursivas contempladas no discurso de tais guias; interpretar como a ideologia e as condições de produção influenciam na manualização do saber linguístico; conhecer quais os efeitos de sentido de igualdade de gênero no discurso; analisar se o discurso que permeia os guias de linguagem inclusiva publicados no Brasil busca a inclusão de diversos gêneros.

Considerando a ascensão da publicação de guias/manuais de linguagem inclusiva de gênero digitais publicados no Brasil, é importante ressaltar que o arquivo desta pesquisa está formado de guias/manuais de linguagem inclusiva publicados entre os anos de 2014 e 2021 (consultar apêndice A).

É pertinente elucidar que compreendemos o arquivo desde uma perspectiva materialista, isto é, não como um simples repositório, mas como materialidade histórica da língua e fonte do funcionamento da discursividade, sendo constituído

¹ Esclarecemos que utilizamos os termos “guia” e “manual” como sinônimos nesta dissertação, ainda que consideremos que nenhuma palavra tem correlação total com outra.

materialmente por outros dizeres que ressoam no discurso, em uma conjuntura discursiva determinada (FILHO, 2022a).

Nesta pesquisa, selecionamos guias de linguagem inclusiva de gênero brasileiros, publicados digitalmente entre os anos 2014 e 2021, para constituir o arquivo de nosso estudo. O *corpus* de análise se constitui de dois manuais que foram selecionados devido aos seguintes fatores: atualidade de publicação (2017 e 2021), facilidade de acesso, assim como possibilidade de relação discursiva entre o simbólico e o político. Lembrando que o termo político, para a AD, é compreendido discursivamente como as simbolizações de relação de poder que transpassam o texto² de forma direcionada. Assim, em tais guias/manuais, nos propomos a analisar como ocorre a manualização do saber linguístico, pensando o discurso sobre linguagem inclusiva que se apresenta.

Igualmente, é relevante explicar que os guias/manuais analisados foram selecionados em virtude de serem guias publicados somente no espaço digital de âmbito brasileiro, em língua portuguesa, assim como por serem classificados como guias/manuais de linguagem inclusiva de gênero, os quais foram produzidos para instruir o uso de uma linguagem inclusiva de gênero a partir de orientações da Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS) e do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE).

Dito isso, é fundamental mencionar, bem como descrever brevemente, os dois guias/manuais de linguagem inclusiva de gênero que são analisados neste estudo, a saber: “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017), publicado pela Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (consultar anexo A); e “Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero: Aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (consultar anexo B).

O primeiro manual a constituir o *corpus* deste trabalho é o “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017), o qual foi publicado em Brasília/Distrito Federal³, em 2017, pela Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, que consiste em

² Neste trabalho, compreendemos o texto conforme Orlandi (2020b), como uma unidade significativa heterogênea da língua, assim como um objeto linguístico e sócio-histórico.

³ É a capital federal do Brasil e a sede de governo do Distrito Federal. Está localizada na região Centro-Oeste do país, na região geográfica denominada Planalto Central. É a maior cidade do mundo construída no século XX. Inaugurada em 1960, tornou-se a terceira capital do Brasil. A partir da idealização do presidente Juscelino Kubitschek e do projeto do urbanista Lúcio Costa e do arquiteto Oscar Niemeyer, originou-se Brasília, considerada um Patrimônio Mundial pela Unesco devido ao seu conjunto arquitetônico e urbanístico.

um projeto de extensão do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). As 20 edições desse projeto, sendo a de 2017 (ano na publicação do manual analisado) a 15ª edição e a de 2022 (ano de início desta pesquisa) a 20ª edição, contemplam um modelo de simulações, especificamente no Ensino Médio, referência para a Organização das Nações Unidas (ONU), relevante organização de caráter intergovernamental, ou seja, uma instituição global que funciona com base na cooperação de 193 Estados-membros na atualidade.

O segundo manual a ser contemplado nesta análise é o “Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero: Aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), também na cidade de Brasília/Distrito Federal, em 2021. Tal tribunal, instituição governamental de jurisdição nacional, é considerado a instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral Brasileira, atuando em conjunto com os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), com a proposição de administrar os processos eleitorais estaduais e municipais em território brasileiro.

Nos colocamos em consonância com Auroux (2014), posto que, de acordo com seus estudos, a língua não existe em si, senão enquanto unidade descritível e discernível, possibilitada pelos instrumentos linguísticos, como no caso dos manuais. Na busca de estabelecer um entremeio teórico entre os domínios da AD e da HIL, relacionamos a língua ao sujeito, à ideologia, ao discurso, à memória, ao político e à história. Nessas relações de tensão, um terreno analítico fecundo, embora árido, toma forma, para além das fronteiras teóricas.

Esse lugar de entremeio proporciona uma análise que vincula o processo de manualização do saber linguístico com o processo de produção e de circulação de sentidos. Essa articulação ressoa a partir do discurso sobre igualdade de gênero dos manuais/guias de linguagem inclusiva de gênero selecionados, os quais são tomados, neste trabalho, como instrumentos linguísticos dotados de discursividade.

Dessa forma, ordenamos nossa dissertação do seguinte modo:

No capítulo 1, intitulado **Introdução**, apresentaremos possíveis relações entre língua, discurso e gênero, com o propósito de refletir sobre a linguagem inclusiva de gênero conforme uma perspectiva discursiva pecheutiana. Ademais, teceremos algumas considerações sobre a legislação que versa acerca da linguagem inclusiva no Brasil, visando a contribuir com o entendimento da potencialidade dos embates políticos e ideológicos sobre a língua, que se instauram socialmente.

No capítulo 2, intitulado **A gramatização e a manualização do saber linguístico em discursividade: um caminho analítico possível**, nos proporemos a discorrer sobre o processo de gramatização e de manualização do saber linguístico no que concerne aos guias de linguagem inclusiva digitais brasileiros. Desse modo, descreveremos como a AD e a HIL, numa articulação teórico-metodológica, possibilitam que a análise seja realizada.

No capítulo 3, intitulado **A manualização do saber linguístico em guias de linguagem inclusiva digitais brasileiros no século XXI: uma análise discursiva**, desenvolveremos nossa análise, partindo da descrição aprofundada do arquivo e do *corpus* que fundamentam esta pesquisa. Ao analisar os dois guias/manuais digitais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros, descritos previamente de forma sucinta, desde o nosso gesto de interpretação, teceremos considerações acerca da produção e a circulação de discurso sobre igualdade de gêneros em tais manuais.

No capítulo 4, intitulado **Considerações Finais**, destacaremos como esta pesquisa contribuiu com os objetivos propostos inicialmente, de modo a considerar as simbolizações e o imaginário sobre os gêneros dos sujeitos na língua portuguesa, tendo em vista noções como discursividade, inclusão, igualdade de gênero e subjetividade. Assim, discorreremos, de forma conclusiva, acerca dos efeitos de sentido produzidos a partir dos manuais analisados.

No caminho de pesquisa que formulamos, nós nos projetamos em direção a uma reflexão sobre a produção e a circulação do discurso sobre a igualdade de gênero em manuais/guidas de linguagem inclusiva publicados digitalmente no Brasil. Esse percurso nos permite compreender como ocorre a manualização do saber linguístico por meio de discursividades que se materializam pela língua, numa busca por nomear e visibilizar os sujeitos que clamam e lutam incessantemente por igualdade, na contemporaneidade brasileira do século XXI.

1.1 UM OLHAR DISCURSIVO E POLÍTICO SOBRE A LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO NO BRASIL

No primeiro capítulo desta dissertação, trataremos de introduzir conceitos como: “língua”, “discurso”, “gênero” e “linguagem”, para refletir, posteriormente, acerca de como elas se relacionam nesta pesquisa, a qual possui como objetivo geral compreender como ocorre o processo de manualização da linguagem inclusiva em

manuais de linguagem inclusiva brasileiros. Ademais, este capítulo buscará refletir como a legislação sobre a linguagem inclusiva, nas condições de produção da sociedade brasileira no século XXI, pode afetar o discurso de igualdade em manuais publicados no Brasil.

Salientamos que, discursivamente, essas relações são consideradas pelo viés teórico-metodológico da Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa, especificamente pecheutiana, a qual foi fundada pelo filósofo-linguista Michel Pêcheux, no final da década de 1960, na França, bem como difundida pela analista de discurso brasileira Eni Puccinelli Orlandi e seus colaboradores, no Brasil.

O campo de estudos da AD é uma disciplina de entremeio constituída fundamentalmente em conjunto com outras disciplinas: a Linguística, o Materialismo Histórico (Marxismo⁴) e a Psicanálise. Ao explicitar que a AD é uma disciplina de entremeio, nos colocamos em consonância com os estudos de Orlandi (2020b), visto que entendemos que ela é uma disciplina feita por meio de uma relação de contradição com outras, sem que haja acumulação de conhecimentos ou saturação de discussão de seus pressupostos.

Vale mencionar uma descrição da importância teórica e política de Michel Pêcheux, realizada por Eni Puccinelli Orlandi (2019), em uma entrevista ao *Contradit*, o Coletivo de Trabalho: Discurso e Transformação⁵:

Michel Pêcheux ressignificou o campo das ciências humanas e sociais, tornou tangível o jogo da ideologia, pela análise de discurso; promoveu o conhecimento da linguagem - com a noção de discurso que inaugurou - a um divisor epistemológico, em relação a todo desenho disciplinar do século XIX, configurando seu domínio; tirou o sujeito e o sentido do armário em que eram postos, pela semântica, como nível de análise linguística; propiciou uma mudança na história das ideias linguísticas, deu outros sentidos ao materialismo. Ele redimensiona e dá um estatuto teórico ao político, e também ao social e ao histórico, em novas bases a partir da relação com a linguagem, pensando os sujeitos em si e entre si. Potencializa assim a sua compreensão. E seu legado maior é que fez tudo isso dando importância à opacidade, ao equívoco, ao não estabilizado. Em suma, pensando a relação da linguagem com a ideologia. (ORLANDI, 2019, p. 89).

O linguista francês Maingueneau (2015, p. 19) enfatiza que a partir de Pêcheux, a AD “[...] se ancora, simultaneamente, no marxismo do filósofo L. Althusser, na psicanálise de J. Lacan e na linguística estrutural, três empreendimentos que

⁴ Referente à teoria do filósofo e sociólogo alemão Karl Marx, da qual a AD pecheutiana incorporou, como instrumento analítico, a questão das relações de classe na sociedade para pensar o discurso.

⁵ Coletivo de intervenções e trabalhos pecheutianos, composto por estudiosos em estágio de doutorado, pós-doutorado, pesquisa e professorado.

dominam, nesse momento, a cena intelectual”. Para complementar acerca da relevância fundamental do teórico, citamos Filho (2013, p. 3): “Michel Pêcheux toma como tarefa construir um dispositivo de leitura que dê conta de intervir na luta política a partir da teoria.”

Igualmente, é imprescindível explicitar que as relações entre os conceitos que serão abordados especialmente neste capítulo são consideradas, ao longo dos demais capítulos, desde a perspectiva da História das Ideias Linguísticas (doravante HIL), campo teórico que nos ajuda a mobilizar conceitos como “gramatização” e “manualização”, conforme estes estudiosos franceses: Sylvain Auroux, filósofo da linguagem, e Christian Puech, linguista.

Isso posto, podemos afirmar que partir do lugar teórico de articulação entre a AD e a HIL, é possível tecer relações entre o político, a língua, o sujeito e a história, para determinar o ponto de vista teórico, analítico e metodológico de nossa pesquisa e de nossas reflexões nesta dissertação. Dado o tema tratado, a linguagem inclusiva de gênero, é crucial estabelecer associações que consideram o papel desse tipo de linguagem na sociedade, o qual é extremamente político, assim como o papel dos manuais, enquanto instrumentos linguísticos e tecnológicos que buscam recomendar um tipo específico de linguagem. Por isso, a seguir, trataremos de definir algumas relações iniciais entre língua, discurso e gênero, no que se refere à linguagem inclusiva, considerando as condições de produção do Brasil no século XXI.

1.2 LÍNGUA, DISCURSO E GÊNERO: A LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO

No Brasil, a partir do início do século XXI, vários guias/manuais de linguagem inclusiva (igualmente denominada linguagem não sexista, como trataremos a seguir), começaram a surgir, fato que pode estar relacionado com a criação de leis e decretos que versam sobre a prática de uso da linguagem inclusiva/não sexista. No entanto, no Brasil, é apenas no século XXI que ocorre o cerceamento da língua no sentido silenciador, a partir do momento em que leis e decretos passam a proibir o uso de tal linguagem, quando se trata da linguagem inclusiva, dita “neutra”, ou melhor, não binária, tal como nomearemos neste trabalho, por sabermos que a neutralidade não é uma característica própria da linguagem, tampouco da língua.

Com o objetivo de inferir acerca das relações possíveis entre língua, discurso e gênero, é necessário, em primeiro lugar, assimilar o que é a linguagem inclusiva. O

termo “linguagem inclusiva” é amplo, podendo ser utilizado para designar um tipo de linguagem que busca ser antidiscriminatória com relação a diversas pessoas, de diversos gêneros, mas não só. Ele também pode ser usado para especificar um tipo de linguagem que se propõe a não ofender pessoas, tanto de diversos gêneros, quanto de raças/etnias, deficiências, idades, entre outras minorizações sociais que podem se sentir discriminadas de certa forma.

Para a linguista espanhola Maria Ángela Calero Fernández (1999), o sexismo linguístico é uma manifestação da discriminação em relação às mulheres que se estabelece na linguagem como um reflexo sexista da sociedade, pois existem formas divergentes na estrutura e no uso da língua em função das mulheres e dos homens (FERNÁNDEZ, 1999). Dessa forma, a linguagem não sexista é uma linguagem que se preocupa com a nomeação e a visibilização do feminino na língua, evitando o uso do masculino genérico e evidenciando o gênero feminino das palavras, interessando-se pelo uso de profissões femininas para destacar a presença das mulheres na sociedade.

Por outro lado, a linguagem não binária visa a nomear um terceiro gênero na língua, que poderia representar pessoas que não se identificam completamente com o feminino ou com o masculino, como pessoas transgênero, transsexuais, agênero, gênero fluido, etc. Acerca da linguagem “neutra”, é contundente explicitar a seguinte definição da linguista Silvia Cavalcante (2022, p. 74):

A linguagem neutra, ou linguagem inclusiva de gênero, ou o uso de gênero neutro, caracteriza-se pela presença de morfologia de gênero e e/ou pronomes e determinantes neutros em palavras com traço semântico [+humano], em que a oposição masculino x feminino não é suficiente para dar conta da identidade de gênero. Assim, usa-se o gênero neutro com intuito ou de marcar indivíduos que não se identificam com masculino ou feminino, os não binários, ou para neutralizar os indivíduos [...].

Inicialmente, no Brasil, para utilizar uma linguagem inclusiva, usou-se o símbolo “@” e a letra “x”. Porém, como as palavras são impronunciáveis quando trocamos a letra “a” ou a letra “o” para marcar o gênero com “x” ou “@”, iniciou-se o uso da letra “e” para marcar o gênero gramatical, tendo em vista o gênero enquanto identidade social. Dessa forma, devido a impossibilidade de pronúncia, essa marcação também não contribui com pessoas cegas que utilizam leitores de tela, ainda que a letra “e” seja mais flexível nesse sentido.

Em relação ao tema desta pesquisa, é preciso sinalizar que, em meu trabalho de conclusão de curso (TCC), em Licenciatura em Letras, com Habilitação em

Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola, intitulado “Políticas lingüísticas inclusivas no *Guía para un uso de Lenguaje no sexista en la Universidad de La Rioja: una análise semântico-enunciativa*” (CRUZ, 2019), orientado pela Profa. Dra. Eliana Rosa Sturza, da Universidade Federal de Santa Maria, analisamos o guia de linguagem não sexista da Universidad de La Rioja, localizada em La Rioja, Espanha. Nesse percurso de pesquisa, podemos perceber que diversos guias de linguagem não sexista foram publicados na Espanha e em outros países, como Uruguai, Chile e Portugal. O crescimento dessas publicações possibilitou o prosseguimento do tema no mestrado, a partir de um referencial teórico distinto, formado pela AD e pela HIL.

Segundo o linguista e professor argentino Santiago Kalinowski (2019) e a crítica literária e professora de literatura argentina Beatriz Sarlo (2019), a linguagem inclusiva, entendida, na sua amplitude, como não binária e não sexista, é um fenômeno profundamente político, discursivo e retórico. Porém, para esses teóricos, não se trata de um fenômeno de língua, mas sim da esfera política, no sentido de que o uso desse tipo de linguagem seria um ato político e de que a política se faz, também, com a língua.

Para o estudioso Kalinowski, o uso da linguagem inclusiva é um fenômeno político e social cujo objetivo é buscar a igualdade, apresentando-se como a configuração discursiva de uma luta política relevante, porém que não busca ser codificado gramaticalmente (KALINOWSKI; SARLO, 2019). Contudo, conforme a analista de discurso argentina, Mara Glzman (2022, p. 168), a ideia de autonomia da língua e da impossibilidade de sua transformação por meio de movimentos políticos ou sociais, compartilhada por Kalinowski e Sarlo (2022), tem retornado na Argentina, como um argumento contra o uso da linguagem inclusiva.

De acordo com Glzman (2022), importante estudiosa de tal problemática, isso está ocorrendo de uma forma semelhante aos argumentos utilizados por antiperonistas, contrários ao objetivo linguístico do *Segundo Plan Quinquenal de la Nación*⁶. Em seus estudos, Glzman (2009) explica que o plano propunha uma cultura nacional renovada no que concerne à língua, disposta às transformações sociopolíticas da Argentina, ressaltando as peculiaridades linguísticas do país, ou seja, os modos de falar do sujeito-argentino. Essa ideia se opõe à visão de autonomia

⁶ Tal plano foi implementado na Argentina em 1952, pelo então presidente Juan Domingos Perón (1946-1955). Trata-se de um plano integral que explicitava os objetivos das políticas governamentais para os diversos âmbitos de intervenção, inclusive linguística.

total da língua, independente do atravessamento das transformações sociais permeadas de historicidade. Vale dizer que, especificamente no segundo capítulo desta dissertação, trataremos de leis e projetos de lei que versam sobre a linguagem inclusiva de gênero no Brasil.

Desse modo, é indispensável compreender que não é possível prever se haverá mudanças morfológicas e sintáticas na língua, advindas da linguagem inclusiva de gênero. Assim sendo, a fim de vincular teoricamente os conceitos de “língua”, “discurso” e “gênero”, é preciso definir o que é “linguagem”, “língua” e “discurso” para a AD, assim como o que é “gênero” para os Estudos de Gênero, tendo em consideração que o uso da linguagem inclusiva foi reivindicado pelos movimentos sociais feministas, pertencentes à chamada quarta onda feminista⁷, por meio da qual se reivindica o uso de uma linguagem que seja mais igualitária para todas as pessoas, provocando embates político-sociais bastante atuais. Acreditamos que essas associações nos auxiliarão a compreender como os manuais, artefatos tecnológicos e socioculturais com potencial didático, se constituem como instrumentos que propõem a vulgarização da língua na sociedade.

Primeiramente, definiremos o que é a linguagem e a língua para os estudos discursivos de linha pecheutiana, a qual é uma ciência de entremeio, como explicado anteriormente. A linguagem, para Pêcheux (2014a), é tida como um sistema de ambiguidades na qual o sujeito está inserido e duplamente afetado, tanto pela ideologia, como pelo inconsciente. Por outro lado, a língua é a materialidade do discurso, a base dos processos discursivos, a qual existe a partir da historicidade e da contradição ideológica, no sentido de que o discurso está atrelado à língua de forma constituinte, não acidental, bem como está sujeita ao equívoco e à instabilidade (PÊCHEUX, 2014a).

De acordo com Glozman (2019a, p. 5), “[...] la lengua es un conjunto de condiciones que permite describir y explicar, precisamente, por qué es o no posible producir frases con ciertas formas⁸”. Nesse sentido, no que concerne a essa aparente autonomia da língua, para utilizar uma linguagem inclusiva de gênero, podemos desdobrar as palavras em feminino, em masculino ou utilizar termos coletivos que

⁷ Trataremos das denominadas quatro ondas do movimento feminista nas páginas seguintes.

⁸ Em português: “A língua é um conjunto de condições que permite descrever e explicar, precisamente, por que é ou não é possível produzir frases com certas formas” (GLOZMAN, 2019a, p. 5, tradução nossa).

possam generalizar os sujeitos sem especificar seus gêneros, visto que tal uso pode diminuir o sexismo representado por meio da linguagem.

De igual modo, é preciso elucidar o conceito de discurso para a AD. Conforme Pêcheux (2014a, p. 81, grifos do autor), o discurso é “*efeito de sentidos* entre os pontos *A* e *B*”, o que significa que a produção de efeitos de sentido ocorre por meio de relações que são, impreterivelmente, ideológicas. Dessa maneira, os conceitos do campo teórico da AD que apresentam suma importância para esta pesquisa, são: ideologia, formação ideológica (doravante FI) e formação discursiva (doravante FD). Tais conceitos serão articulados nos próximos capítulos desta dissertação e destacados na análise discursiva.

Conforme a linguista e historiadora francesa Régine Robin (1973, p. 88), “o discurso é sempre relacionado a suas condições de produção [...]”, isto é, o discurso se vincula aos sujeitos, à situação, à exterioridade, à historicidade e à memória. A autora também explica que “o discurso é, contraditoriamente, esta transparência que basta percorrer para ver surgir um sentido, e esta opacidade que é preciso atravessar para se encontrar outra coisa [...]”. (ROBIN, 1973, p. 102). Diante disso, é possível atestar não haver evidências, transparências e obviedades no discurso, da mesma forma que não há neutralidade na língua.

Dessa forma, para compreender o funcionamento ideológico do discurso dos manuais de linguagem inclusiva analisados nesta pesquisa, citamos o conceito de ideologia nas palavras de Malidier (2014, p. 94): “[...] práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelhos, alguns servindo mais do que outros aos mecanismos de reprodução do assujeitamento ideológico”.

Dito isso, entendemos o funcionamento discursivo das formações ideológicas da seguinte forma:

[...] as formações ideológicas comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas e determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 164).

Desde um ponto de vista materialista, no qual se estabelecem relações sociais de força, os conceitos de ideologia, FI e FD se articulam de maneira complementar. Nessas relações, a ideologia se constitui como aquilo que interpela os indivíduos em sujeitos falantes pelas FD (PÊCHEUX, 2014a), em uma reformulação da tese althusseriana de que a ideologia “[...] interpela os indivíduos concretos em sujeitos

concretos” (ALTHUSSER, 1985, p. 210), formulada pelo filósofo materialista francês Louis Althusser, a partir da qual se fundamenta a teoria pecheutiana. Na reformulação proposta por Pêcheux (2014a), a ideologia funciona por um conjunto complexo determinado com dominante de formações discursivas, as quais se organizam a partir de formações ideológicas nas quais os sujeitos podem inscrever-se (PÊCHEUX, 2014a).

Em consonância com os estudos de Robin (1973, p. 116) fundamentados em uma análise decorrente do artigo intitulado “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1957)”, de autoria de Pêcheux e Fuchs (2014), as ideologias “[...] não constituem elementos *neutros*, mas forças sociais das ideologias de classe” (ROBIN, 1973, p. 116, grifos do autor). Além disso, os discursos “[...] não são redutíveis às ideologias [...]”, bem como as ideologias “[...] não são passíveis de serem superpostas aos discursos.” (ROBIN, 1973, p. 116).

Ademais, ainda de acordo com Robin (1973), as FD constituem uma componente das FI, sendo que as FI governam as FD. Igualmente, as FD apenas podem ser apreendidas pelas condições de produção, devendo ser relacionadas com as posições dos agentes no campo das lutas sociais e ideológicas.

Para a estudiosa Robin (1973, p. 113), os estudos de Althusser expressam que uma ideologia é a maneira pela qual os homens vivem suas relações com suas condições de existência. Partindo do princípio de que “[...] as ideologias não são compostas/feitas de ideias, e sim de práticas” (PÊCHEUX, 2019, p. 310), e de que possuem duplo caráter (regional e de classe, sendo o regional subordinado ao de classe), com o propósito de explicar, desde um ponto de vista materialista do discurso, o termo “condições ideológicas da reprodução-transformação” (PÊCHEUX, 2019, p. 309), é preciso considerar quatro pontos que se relacionam entre si: a teoria das ideologias, as práticas de produção de conhecimento e a prática política, os quais serão tratados a seguir.

É necessário elucidar que, para Pêcheux (2019), de maneira geral, os quatro pontos a serem considerados, referidos anteriormente, são os seguintes: 01) a região da ideologia não é o único elemento pelo qual tais condições se efetuam; 02) seu princípio é a luta de classes, a qual se fundamenta nos AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado), termo cunhado por Althusser; 03) a ideologia da classe dominante não se realiza arbitrariamente, mas sim nos AIE; 04) Os AIE constituem o lugar de tais condições.

Conforme Althusser (1999, p. 68), os AIE se referem a “[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições, distintas e especializadas [...]” que funcionam através da ideologia, listadas da seguinte forma: AIE religiosos, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, AIE sindical, AIE de informação, AIE cultura, etc. É importante não confundir os AIE com os Aparelhos (repressivos) do Estado, os quais se consideram: a polícia, o exército, o governo, a administração, os tribunais, as prisões, entre outros, e que funcionam através da violência, de maneira primordial, bem como através da ideologia, de maneira secundária.

Nesse íterim, os AIE são os meios e o lugar da luta de classes, pois funcionam pela ideologia da classe dominante, fator que unifica sua diversidade, bem como suas contradições. Portanto, as condições de produção são contraditórias, no sentido de que há relações de desigualdade e subordinação entre os elementos que fazem parte de um conjunto complexo, dos AIE que determinada formação social comporta, sendo sua complexidade existente justamente pelas relações de contradição. Dessa forma, conforme Pêcheux (2019), a ideologia existe por meio de FI que se referem aos AIE, os quais possuem caráter regional, além de comportarem posições de classe. Nesse processo discursivo, as FI “[...] remetem a coisas diferentes, e, por outro lado, às mesmas coisas, mas combinadas” (PÊCHEUX, 2019, p. 314).

Após essas explicitações teórico-discursivas iniciais, a fim de compreender como o movimento feminista contribui consideravelmente com as questões de gênero na sociedade, inclusive na língua, faremos algumas considerações acerca da história do movimento, na subseção a seguir.

1.2.1 As ondas do movimento feminista e seus impactos político-sociais: gênero, discurso e historicidade

Conceber como o gênero pode ser definido pelos Estudos de Gênero, no campo das Ciências Sociais, certamente nos ajuda a compreender como a língua, o discurso e a ideologia se confrontam discursivamente com as questões de gênero, especialmente em manuais/guias de linguagem inclusiva brasileiros. Para isso, é produtivo historicizar acerca de como se forma a quarta onda feminista, da mesma forma que explicar, brevemente, como a primeira, a segunda, a terceira e a quarta onda feminista se manifestaram no Brasil, com base em estudos no campo das

Ciências Sociais, especialmente de Jacilene Maria Silva (2019, 2020), filósofa e bacharela em Direito brasileira.

Antes disso, vale dizer que entendemos o feminismo como um movimento político-social, de diversas vertentes, que luta por direitos de equidade de gêneros, além de posicionar-se contra diversas formas de discriminação (relacionadas a questões de raça, etnia, deficiência, faixa-etária, etc.), em consonância com a teórica feminista e escritora estado-unidense bell hooks⁹:

O feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista. Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular. E não se trata de privilegiar a mulher em detrimento do homem. Ele pode transformar nossas vidas de um modo significativo. E o mais importante: o feminismo não é um estilo de vida, nem uma identidade pré-fabricada ou um papel a ser desempenhado em nossas vidas pessoais. (hooks, 2019, p. 53).

Entender como o movimento feminista se estabeleceu no Brasil é crucial para refletir de que forma a linguagem inclusiva é discursivizada nos manuais publicados na atualidade. A seguir, apresentaremos os movimentos das quatro ondas feministas, enfatizando os acontecimentos histórico-sociais mais relevantes no Brasil, partindo de observações a nível mundial, as quais podem contribuir para a compreensão das condições de produção na análise desta pesquisa.

A primeira onda feminista ocorreu entre o fim do século XIX até meados do século XX (período em que as mulheres atuavam como enfermeiras na Segunda Guerra Mundial), no Reino Unido, em um primeiro momento, e nos Estados Unidos, posteriormente. As reivindicações relacionadas à primeira onda feminista se referem aos direitos das mulheres brancas, pois as negras não eram consideradas pessoas, como o direito ao voto e ao trabalho. Dito de outra forma, tratou-se de uma luta feminista em busca do direito das mulheres brancas de participar dos processos políticos e econômicos da sociedade, os quais já eram assegurados aos homens da época desde a Revolução Francesa, no fim do século XVIII.

Explicitamos que, no caso específico do Brasil, a primeira onda feminista teve como principal influência a intelectual, educadora e escritora Nísia Floresta, fundadora da primeira escola para mulheres do Brasil que oferecia o ensino de história e língua

⁹ Nesta dissertação, escrevemos o pseudônimo completo de Gloria Jean Watkins, bell hooks, em letras minúsculas, inclusive as iniciais, em respeito a uma escolha da própria autora, baseada na busca por enfatizar mais sua obra do que seu nome.

(matérias que eram disponibilizadas apenas aos homens), no Rio de Janeiro, em 1938.

Esse fato histórico remete à história de situação exclusiva de maternidade como função das mulheres, bem como de ignorância intelectual das mulheres do país, que não tinham direito a cursar universidade, tampouco de desenvolver a habilidade intelectual de leitura. Outro acontecimento histórico importante da segunda onda feminista foi que, em 1932, no governo do então presidente de Getúlio Vargas, o movimento feminista no Brasil se impulsionou em direção a uma grande conquista: o direito ao voto feminino.

Em seguida, a segunda onda feminista, que iniciou na década de 1950, foi marcada pela publicação original, em 1949, na França, da obra intitulada “O Segundo Sexo” (BEAUVOIR, 2009), de autoria da filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir. Tal acontecimento mostrou um novo ponto de vista acerca do gênero na sociedade: a separação entre gênero e sexo. Em outras palavras, o sexo passou a ser entendido como uma condição biológica, e o gênero como produto da construção social, no que se refere aos papéis destinados aos homens e as mulheres. Ademais, a segunda onda se desenvolve a partir de reivindicações relacionadas a condições sociais que podem afetar abusivamente ao corpo feminino, entre elas: o casamento, a maternidade, a prostituição, a pornografia, os concursos de beleza, etc.

No Brasil, o momento histórico da segunda feminista onda foi marcado por uma desvalorização das mulheres, uma vez que elas eram consideradas incapazes de realizar diversas atividades da vida social. Além disso, o matrimônio era indissolúvel, era impossível divorciar-se, já que apenas o desquite¹⁰ existia. Portanto, casar-se novamente era legal e religiosamente inválido. Apesar disso, as mulheres conquistaram o direito à guarda dos filhos, em caso de separação, e elas passaram a não precisar de autorização dos maridos para terem vida econômica autônoma.

Salientamos que, uma vez mais, a diversidade de raças e classes sociais da sociedade brasileira da época não se refletia na possibilidade de enunciar das mulheres, posto que as mulheres negras e as mulheres brancas pobres não tinham

¹⁰ Antes da atual possibilidade de divórcio, do que chamamos de processo judicial de rompimento legal e definitivo do vínculo de casamento civil, apenas o desquite era possível. Tratava-se de um processo judicial pelo qual ocorria a separação dos cônjuges e de seus bens, porém não ocorria a dissolução do vínculo matrimonial.

voz social na segunda onda feminista, apenas as mulheres brancas, de classe alta e universitárias podiam se manifestar.

Depois, houve a terceira onda feminista, datada dos anos 80 aos 90, no século XX, a qual pode ser caracterizada, principalmente, pela ascensão do feminismo negro nos Estados Unidos, visibilizando a discriminação racial das mulheres negras na sociedade e abrindo espaço para reivindicações pertencentes ao feminismo interseccional, vertente feminista que considera não apenas o feminismo de mulheres brancas, mas também os recortes de gênero, sexualidade, raça, etnia, idade, deficiências, escolaridade, entre outras formas de diversidade que são discriminadas socialmente.

No Brasil, o acontecimento em destaque da terceira onda é a repercussão nacional do movimento político-social, de alcance mundial nos países ocidentais, nomeado *Slut Walk*¹¹, que começou em 2011, no Canadá, após um policial afirmar que as mulheres não deveriam se vestir como “vadias” para não serem interpretadas como uma “vadia”, usando o termo de forma pejorativa. Dessa forma, o movimento “Marcha das Vadias”, o qual já foi estudado discursivamente pelas analistas de discurso brasileiras Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Sousa (2014a, 2014b), ressignifica positivamente o termo “vadia”, o qual significava, para o policial, uma mulher fácil, passando a significar, a partir do movimento, uma mulher que luta pelo direito de ser quem quiser, se vestir como quiser e que não deve ser discriminada nem violentada por suas escolhas.

Por fim, podemos afirmar que a sociedade se encontra em uma quarta onda feminista, na qual o feminismo está sendo revolucionado pela internet, bem como está emergindo o uso da linguagem inclusiva (tanto não sexista, como “neutra”/não binária) e a publicação de manuais de linguagem inclusiva. Além disso, a onda de feminismo que estamos vivendo segue com a participação do movimento “Marcha das Vadias”, inclusive nas redes sociais, demonstrando como o feminismo vem se apropriando cada vez mais do âmbito virtual e alcançando engajamento de forma ascendente.

Indubitavelmente, há um movimento político-social de grande importância na América Latina, inclusive no Brasil, que precisa ser evidenciado: o *Ni una menos*¹². Esse movimento de caráter fundacional, que reverberou intensamente em todos os

¹¹ “Marcha das Vadias”, em português.

¹² “Nem uma a menos”, em português.

países da América Latina, inclusive no Brasil, surgiu na Argentina, no ano de 2014, a partir de protestos em decorrência do feminicídio de uma adolescente de 14 anos, assassinada brutalmente pelo namorado. Diante disso, a internet é um meio que vem sendo usado para diversos debates feministas que buscam denunciar a desigualdade de gênero na sociedade, como os debates sobre a descriminalização do aborto, bastante latente na quarta onda do feminismo.

No que concerne ao tema desta dissertação de mestrado, sinalizamos que é na quarta onda do feminismo que emerge o uso da linguagem inclusiva (não sexista e não binária), já que as lutas dos movimentos político-sociais que ocorreram nas outras ondas resultaram em uma sociedade que não deve aceitar a discriminação dos sujeitos, por isso foram criados manuais de linguagem inclusiva que buscam cercar a língua para incluir por meio dela, propondo o uso de termos para pretender nomear todos os sujeitos, de todos os gêneros, sexualidades, raças, etc., como se fosse possível incluir todos os gêneros performativos em gêneros gramaticais ou até mesmo “neutralizar” estes últimos, como no uso da vogal “e” para expressar gênero gramatical neutro, como na palavra “todes”, usada na linguagem não binária, por exemplo.

Para apreender como a linguagem inclusiva se relaciona com questões de gênero e sexualidade, é essencial considerar o gênero performativo que se estuda no campo dos Estudos de Gênero. Segundo a filósofa feminista Judith Butler (2015), o gênero é uma construção histórica e cultural, formulada para que se determinem os papéis de gênero aos sujeitos, que não possuem relação com o sexo biológico. Na AD de matriz pecheutiana, tal determinação pode ser aproximada à inscrição do sujeito que assume certa posição-sujeito, em determinada formação discursiva, a qual permite que sejam ditos certos enunciados, em vez de outros distintos.

Ao prosseguir refletindo sobre o gênero segundo Butler (2015), compreendemos que os papéis de gênero foram criados na sociedade, sendo basilares para como os sujeitos se comportam de maneira geral (em família, no ambiente escolar e profissional e, inclusive, sexualmente), quais expressões comunicativas enunciam, quais roupas vestem, etc. Sendo assim, performar um gênero é fazê-lo a partir da linguagem, a qual perpetua aquilo que se refere ao gênero, seja ele feminino ou masculino (partindo do ponto de vista binário preponderante na sociedade brasileira), bem como por meio de práticas sociais.

No que se refere aos estudos em AD, vale citar a seguinte colocação, em uma entrevista, do analista de discurso francês Paul Henry (2019), ao refletir acerca do

sujeito de linguagem da AD (em crítica ao biologismo da linguagem) em relação à luta sobre a teoria de gênero, na França:

A teoria dos gêneros é que diz que nós não somos nada ao nascer, e que nos tornamos homem ou mulher segundo o modo como somos fabricados, educados etc. Isso nos levou muito longe, mas, ao mesmo tempo, digo que sim, eles têm razão, enquanto sujeitos, sim. Não nascemos homens ou mulheres como sujeito. É muito forte isso. Ora, mas quando nos tornamos? Desde o nascimento, quando dizem: *é um menino, é uma menina*. Já aí se é colocado em um universo de discurso específico, particular, que não é o mesmo se eu digo é um menino, e isso terá consequências para toda a sua vida, não só pelo fato de que algumas profissões são acessíveis a mulheres e outras não, não é isso, isso realmente é secundário. É enquanto ser, enquanto sujeito, o que quer dizer ser mulher ou homem? E isso é algo que não está dado. E vamos mais longe: não nascemos sujeitos, nos tornamos. Sim, tudo isso é muito forte. (HENRY, 2019, p. 227, grifos do autor).

Nos colocamos em conformidade com o autor, pois acreditamos que o sujeito se inscreve ideologicamente em determinadas FI e FD, estando atravessado pelo assujeitamento do Estado e dos AIE, assim como dos Aparelhos (repressivos) do Estado. Dessa forma, ao longo da vida, o sujeito não depende da biologia, do sexo, para ser. O sujeito se identifica com determinado gênero de maneira fluida e heterogênea, não de maneira permanente ou unívoca.

Sobre as relações entre o discurso e o sujeito, ainda nas palavras de Henry (2019, p. 227-228):

[...] o discurso que vai regular o conjunto de coisas que poderemos dizer, entender, apropriarmo-nos ou não, é nele que tudo isso se passa. Então o discurso tem um papel essencial na elaboração do sujeito [...] pode ser que isso tenha relação com a linguagem, mas muito mais diretamente com a linguagem no nível inconsciente, claramente. É algo que se passa sobre as gerações, sobre o não dito, coisas assim.

A partir dessa colocação, é possível compreender que o gênero, o discurso, o sujeito e a linguagem se relacionam de maneira intrínseca e histórica, visto que as práticas sociais dependem de questões de gênero, as quais, a cada geração, inconscientemente, perpetuam ideologias machistas e misóginas. Tal continuidade ocorre a partir de práticas sociais que discriminam o sujeito-mulher e o sujeito-não-binário, em benefício do sujeito-homem, incluindo o uso do masculino genérico no discurso, o denominado “sexismo linguístico”.

Para o historiador e linguista francês, Jacques Guilhaumou (2019), “[...] identificar nas ações femininas uma cena linguística originária permite ao sujeito se produzir por sua própria ação”. Nesse movimento de ação imanente na própria fala do sujeito, só há possibilidade de agir pela manutenção de uma cena originária de

interpelação/assujeitamento (ALTHUSSER, 1985), na qual o sujeito é interpelado ao voltar-se para si mesmo por meio de uma mediação da linguagem.

Conforme o estudioso do campo da AD, “[...] o ato mesmo de enunciar um nome nos remete a alguma coisa que existe socialmente e a um sujeito que fala em um espaço dado” (GUILHAUMOU, 2019. p. 186). Nesse sentido, a linguagem inclusiva poderia funcionar como uma válvula de escape, uma possibilidade da própria língua potencializada e impulsionada pela sociedade de falantes que buscam ser mais inclusivos ao enunciar, tanto ao falar acerca de/para todos, quanto para falar acerca de si mesmo.

Em entrevista ao *Contradit* (Coletivo de Trabalho: Discurso e Transformação), o renomado historiador do discurso, Guilhaumou (2019) afirma haver incorporado o conceito de “agenciamento” (BUTLER, 2015) aos seus estudos discursivos materialistas contemporâneos. O autor considera que tal conceito é bastante fecundo para os estudos materialistas do discurso, no tocante à história do gênero e da ação feminina na história.

Nesse viés, a subjetivação é concebida como o processo primordial do sujeito, estando ele interpelado por algo que o domina, ao que está subordinado: a linguagem. O agenciamento possibilita uma potência de agir ao sujeito, um ato de linguagem performativo de gênero, sobre o qual se constitui a reflexividade do sujeito, embora não se trate de uma vontade ou de uma potência inerente ao sujeito, mas sim sobre “[...] o fato de um indivíduo feminino que se designa como sujeito em uma cena de interpelação que marca a forte presença de um poder dominante” (GUILHAUMOU, 2019, p. 190).

Por isso, é possível pensar que, no caso da linguagem inclusiva, ao enunciar sobre si e sobre o outro, o sujeito procura reivindicar posições e, nesse processo discursivo, estabelece relações sociais a partir da linguagem, incorporando à língua marcações de um terceiro gênero (tido como “neutro”) ou do gênero feminino, tomando uma posição que rejeita o masculino genérico e busca dar visibilização para o sujeito no discurso, no que se refere aos diversos gêneros performativos e identitários, para além de uma limitada concepção de apenas feminino/masculino.

Visando a observar o percurso teórico construído na Linguística brasileira contemporânea sobre a temática abordada nesta dissertação, pensamos que é primordial comentar que outros estudos já foram feitos no Brasil sobre manuais/guias de linguagem inclusiva/não sexista, no que tange aos estudos da AD pecheutiana.

Nos estudos realizados previamente, destacam-se as análises de dois guias, realizadas pelas analistas de discurso Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Sousa (2016): “Nombra: la representación del femenino y el masculino en el lenguaje” (ALARIO *et al.*, 1995); “Manual para o uso não sexista da linguagem – O que bem se diz... bem se entende” (RIO GRANDE DO SUL, 2014a). Segundo os estudos de Garcia e Abrahão e Souza (2016), os manuais apresentam recomendações que buscam regular o uso da língua e controlar os dizeres, para que se evitem as falhas e a ausência da marcação do gênero feminino.

A analista de discurso Mónica Zoppi-Fontana (2017) também realizou estudos científicos sobre o “Manual para o uso não sexista da linguagem – O que bem se diz... bem se entende” (RIO GRANDE DO SUL, 2014a), ademais de haver investigado acerca do “Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública” (PORTUGAL, 2009), publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e pela Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Conforme os estudos de Zoppi-Fontana (2017, p. 520): “[...] a promoção de uma linguagem inclusiva a partir de iniciativas do Estado, por meio de seu aparelho jurídico-administrativo, funciona historicamente como um gesto de política linguística”.

Da mesma forma, é necessário destacar a relevância acadêmica do estudo discursivo, no campo da AD de linha francesa, sobre o tema da linguagem inclusiva, publicado na dissertação de mestrado de Laís Virgínia Alves Medeiros, intitulada “Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero” (MEDEIROS, 2016), a qual foi orientada pela analista de discurso Solange Mittmann, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse estudo, Medeiros (2016) explica haver um movimento de tensão entre o pré-construído¹³ sobre a língua gramaticalmente e o que se tenta incorporar, como no caso da linguagem inclusiva.

Outro estudo que precisa ser ressaltado é a tese de doutorado de Jonathan Farias Ribeiro de Moura (2018), que investiga o instrumento linguístico dicionário de verbetes LGBTQIAP+ intitulado “Aurélia: a dicionária de língua afiada” (VIPI; LIBI, 2006). Segundo Jonathan Ribeiro Farias de Moura (2018, p. 137), discursivamente, a

¹³ Segundo Robin (1973, p. 118), o pré-construído remete ao que todos sabem, aos conteúdos do pensamento do “sujeito universal”, ao que cada um, numa dada situação, pode ver e ouvir, assim como aos conteúdos do “contexto situacional” pressuposto pela comunicação. Dito de outra forma: o pré-construído remete às representações e à imagem da realidade, à evidência empírica.

comunidade LGBTQIAP+¹⁴ “[...] não é homogênea, mas coloca-se de uma forma que se distingue da cis-heteronormatividade tanto por suas questões políticas, quanto por aquilo que se luta pelo direito de “ser como se é”.

De igual forma, é essencial ressaltar uma pesquisa, de nossa autoria, que analisa o discurso de igualdade de gênero a partir da materialidade discursiva intitulada “Manual de Linguagem Inclusiva para Edital de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL” (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2018), a qual resultou em um trabalho publicado nos anais do X Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), realizado virtualmente, em 2021, intitulado “O processo de manualização do saber linguístico em um manual de linguagem inclusiva institucional brasileiro: uma análise discursiva” (CRUZ, 2021). Nesse trabalho, identificamos que a manualização do saber linguístico ocorre de forma que os gêneros não são nomeados em sua diversidade, mas sim fundamentados no binarismo (feminino/masculino), ou seguem na ordem do não dito, sem especificação no discurso.

Nesse sentido, é imprescindível evidenciar que a linguagem inclusiva funciona como um movimento político que afeta as formas de uso da língua na sociedade, bem como uma forma de uso linguístico que, como já exposto pela analista de discurso Medeiros (2016), pode se desenvolver de forma expansiva e até mesmo se incorporar à gramática. Porém, não podemos esquecer que, por outro lado, tal uso pode ser exaurido, se apenas alguns grupos sociais usarem a linguagem não binária, em medida cada vez menos recorrente, por exemplo.

De certa maneira, pensar que o gênero é uma invenção social e a linguagem possibilita a performatividade de gênero, pode nos levar a conceber que a linguagem inclusiva poderia não ser necessária, se não houvesse intensa assimetria entre os papéis de gênero existentes na sociedade. A luta social existe para combater a desigualdade de gênero, no movimento inverso de suas construções, buscando tomar o caminho de volta, isto é, voltar ao ponto em que não havia o conceito de gênero, tanto gramatical como performativo. Portanto, a linguagem inclusiva surge por meio do discurso como uma tentativa de diminuir essa assimetria, embora, conforme já mencionado, a AD reconheça que a possibilidade de falha está incorporada à língua de forma inerente.

¹⁴ Lésbicas (L), Gays (G), Bissexuais (B), Transexuais, Transgêneros e Travestis (T), Queers (Q), Intersexuais (I), Assexuais (A), Pansexuais (P) e demais identidades de gêneros e sexualidades (+).

De acordo com Glozman, não há dúvidas de que a problematização da linguagem inclusiva cresce em decorrência das lutas e conquistas sociais. Nas palavras da estudiosa: “Las movidas políticas empujan, ciertamente, aspectos del orden del discurso” (GLOZMAN, 2021, p. 115)¹⁵. Isso posto, em relação às lutas político-sociais, é preciso enfatizar que a legislação tem papel fundamental, pois deveria assegurar direitos e estabelecer deveres na sociedade. Com isso, na próxima subseção, trataremos de comentar como as leis e os decretos que determinam o uso da linguagem inclusiva ou a proíbem podem influenciar na publicação dos manuais/guidas de linguagem inclusiva no Brasil, na contemporaneidade.

1.2.2 A legislação sobre linguagem inclusiva de gênero no Brasil: embates políticos e ideológicos sobre a língua

Nesta subseção, propomos uma reflexão sobre a legislação que versa sobre o uso da linguagem inclusiva no Brasil, seja ela não sexista, a qual é constantemente estipulada por lei, seja ela “neutra”/não binária, a qual é repetidamente proibida por lei, como veremos no final desta subseção. Buscaremos compreender como a legislação promove embates políticos e ideológicos sobre a língua, enquanto base dos processos discursivos, sempre sujeita ao equívoco e à incompletude.

A seguir, com o propósito de traçar um panorama das leis, bem como projetos de leis, federais, estaduais e municipais, que versam sobre a linguagem inclusiva no Brasil, contaremos com o vasto arquivo do Projeto de Pesquisa “Banco de Políticas Públicas sobre Línguas no Brasil” (doravante BPL)¹⁶, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela analista de discurso Larissa Montagner Cervo (DLV/PPGL/Laboratório Corpus) e seus colaboradores, desde 2018, com o intuito, conforme a apresentação do site do BPL, de constituir um banco on-line de documentos jurídicos e outras textualidades normativas acerca de políticas públicas sobre línguas no Brasil.

¹⁵ Em português: “Os deslocamentos políticos impulsionam, certamente, aspectos da ordem do discurso” (GLOZMAN, 2021, p. 115, tradução nossa).

¹⁶ O acervo do Banco de Políticas Públicas sobre Línguas no Brasil (BPL) está registrado no Gabinete de Projetos (GAP) da UFSM sob o número 04980 e pode ser consultado no site institucional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Disponível em: <http://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/bpl/?msclkid=c02e4273ba9d11ecb20213845054f8ed>. Acesso em: 23 abr. 2022.

Em um primeiro momento, é relevante pensar que a publicação do manual sul-rio-grandense intitulado “Manual para o uso não sexista da linguagem – O que bem se diz... bem se entende” (RIO GRANDE DO SUL, 2014a), publicado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul juntamente com a Secretaria de Políticas para Mulheres, o qual foi analisado previamente pelas analistas de discurso Dantielli Assumpção Garcia, Lucília Maria Abrahão e Sousa e Mónica Zoppi-Fontana, como já mencionado, emerge determinado pelas condições de produção da época, pelos aspectos que formam parte da memória, do interdiscurso, que é “aquilo que fala antes em outro lugar independentemente” (ORLANDI, 2020a, p. 29), e que incluem o contexto sócio-histórico e ideológico.

Nessa esteira, é preciso ter em vista que a Lei Estadual nº 14.484, de 30 de janeiro de 2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014b), a qual “dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual”, foi sancionada, em 2014, no Rio Grande do Sul, no governo do Governador Tarso Genro (Partido dos Trabalhadores – PT), se instituiu como um marco político importante para as futuras publicações de manuais/guias de linguagem inclusiva que possibilitassem propagar o uso de uma linguagem inclusiva específica, não outra diferente.

Desde então, outros manuais começaram a emergir no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, de maneira geral. É relevante apontar que diversos deles surgiram por iniciativas governamentais legislativas que buscavam difundir o uso de uma linguagem mais inclusiva, no sentido não sexista no termo, ou seja, privilegiando o desdobramento dos gêneros feminino e masculino na linguagem para visibilizar a mulher, especialmente nos cargos trabalhistas desempenhados por mulheres, sem alterar morfologicamente a língua portuguesa ou se preocupar com gêneros não binários.

Nesse sentido, podemos explicitar que a sanção da Lei Estadual nº 14.484, de 30 de janeiro de 2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014b), foi antecedida por leis municipais de cidades sul-rio-grandenses como Porto Alegre, Gravataí, Santa Rosa, Toledo, Canoas, Novo Hamburgo, Rio Grande, entre outras, que, a partir de 2002, começaram gradativamente a reconhecer a linguagem inclusiva e dispor sobre seu uso na legislação e em documentos oficiais. Da mesma forma, tal lei foi precedida pelo Decreto Estadual nº 49.994, de 27 de dezembro de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012), que “estabelece a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos

normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Sul”.

Após este panorama que concerne ao estado do Rio Grande do Sul, voltemos para um panorama nacional. Em 2005, Serys Shessarenko, professora, pedagoga, advogada e política brasileira, na época filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 31 de agosto de 2005 (BRASIL, 2005), o qual propunha determinar o uso da linguagem inclusiva para cargos na Administração Pública brasileira, determinando o emprego obrigatório de flexão de gênero para nomear a profissão ou o grau em diplomas. Após ser aprovado pelo Senado, tal projeto passou a vigorar como PL 6.383/2009, sancionado em 2012 como lei 12.605 pela presidenta Dilma Rousseff.

No Estado de São Paulo, também existem leis municipais que dispõem sobre o uso da linguagem inclusiva na legislação municipal e em documentos oficiais, sancionadas, desde 2001, pelos governos dos municípios paulistas de Campinas, Santo André, Morungaba, Carapicuíba, etc. Igualmente, é essencial apontar que, segundo o BPL, outros estados brasileiros, como Amazonas, Goiânia e Pernambuco também sancionaram leis e decretos que versam sobre a linguagem inclusiva. Dessarte, a nível nacional, não podemos deixar de mencionar a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 188, de 04 de novembro de 2015 (BRASIL, 2015), o qual altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), para dispor sobre a linguagem inclusiva na legislação e em documentos oficiais. Tais alterações preveem, em lei, o uso de gêneros masculino e feminino na redação de leis e documentos.

Neste íterim, uma forte contradição política sobre a língua se instaura no Brasil. Em cidades como: Santa Maria/Rio Grande do Sul – cidade onde se localiza a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) ao qual esta dissertação se vincula – , Manaus/Amazonas e Ponta Grossa, (Pará) para citar alguns exemplos, projetos de lei contrários ao uso da linguagem inclusiva¹⁷ foram aprovados e outros se encontram

¹⁷ Em Santa Maria, destacamos o Projeto de Lei nº 9311/2021, de 25 de outubro de 2021, o qual visa a estabelecer o direito dos estudantes da Educação Básica do Município de Santa Maria ao aprendizado da Língua Portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, e dá outras providências. Tal projeto, proposto pelo vereador João Ricardo Vargas (Partido Progressista), projeta a linguagem “neutra” como um “dialeto não binário” que pode destruir o binarismo a partir do espaço escolar.

em trâmite, com a disposição de estabelecer medidas protetivas ao direito dos estudantes de aprender língua portuguesa conforme a língua culta, assim como vedando o uso da linguagem “neutra” em escolas de educação básica.

Pensando em um país europeu, distanciando-nos do Brasil, nos importa citar que, na França, em 2021, o uso da linguagem inclusiva não binária/“neutra” foi proibido em escolas¹⁸. Com isso, podemos perceber que um deslocamento global estava tomando forma desde o início do século XXI, direcionando-se para novos desdobramentos legislativos que a linguagem inclusiva não binária, nomeada também de linguagem “neutra”, que propõe modificações morfológicas nas palavras, visando a visibilização gramatical de um terceiro gênero em línguas românicas como o francês e o português, o qual não seria feminino tampouco masculino.

Na tentativa de resguardar a língua portuguesa, protegendo-a de possíveis modificações, as legislações que restringem o uso da linguagem inclusiva não binária, – denominada especificamente de linguagem “neutra” em tais leis, projetos de leis e decretos –, buscam preservar a identidade de uma língua culta, literária, a língua de Camões, em referência ao clássico poeta português Luís de Camões (1524-1580). Contudo, essas legislações dispõem sobre o uso da linguagem inclusiva não binária especificamente no âmbito escolar e de aprendizagem, induzindo o sujeito a uma espécie de amor ao Estado, à pátria e à língua oriunda dos colonizadores portugueses.

É preciso referenciar também o Decreto nº 1.329, de 15 de junho de 2021 (SANTA CATARINA, 2021), o qual: “veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleção e concursos públicos a utilização, em documentos escolares oficiais e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas”. Tal legislação foi decretada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva (Republicanos). Esse decreto se destaca por haver sido veementemente criticado pela Associação Brasileira de Linguística do Brasil (ABRALIN), em uma nota de repúdio publicada no site da associação, na qual a Comissão de Políticas Públicas se coloca a favor do debate sobre o tema e defende

¹⁸ Conforme determinações do Ministério da Educação Nacional, Juventude e Esportes da França, sob a iniciativa do ministro francês Jean-Michel Blanquer. Disponível em: <http://www.education.gouv.fr/bo/21/Hebdo18/MENB2114203C.htm>. Acesso em: 23 abr. 2022.

a importâncias das “[...] pesquisas, reflexões e debates existentes nas diferentes subáreas de estudo da língua portuguesa em uso no Brasil” (ABRALIN, 2021).

Outra tentativa de cercear a língua portuguesa por meio de proibições de uso da linguagem inclusiva, especialmente do tipo “neutra”/não binária, é a Portaria nº 604, de 27 de outubro de 2021 (BRASIL, 2021), publicada pela Secretaria Especial da Cultura, por meio da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a qual estabelece que: “fica vedado, nos projetos financiados pela Lei nº 8.313/91, o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra”. É relevante lembrar que a Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991) é a também chamada de Lei Rouanet, a qual instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Essa lei ficou conhecida como “Lei Rouanet” devido a seu criador, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet.

Dessa maneira, ao estabelecer-se este movimento governamental no Brasil, o qual tenta cercear a língua, por meio de decretos e leis, nos permite compreender que há um delineamento do embate político-ideológico com respeito à língua que se ensina, aquela que está presente em instrumentos linguísticos, como as gramáticas, os dicionários, os livros didáticos, as cartilhas e os manuais, para citar apenas alguns desses artefatos tecnológicos de difusão de saber sobre a língua.

Nesta pesquisa, enfatizamos que entendemos a língua em consonância com Pêcheux (2015a, p. 228): “[...] não como um sistema (o software de um órgão mental!), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades”. Desse modo, a língua funciona pela instabilidade e incompletude dos sentidos, não havendo possibilidade de controlar seu uso pelos sujeitos falantes por meio de leis e decretos, porque, ao enunciar, se discursivizam o deslize, a falta, o equívoco, a ruptura, entre outros processos diversos que reiteram a opacidade da língua, a qual, com base na AD, fundamenta e materializa os processos discursivos que o analista de discurso se dedica a pesquisar em seus estudos.

Para finalizar este primeiro capítulo, reiteramos a importância de considerar a história dos movimentos sociais no Brasil que podem ter contribuído para a compreensão de questões de gênero, no decorrer do século XIX até o século XXI. Acreditamos que muitos acontecimentos foram precursores para que questões como a linguagem inclusiva pudessem ser discutidas atualmente, bem como as leis, os projetos de leis e os decretos que surgiram a partir do início do século XXI (tantos os que recomendam o uso de uma linguagem inclusiva não sexista, como os que visam

a proibir o uso da linguagem inclusiva “neutra”/não binária em escolas brasileiras), visto que “[...] leis para mudar a língua pela igualdade são inócuas se não houver espaço para a representatividade e o reconhecimento da diversidade” (FREITAG, 2022, p. 63).

Tratando-se de uma relação entre o sujeito de direito e o Estado, a tendência a legislações como essas no Brasil, as quais pretendem controlar usos linguísticos, favoráveis ao uso gramatical de masculino e feminino, porém, contrárias ao uso corrente da linguagem inclusiva¹⁹, e receosas de sua possível adesão à gramática e à escola, poderia significar o embate entre o discurso de sujeitos que se inscrevem em formações discursivas diferentes, o que trataremos de observar na análise a desenvolver-se neste estudo, dado que “[...] o desejo do sujeito não pode emergir senão em uma “falta de ser” (ou ainda de dizer) [...]” (HAROCHE, 1992, p. 189).

Ao longo desta subseção, partimos da perspectiva de uma Política de Línguas para refletir sobre os desdobramentos políticos sobre o tema da linguagem inclusiva na sociedade brasileira. Para tanto, consideramos a Política de Línguas tal como teoriza Orlandi (2007, p. 8): “[...] como corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica”.

Isso significa que, entendendo que a língua está sempre já afetada pelo político e pela falta, podemos compreender que os acontecimentos historicizados neste primeiro capítulo desta dissertação podem evidenciar um intenso embate político-ideológico polêmico sobre língua, discurso, gênero e linguagem inclusiva, o qual faz circular dizeres que pertencem à ordem do já-dito e que seguem retornando no discurso. Nos posicionamos segundo Glozman (2022), pois acreditamos que o Estado deve deslocar o papel da moralidade e atuar como garantia dos direitos adquiridos, em vez de apenas regular e intervir na língua. Desde nosso ponto de vista, se trata de um embate que parece estar longe de se desvanecer da sociedade brasileira contemporânea.

¹⁹ Linguagem que apresenta pronomes considerados neutros, constantemente modificados com a letra “e” para identificar o sujeito-não-binários, em substituição ao “a” e ao “o” (letras que expõem a falta, a incompletude do sujeito-não-binário).

2 A GRAMATIZAÇÃO E A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO EM DISCURSIVIDADE: UM CAMINHO ANALÍTICO POSSÍVEL

Neste capítulo, trataremos do processo de gramatização como ponto de partida para pensar sobre o processo de manualização do saber linguístico, na constituição desse saber específico sobre a língua no que se refere a sua própria materialidade e a dos instrumentos linguísticos, tendo em vista que tais processos vulgarizam e possibilitam a circulação de saberes acerca da língua.

Para Glozman (2019b, p. 103): “[...] el lenguaje aparece como problemática — haz de elementos — recorrente: recorre textos, enunciados y publicaciones heterogéneos”²⁰. No caso específico dos manuais de linguagem inclusiva de gênero, é fundamental aclarar que, acerca do processo de manualização do saber linguístico, nos colocamos em conformidade com os estudos de Garcia (2018, p. 156):

[...] os manuais, legitimados pelo poder estatal, juntamente com a legislação produzida que os sustenta, funcionam como um espaço de dizer, atendendo a demandas que buscam sustentar uma posição legitimada a mulheres, seja na sociedade ou nos usos que essa faz de uma língua.

Sendo assim, após haver tratado da legislação do poder estatal que possivelmente infere na linguagem inclusiva de gênero no capítulo anterior, nos importa, neste capítulo, abordar a emergência dos manuais de linguagem inclusiva de gênero no Brasil, desde uma perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL) em articulação com a Análise do Discurso (AD).

Para iniciar este segundo capítulo, é preciso tratar do uso da linguagem inclusiva de gênero — também chamada de linguagem “neutra”/linguagem não binária —, no Brasil e do sujeito LGBTQIAP+ que busca ser nomeado na/pela língua, em um movimento de deslocamento do gramatical, do que é da ordem da língua, na ilusão de tudo nomear, assim como da ordem do discurso estabilizado sobre o gênero.

Nesse sentido, o sujeito e a gramática podem estar atrelados, partindo do princípio de opacidade da língua (que é contrário à neutralidade), bem como acerca do modo em que a linguagem inclusiva de gênero pode interpelar ideologicamente o sujeito de direito na sociedade atual.

²⁰ Em português: “a linguagem aparece como problemática — feixe de elementos — recorrente: atravessa textos, enunciados e publicações heterogêneas” (GLOZMAN, 2019b, p. 103, tradução nossa).

Dito isso, é preciso historicizar que, conforme a socióloga francesa Haroche (1992), do século XIII ao século XVIII, a religião era a estrutura social que determinava o sujeito, sendo Deus quem o submetia e libertava, ditando as leis divinas maniqueístas de bem/mal. A partir do século XVIII, o Direito passou a determinar o sujeito, em outros termos, o Estado assujeitava o sujeito, tornando-o livre, ao mesmo tempo, o reprimia, em razão de que ele passa a ter direitos, deveres e responsabilidades. Dessa forma, o sujeito de direito é determinado pelas leis jurídicas e pela gramática, melhor dizendo, pela língua.

Assim como a língua, o sujeito de direito está constantemente passível de falha, equívoco, incerteza. Essa incompletude se coloca a partir de outro lugar, no qual a possibilidade do imaginário se apresenta subjetivamente, por meio do jogo da língua, base dos processos discursivos. Nesse outro lugar possível, o uso da linguagem “neutra” se destaca, dado que a maleabilidade da língua constrói um jogo de letras, como o “e”, que busca expressar certo posicionamento político ao nomear sujeitos-binários/sujeitos-não-binários, a favor da igualdade de gêneros, para além do binarismo feminino/masculino.

Na medida que, ao enunciar para um público provavelmente diverso, sobre o qual nada sabemos acerca dos gêneros das pessoas que fazem parte dele, podemos dizer “todes” a fim de não especificar o gênero de pessoas binárias/não binárias, da mesma forma que podemos dizer “todes, todas e todos” para nomear, respectivamente: pessoas não binárias, em geral, pessoas que se identificam com o gênero feminino e pessoas que se identificam com o gênero masculino.

O filósofo da linguagem francês Jean-Claude Milner (2012) explica que a gramática representa a língua por uma imagem construída, não de uma escrita simbólica, dando a ideia de totalidade e de perfeição. No entanto, ainda segundo o autor, perseguir a completude da língua é uma fantasia, visto que ela é dotada de incompletude e heterogeneidade, bem como não pode ser representada completamente em uma gramática, já que não é possível dizer e simbolizar tudo, por completo.

Por isso, ao refletir sobre a subjetividade e sobre uma possível saturação do uso de “todos” para referir-se a todas as pessoas, seria impossível nomear todas as identidades de gênero em uma letra que expressa desinência neutra, feminina ou masculina, o “todes” estaria sem identificar os gêneros dos sujeitos. Ao dizer “todes,

todas e todos”, há uma generalização de sujeitos-não-binários, ao passo que há uma determinação de sujeitos-binários (feminino/masculino).

Compreender de que forma a linguagem “neutra” se estabelece discursivamente, é uma tarefa analítica que desafia e leva a refletir, entre outras questões possíveis, o seguinte: que sujeitos cabem na letra “o” quando a palavra nomeia todos os gêneros, mas reflete apenas o masculino? Ou ainda: na incompletude e opacidade da língua, todos os sujeitos cabem na letra “e” proposta pela linguagem “neutra”?

Ao pensar sobre o fato de que o uso da linguagem “neutra” pode ser ou não autorizado juridicamente no Brasil, assim como sobre as reivindicações de seu uso na legislação brasileira, nos posicionamos teoricamente em conformidade com Filho (2022b, p. 160), pois, devemos considerar que “não se trata de um debate gramatical, mas de um debate político-ideológico que toma a língua (e as línguas) como espaço de luta”.

Ou seja, a finalidade direta do uso da linguagem inclusiva de gênero não é mudar a gramática (essa é uma consequência), mas chamar a atenção para a discriminação de gênero que parte do uso da língua por meio dos sujeitos que a utilizam, contudo, não dela em si, de forma imanente. Podemos dizer que os “efeitos falhados do assujeitamento” (HAROCHE, 1992, p. 211) se encontram à margem, justamente naquilo que a linguagem “neutra” representa: em um perigo político tanto para o Estado conservador²¹, caso daquele que governava a Presidência do Brasil no ano de publicação do manual do TSE (2021), quanto para o Estado progressista²², como é o caso do que governava a Presidência do Brasil no ano de publicação do manual da SINUS (2017).

Desse modo, é primordial refletir sobre o uso do masculino genérico, no qual não há identificação política de mulheres e de pessoas não binárias, e o uso da linguagem “neutra”, que busca desambiguar, na qual todos os sujeitos podem ser nomeados, nos colocam uma grande provocação, porque instigam reflexões acerca das possibilidades de uso da língua, em uma sociedade que requer direitos iguais

²¹ De 2018 a 2022, o Brasil foi governado por Jair Bolsonaro, quando eleito, filiado ao PSL – Partido Social Liberal, e, posteriormente, filiado ao partido político PSL – Partido Social Liberal até novembro de 2021.

²² De 2016 a 2019, o Brasil foi governado por até então Vice-presidente Michel Temer, filiado ao PMDB – Movimento Democrático Brasileiro. Vale lembrar que Dilma Rousseff, filiada ao PT – Partido dos Trabalhadores, havia sido destituída, em 2016, governando somente de 2010 a 2014.

para o sujeito de direito, que precisa cumprir determinados papéis sociais associados, inevitavelmente, a questões de gênero. O sujeito de direito tem o direito de performar determinado gênero, entretanto, nem sempre, nem em qualquer lugar, tem a liberdade de poder usar uma linguagem inclusiva de gênero, capaz de nomear todos os gêneros existentes.

Igualmente, é necessário enfatizar que, no Brasil atual, existem leis, decretos e projetos de leis que buscam regulamentar o uso da língua de duas formas diferentes. Por um lado, recomendando uma linguagem inclusiva de gênero não sexista, isto é, feminizando a língua, com o desdobramento gramatical feminino/masculino, ou apagando o gênero, com o uso de termos impessoais. Por outro lado, proibindo, principalmente no âmbito educativo, o uso da linguagem inclusiva “neutra”/não binária. Em outras palavras: existe uma forte tentativa jurídica de cercear a língua e o sujeito de direito, por meio de controle no uso da língua, contradizendo as diversas formas possibilitadas pelo próprio sistema linguístico, que não são estabilizáveis e cerceáveis.

Neste segundo capítulo, refletimos acerca do “sujeito jurídico da linguística” (HAROCHE, 1992), o qual “[...] se caracteriza por duas propriedades, no limite, contraditórias: *uma vontade sem limites e uma submissão sem falha* (HAROCHE, 1992, p. 51, grifos da autora)”, submetendo-se ao aparelho de Estado, o qual, segundo a autora, desloca a problemática do discurso divino/religioso para discurso de política religiosa e para o discurso humano/de política. No entanto, a língua da gramática normativa não é capaz de nomear o sujeito de direito de maneira que o sujeito-não-binário se identifique e se aproprie da língua, o que faz emergir o novo, uma nova problemática, sobre a qual ainda estamos aprendendo nessa sociedade diversa (e discriminatória) da qual fazemos parte.

Nesse sentido, tratar de linguagem inclusiva de gênero, de alguma forma, se relaciona com tratar de linguagem “politicamente correta”, isto é, uma linguagem que não é usada de forma preconceituosa, visando a não perpetuar preconceitos vigentes na sociedade. No que concerne à linguagem “politicamente correta”, de acordo com Rajagopalan (2002, p. 101-102), ainda que seja importante trocar palavras preconceituosas por outras que não o sejam, a luta contra preconceitos que estão arraigados na sociedade deve ser persistente e incansável, mas não se restringir a uma questão apenas linguística, uma vez que quando uma comunidade de falantes integra uma novidade linguística, possivelmente, o efeito começa a esvaziar-se.

Embora a tese saussuriana da arbitrariedade do signo preveja que as palavras são completamente arbitrárias, de acordo com a obra “Curso de Linguística Geral” (SAUSSURE, 1975), para Rajagopalan (2002), a grande desconfiança ao se falar em linguagem “politicamente correta” se deve ao fato de que a linguagem é um produto para o marketing, uma fonte de poder sobre o mundo, podendo interferir nele. Por isso, também é provável existirem estratégias de marketing somente para promover produtos, usando uma linguagem “politicamente correta” como pretexto de promoção e de venda, o que é comum na sociedade capitalista.

Para o autor, “intervir na linguagem significa intervir no mundo” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 102), sendo duas ações preponderantemente potentes contra os preconceitos na sociedade que permeiam a linguagem: monitorar a linguagem preconceituosa que se produz/mantém e conscientizar o falante sobre esse tipo de linguagem. Contudo, além do inconsciente ser constitutivo do sujeito, acreditamos que o uso do politicamente correto funciona por meio da ordem da obrigatoriedade e dos “bons costumes”, como um adorno da comunicação na sociedade capitalista, caracterizada pela diversidade, porém, amplamente desigual e atravessada por sentidos latentes de preconceito.

Dito isso, é preciso lembrar que o uso de uma linguagem inclusiva de gênero, bem como sua recomendação (como nos manuais de linguagem inclusiva de gênero), se pauta em um certo controle sobre a linguagem, principalmente enquanto fala, expressão oral do sujeito, na qual se assume uma posição aparentemente consciente sobre a possibilidade de preconceito daquilo que enuncia, mas que, em contraponto, pode significar apenas o cumprimento de uma obrigatoriedade esperada do sujeito nas relações interpessoais da sociedade capitalista, que não busca ir além do binarismo e que pode aparecer de forma heterogênea no discurso.

2.1 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO E DE MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO E OS GUIAS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO

A gramatização, conforme teoriza Auroux (2014), é um processo tecnológico, oriundo de uma revolução a partir da escrita, que concerne à primeira revolução tecnolinguística da gramatização, no terceiro milênio antes da nossa era. Em seguida, surge o período que remonta a segunda revolução tecnológica da gramatização, no século V, especificamente na tradição greco-latina, e segue até o século XIX, com grande

desenvolvimento científico na Europa, reunindo estudos massivos sobre as diversas línguas do mundo. Nessa perspectiva, segundo Auroux (2014, p. 36), “[...] a gramática torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las”.

Isso posto, nesse processo de constituição do saber metalinguístico, de um saber sobre a língua, o ponto de partida é justamente a oralidade, a fala dos sujeitos, antes mesmo do saber pedagógico, sobre como a língua se caracteriza e como se deve usá-la. Tal processo se firmou ao longo dos anos, bem como possibilitou que a gramática se tornasse uma técnica geral de aprendizagem a ser aplicada tanto em línguas estrangeiras, como em línguas maternas.

Para Auroux (2014), atualmente, em pleno século XXI, as Ciências da Linguagem demonstram a existência corrente da terceira revolução tecno-linguística da gramatização, a qual consiste em uma mecanização da linguagem através da informatização, último estágio da revolução. Por isso, nesta pesquisa, consideramos que os manuais de linguagem inclusiva de gênero advêm desta terceira revolução, com todas as particularidades e consequências possíveis, dado que a automatização do instrumento não é total, mas sim dependente de como os sujeitos a determinam.

A linguista brasileira e estudiosa do campo da HIL, Ana Cláudia Fernandes Ferreira (2015, p. 83), aponta que:

[...] sem a tecnologia da escrita e as tecnologias de linguagem advindas dela – a gramatização das línguas e a mecanização da linguagem – seríamos uma sociedade muito diferente. Em nossa sociedade, a escrita é uma tecnologia que vem sendo produzida e reproduzida através de diferentes tecnologias, transformando e re-transformando a inteligência humana e a sociedade.

Em vista disso, como é possível perceber, escrever sobre a língua não é apenas um poder dos gramáticos, pois os manuais de linguagem inclusiva de gênero são escritos por falantes que não são gramáticos. Tais manuais foram escritos não com o propósito de determinar que é correto/incorreto, mas sim de elucidar como o uso da língua poderia incluir/excluir sujeitos que não se identificam com o masculino/feminino que constitui o binarismo de gênero em nossa sociedade.

Nos colocamos em consonância com os estudos de Garcia (2018, p. 144), porque compreendemos os manuais como instrumentos linguísticos que “[...] participam do processo de gramatização de uma língua, descrevendo-a e instrumentalizando-a”.

Nessa esteira, é crucial compreender como ocorre o processo de manualização (PUECH, 1998), que se vincula ao processo de gramatização (AUROUX, 2014), em virtude de que é necessário que haja gramatização, – ou seja, que o instrumento tecnológico do manual forme parte do processo de vulgarização dos saberes sobre a língua –, para haver manualização, com foco no processo em si, não no produto realizado e concluído, com base no que teoriza Puech (1998).

Para esse estudioso, é preciso atentar para o fato de que a manualização é apenas um dos aspectos de um processo muito vasto, o processo de disciplinarização dos saberes linguísticos. Podemos dizer que se trata de um processo de constituição de saberes sobre a língua em disciplina. Para ilustrar tal explicação, citamos o conceito de manualização teorizado por Puech (1998, p. 1, tradução nossa)²³:

[...] processus par lequel les savoirs linguistiques s'exposent et se diffusent à des fins opératoires de transmission, appropriation, réinvestissement, plutôt que du produit à proprement parler, c'est-à-dire du manuel comme objet socioculturel clairement identifiable par rapprochement/différenciation [...].

Dessa forma, é imprescindível, discursivamente, pensar em como os manuais de linguagem inclusiva de gênero, muitas vezes intitulados de guias, comportam saberes sobre a língua materializados e os vulgarizam socialmente em determinados espaços discursivos, inclusive no espaço digital, não no campo escolar, mas no campo das Ciências da Linguagem.

De acordo com Garcia (2018, p. 145), “nos manuais, percebemos como os saberes linguísticos se expõem, se difundem e apontam para um funcionamento da sociedade”. No caso dos manuais de linguagem inclusiva de gênero, existe uma busca por recomendar uma linguagem, por meio de instruções técnicas (tutoriais sobre a língua) que modificam formas gramaticais binárias, as quais refletem o feminino e o masculino, bem como por termos impessoais que não exprimem gênero, questionando, assim, o masculino genérico que abarca, ou que deveria abarcar, todos os gêneros sociais.

No entanto, diversos grupos sociais têm despontado objeções sobre o masculino genérico, seja feminizando a língua, seja não marcando gênero ou marcando o gênero de uma forma tida como “neutra”. Desse modo, Garcia (2018, p.

²³ Em português: [...] processo pelo qual os saberes linguísticos se expõem e se difundem aos fins operatórios de transmissão, apropriação, reinvestimento, em vez do produto propriamente falando, ou seja, do manual enquanto objeto sociocultural claramente identificável por aproximação/diferenciação [...] (PUECH, 1998, p. 1).

156-157) salienta que: “[...] manualizar uma linguagem não sexista é fazer uso do gênero feminino quando as profissões, funções, graus, títulos se referem às mulheres e, por conseguinte, dar visibilidade na língua à mulher”.

Igualmente, é importante frisar que, apesar de reconhecer o feminino como uma marcação gramatical necessária em diversos guias, a linguagem não sexista propõe apenas um questionamento do uso do masculino como universal. No entanto, ela não pauta questões relacionadas à linguagem não binária, também chamada de linguagem “neutra”, como no caso de uma possível marcação que não é binária (masculina/feminina), mas que admite a possibilidade de existência de um terceiro gênero gramatical, considerado neutro/não binário.

Sobre a relação entre gramática, língua culta, língua popular e preconceito, para Heronides Maurílio de Melo Moura (2002), as formas populares de linguagem são consideradas maneiras pitorescas, ilógicas e curiosas de expressão daquilo que “[...] a norma culta faz de uma forma muito mais econômica e sensata” (MOURA, H., p. 79, 2002). Devido a essa diferenciação da gramática tradicional entre língua culta (considerada racional, correta e cultural) e língua popular (considerada criativa, espontânea e ilógica), é possível pensar nos manuais enquanto parte do processo de gramatização (AUROUX, 2014). Por isso, os manuais analisados nesta dissertação sugerem uma linguagem não sexista, porém, não sugerem uma linguagem “neutra”, visto que tal uso estaria em desacordo com o padrão normativo gramatical da língua portuguesa, por não ser considerado um uso econômico e sensato.

2.2 ANÁLISE DO DISCURSO EM ARTICULAÇÃO COM HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste estudo buscamos estabelecer um diálogo produtivo entre a História das Ideias Linguísticas (HIL) e a Análise do Discurso (AD) pecheutiana, conforme tais campos do saber se estabeleceram no Brasil, por meio de diálogos repletos de memória, fundados a partir de uma parceria sólida entre Eni Puccinelli Orlandi e Sylvain Auroux. Ainda assim, é preciso reconhecer que os dois campos do saber podem ser trabalhados colaborativamente, como faremos neste trabalho científico. No entanto, isso não é um pré-requisito, posto que essas dos campos têm teorias bastante específicas.

Como é possível estabelecer um eixo prévio entre os estudos da HIL e da AD? Podemos começar refletindo a partir dos estudos de Baldini *et al.* (2018), nos quais ele aclara que a HIL tem, como seu objeto de estudo, os saberes históricos sobre a linguagem e as línguas. Já a AD, tem, como seu objeto, o discurso, isto é, a produção de efeitos de sentido, sempre considerando algumas de suas preocupações científicas norteadoras, como os conceitos de: sujeito, luta de classes e condições de produção, entre muitos outros.

Para exemplificar a relevância de tal articulação, pensar em HIL implica pensar a história das línguas, mas sem relacioná-la ao sujeito nem em luta de classes, o que é impensável para a AD materialista, a qual surge da filosofia Marxista, que estuda a relação entre o sujeito e a sociedade, considerando as lutas de classes sociais como um importante ponto teórico-analítico. Segundo Ferreira (2018, p. 20):

No período de 1987 a 1988, quando realizava um estágio de pós-doutorado na França, Eni Orlandi tomou conhecimento do projeto de História das Ideias Linguísticas coordenado por Sylvain Auroux, na Universidade de Paris VII, pelo Laboratório de Histoire des Théories Linguistiques do CNRS. No ano seguinte, foi assinado um convênio entre a Unicamp e a Universidade de Paris VII e, em 1992, a equipe brasileira e a francesa deram início ao projeto "História das Ideias Linguísticas: Construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional".

Ainda de acordo com os estudos de Ferreira (2018), desde 1992, diversos projetos de pesquisa vêm sendo desenvolvidos no Brasil, sendo os projetos precursores relacionados com brasilidade, saber metalinguístico (como a gramatização), língua nacional, política de línguas, etc. Tais projetos foram desenvolvidos por renomados pesquisadores, como Eni Puccinelli Orlandi e Eduardo Guimarães, por exemplo. Segundo a autora, existe um movimento de expansão massivo no que se refere à institucionalização de linhas de pesquisa, bem como de disciplinas, em História das Ideias Linguísticas, em cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil, em diversas universidades.

Com respeito a esse momento, em que se inicia um trabalho de pesquisa interdisciplinar entre a AD e a HIL no Brasil, Nunes teoriza o seguinte (2008, p. 21):

Podemos dizer que esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem. Isso inclui tanto os trabalhos de análise dos textos de arquivo, dos gestos de leitura que deles se depreendem, quanto a proposição de novas formas de escrita do arquivo, sensíveis à historicidade dos sentidos, à pluralidade dos domínios das ciências da linguagem, à espacialidade e à temporalidade do conhecimento, às formas de autoria, aos

funcionamentos institucionais, aos acontecimentos, enfim, a tudo aquilo que compreende as condições de produção dos discursos científicos.

Sendo a AD um dispositivo teórico-analítico que se trabalha a partir de um modo de leitura, o qual considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, ela pode trazer relevantes contribuições para a HIL, como explica Nunes (2008), já que é preciso estudar a história da Linguística enquanto ciência dotada de tradições distintas. De outra perspectiva, ainda que não faça parte especificamente de nossa proposta científica, é preciso conceber o Brasil como um país historicamente colonizado por Portugal, o que induziu à institucionalização da língua portuguesa como a língua oficial e nacional do Brasil.

3 A MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO EM GUIAS DIGITAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO BRASILEIROS NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Neste capítulo desta dissertação, apresentaremos a análise do discurso sobre igualdade em manuais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros. Inicialmente, nos importa especificar que “toda reivindicação em torno da *linguagem neutra* parece ir dar na possibilidade de inscrever no corpo da língua a afirmação de uma existência inviabilizada por diversos dispositivos sociais” (FILHO, 2022b, p. 160, grifos do autor). Assim sendo, sujeitos que não se sentem simbolizados na língua, sejam mulheres ou pessoas não binárias, tendem a usar formas que marcam sua existência na materialidade linguística. Isso justifica o uso de “todes, todas e todos”, nessa ordem: o grupo de sujeito minorizados que mais sofre discriminação em primeiro plano.

Os guias e materiais metalinguísticos são textos que possuem fins formativos e que, além disso, refletem sobre aspectos referentes à linguagem, sendo elaborados e publicados com uma orientação que visa, segundo Glozman, “[...] a clarificar aspectos das condições de uso das variantes da linguagem inclusiva de gênero.” (2022, p. 172).

Nas palavras de Glozman (2022, p. 165), o termo “linguagem inclusiva não nomeia um mesmo objeto ou problema”. Isso porque as condições de produção de diferentes âmbitos se orientam por situações que articulam a linguagem em sociedades de maneira diversa. Afinal, cada sociedade, historicamente, passou por um processo de colonização distinto. Atualmente, cada local passa por diferentes conflitos sociais e possui saberes metalinguísticos específicos.

Portanto, há um efeito de mesmidade funcionando nos manuais de linguagem inclusiva de gênero, bem como em outros materiais que vêm sendo publicados a nível mundial. Segundo a autora (GLOZMAN, 2022, p. 164-165), a concepção de linguagem, de poder e de resistência que se toma é da ordem do já-dito, do evidente e do transparente, como se fossem concepções completamente comuns em todas as sociedades.

De acordo com os estudos de Filho (2022c), é através da linguagem que fazemos política, mas não só. Também é por meio dela que organizamos a dinâmica das relações sociais, na qual as relações de força tendem a desencadear

determinadas relações de sentido. É essencialmente por meio da língua que nós nos subjetivamos, ou seja, que é possível que nos tornemos sujeitos.

Dessa forma, ao refletir sobre o processo de manualização (PUECH, 1998) dos manuais estudados nesta dissertação, é impossível desconsiderar a conjuntura política e histórica, pois as relações de força e o lugar ocupado pelos movimentos e pelas organizações sociais que se referem aos diversos gêneros e às sexualidades, de forma particular em cada âmbito, visto que há “[...] camadas temporais, vaivéns e tensões sociais e raciais” (GLOZMAN, 2022, p. 167).

Conforme os estudos da autora, desde um ponto de vista científico e linguístico, não seria necessário, nem mesmo seria parte do trabalho da ciência linguística, recomendar ou proibir determinadas formas de linguagem. Dessa maneira, com referência à aproximação científica, “[...] qualquer que seja sua perspectiva ou nível de análise, pode adotar um ponto de vista prescritivo, restritivo ou proibitivo no que diz respeito ao uso de formas linguísticas” (GLOZMAN, 2022, p. 173).

Além disso, a estudiosa salienta que variações nos usos linguísticos são comuns a todas as sociedades, bem como compõem os funcionamentos linguísticos habituais, inclusive no que se refere ao uso da linguagem inclusiva de gênero. Ademais, para a autora, as formas linguísticas adquirem funcionamentos discursivos conforme o valor sociocultural vigente em sua circulação, o que provavelmente pode ocasionar debates, polêmicas e falta de consenso, assim como no caso de outras discussões a nível social.

3.1 ARQUIVO E *CORPUS*: GUIAS DIGITAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO BRASILEIROS

Para alcançar o objetivo de compreender como ocorre o processo de manualização da língua em manuais de linguagem inclusiva de gênero, desde uma perspectiva que se baseia na HIL, para conceber os manuais como tais, e por meio de uma análise discursiva que parte de um aporte teórico-metodológico pecheutiano, é essencial explicitar que estudaremos o processo de manualização e de produção do discurso sobre a inclusão, compreendendo o discurso como constituído de exterioridade, de tecido histórico-social (MALDIDIER, 2017, p. 23), em dois manuais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros.

Em vista disso, para desenvolver esta pesquisa, elaboramos um arquivo, com base no conceito de Pêcheux (2014b, p. 59, grifos do autor): “[...] (entendido no sentido amplo de *campo de documentos pertinentes disponíveis sobre uma questão*)”. Nessa esteira, tomamos o arquivo como algo que se constitui de discursividade por meio da materialidade da língua, formando o nó central da leitura de arquivo, em uma relação entre a língua e a discursividade que se estabelece da seguinte forma, de acordo com Pêcheux (2014b, p. 66, grifos do autor): “[...] entre a *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história [...]”.

Sobre o arquivo, é importante destacar que nos colocamos em consonância com o analista de discurso brasileiro Fábio Ramos Barbosa Filho (2017), visto que o entendemos como um lugar possível do dizer, do que pode não estar dito na materialidade em análise, mas que está funcionando nela, segundo Filho (2017, p. 2), por meio de “[...] múltiplas determinações e dominâncias institucionais, sociais, políticas, linguísticas, discursivas, dentre outras [...]”.

Dessa forma, considerando os estudos de Filho (2017), a heterogeneidade do arquivo compõe sua materialidade, atravessada pela historicidade, o que permite ao analista de discurso trabalhar o arquivo a partir de uma compreensão de que tratar de arquivo não é tratar de algo que completaria a história, mas como algo que permite ler a história de forma ainda mais abrangente em termos de possibilidades de leitura. Da mesma forma que, no arquivo, não há uma unidade homogênea, mas sim uma unidade heterogênea, dotada de tensões que se estabelecem no discurso, pela língua e pela história.

Tendo em vista a preponderante necessidade de reiterar constantemente que a ciência não deve ser um lugar de pretensões, enfatizamos que esta pesquisa não busca julgar, (des)incentivar ou mistificar a linguagem inclusiva e o politicamente correto. Eticamente, a responsabilidade teórica do sujeito-cientista se constitui em sua alteridade no fazer científico. Ainda assim, é da ordem do impossível que o sujeito-analista não deixe vestígios de sua ideologia em suas análises, marcas indeléveis que não são, de modo algum, transparentes ou evidentes.

Assim sendo, para a AD, afirma Orlandi (2020a), os sentidos sempre escapam e sempre poderiam ser outros, bem como o sujeito que, ao produzir sentidos, se constitui da ideologia (inapreensível) e do inconsciente (incontrolável), bem como se inscreve ideologicamente em FD regidas por FI analisáveis a partir de um dispositivo

de interpretação, o qual considera as condições sócio-históricas de produção do discurso, o interdiscurso (a ausência, a memória discursiva) e o intradiscurso²⁴ (o dizer presentificado).

Para realizar a análise discursiva, o analista de discurso deve construir um dispositivo de interpretação, o qual se caracteriza por pensar o dito e o não dito (que constitui o dito), funcionando de forma conjunta no discurso, assim como onde e como certo enunciado é dito. É evidente que o analista de discurso é afetado pela ideologia, pelo inconsciente e pelo esquecimento consciente de que aquilo que diz poderia, certamente, ser dito de diversas outras formas²⁵.

A análise discursiva, de acordo com a compreensão de Orlandi (2020a), precisa partir de processos discursivos semânticos que a tornam possível, como: paráfrase, metáfora, polissemia, deriva, entre outros. Nesse sentido, nos importa explicitar os pontos seguintes, considerados pontos centrais acerca dos dispositivos de análise próprios da AD: o lugar da interpretação, as bases da análise, o método, os dispositivos e os procedimentos.

É importante destacar que o analista deve trabalhar no entremeio da descrição com a interpretação, o que ocorre pelo deslocamento de sua relação com a interpretação, no momento em que se introduz um dispositivo teórico na análise, o qual torna capaz a relação do analista com os objetos simbólicos analisados. Dessa forma, para que o analista possa realizar seu trabalho, precisa descrever os gestos de interpretação do sujeito no discurso enunciado.

No que lhe concerne, os gestos de interpretação são resultados de atos de leitura e de interpretação no campo simbólico, dado que os atos são considerados atos simbólicos (PÊCHEUX, 2014c). A partir da teoria pecheutiana, Orlandi (2020b) coloca que interpretar é produzir gestos, por isso, a interpretação intervém no real do sentido, sendo uma prática discursiva, lógico-histórica e ideológica, possibilitada pela

²⁴ Entendemos o interdiscurso conforme Pêcheux (2014a), como um efeito do interdiscurso, sobre si mesmo, determinado pelo exterior (pré-construído), sendo um "fio do discurso" do sujeito, dado que "[...] a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro já-dito do intradiscurso [...]" (PÊCHEUX, 2014a, p. 154, grifos do autor)".

²⁵ Tal esquecimento é teorizado por Pêcheux e Fuchs (2014) como esquecimento número 2, o qual consiste na ilusão consciente do sujeito, ao selecionar seus enunciados, de que o que é dito só pode ser dito de tal maneira. Vale dizer que o esquecimento número 1 se relaciona à ilusão inconsciente do sujeito de supor que ele é a origem do seu dizer.

incompletude da língua, pelos espaços abertos do possível, que sempre podem ser preenchidos de sentidos outros.

Com relação a isso, Orlandi (2020a) explica que o esperado do dispositivo do analista não é que permita que se trabalhe em uma posição neutra, mas que tal posição “[...] atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito” (ORLANDI, 2020a, p. 59). Isso só pode ser desenvolvido ao trabalhar-se de forma menos subjetiva possível, nos limites da interpretação, considerando a inter-relação entre a língua, a história, o simbólico e a ideologia.

Esse trabalho de entremeio propõe, ao analista, a contemplação aberta do funcionamento do discurso em materialidades determinadas, as quais jamais se esgotam em uma só análise, pois a análise não se constitui de completude e univocidade de sentidos. Para compreender como é necessário que a análise se desenvolva, nos baseamos na teoria de Orlandi (2020a). Segundo a autora, há três etapas correlativas que precisam ocorrer na análise discursiva para ser possível compreender o modo como se organizam os sentidos. Com o propósito de tratar das etapas desta análise discursiva, seu dispositivo e procedimentos em particular, vejamos o quadro abaixo:

Quadro 1 - Sistematização das etapas da análise

Etapa 1	Superfície Linguística	Texto (Discurso)
Etapa 2	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
Etapa 3	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Fonte: ORLANDI, 2020a, p. 76.

Com base no quadro 1 acima, apresentaremos, brevemente, cada uma das etapas, sistematizadas. Posteriormente, nos dedicaremos a tratar de como realizaremos a análise a partir do procedimento teórico-metodológico proposto por Orlandi (2020a), o qual, longe de ser uma fórmula eficaz para o trabalho do analista de discurso, nos auxiliará consideravelmente a realizar a análise discursiva deste estudo.

Na etapa 1, que consiste na passagem da superfície linguística para o objetivo discursivo, ao estabelecer um primeiro contato com o enunciado, o analista de

discurso busca encontrar a discursividade, em uma análise inicialmente linguístico-enunciativa. Nesse movimento primordial, o analista se direciona a um caminho de construção do objeto discursivo, considerando o esquecimento número 2 e desprendendo-se da ilusão da univocidade do dizer.

O trabalho do analista, na primeira etapa, mobiliza processos discursivos, como paráfrase e sinonímia, por exemplo, a fim de encontrar regularidades e repetições que ocorrem de forma distinta, as quais que podem relacionar-se com outros dizeres no discurso, por meio da dessintagmatização²⁶, chegando, de fato, ao objeto discursivo. Tais dizeres outros compreendem as fronteiras das formações discursivas.

Por sua vez, na etapa 2, ocorre a passagem do objeto discursivo para o processo discursivo, em um caminho que busca aprofundar o trabalho analítico de forma vertical. Nesse momento analítico, o analista relacionará possíveis FD, observando “efeitos metafóricos” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014), em um deslizamento de sentido entre “x” e “y”, sendo ambos constitutivos do sentido, resultando no deslize, na deriva dos sentidos, os quais, como já dito, sempre estão afetados pela possibilidade de serem outros. A metáfora se dá por um processo de transferência dos sentidos, não de desvio, o qual ocorre em um lugar de interpretação e historicidade.

Finalmente, na etapa 3, ao deparar-se com os deslizes dos sentidos, o analista se encontra, então, com o processo discursivo e com as condições de produção do discurso, por meio dos efeitos de sentido produzidos possíveis de serem observados. Nesse último momento, a FI poderá ser relacionada ao discurso.

Com base nas 3 etapas correlativas que propõe Orlandi (2020a), explicitadas anteriormente de forma breve, buscaremos realizar a análise desta pesquisa seguindo esses pressupostos metodológicos da AD específicos, posto que acreditamos que nos auxiliarão no propósito de compreender como ocorre a manualização do saber linguístico acerca da linguagem inclusiva, nas SD a serem analisadas, as quais foram selecionadas a partir dos objetos discursivos (manuais de linguagem inclusiva) em estudo. Em resumo, as três etapas, a serem cumpridas a fim de alcançarmos os objetivos traçados nesta análise, serão as seguintes: 1) Seleção dos manuais que

²⁶ Existem dois tipos de dessintagmatização: a linguística (relacionada às relações parafrásticas, ao dito/não dito) e a discursiva (relacionada à formação discursiva dominante e suas relações com outras formações discursivas).

formarão o *corpus*; 2) Seleção de SD a serem analisadas; 3) Trabalho teórico-analítico no entremeio da descrição e da interpretação.

Dito isso, em um primeiro momento, selecionamos, para a constituição de nosso arquivo, alguns manuais de linguagem inclusiva de gênero publicados gratuita e digitalmente na internet, todos brasileiros e em língua portuguesa (consultar apêndice A). Para construir o *corpus* desta pesquisa, concebido como uma espécie de filtro para estabelecer as sequências discursivas, fundadas em conjuntos de discursos possíveis e regularidades (MALDIDIER, 2017, p. 24), elegemos dois manuais, tendo em vista aspectos como: atualidade, concisão e representatividade política, pensando o político como constitutivo do discurso e da leitura em AD, dado que esta considera o político e o simbólico. São eles: 1) “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017), publicado pela Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (consultar anexo A) e 2) “Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero: Aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral (consultar anexo B)²⁷.

A atualidade dos guias compreende nos anos 2017 e 2021, momento de plenas discussões e legislações sobre o uso da linguagem inclusiva de gênero não sexista, bem como de intensas reivindicações provenientes de lutas do movimento feminista latino-americano. Por sua vez, a concisão favorece a análise que pode ser feita em uma dissertação de mestrado, que não prevê grande extensão de texto, o que facilitou nossa opção por manuais de linguagem inclusiva de gênero de menos de vinte páginas. Já a representatividade política, como aspecto a ser considerado na escolha das materialidades, é de suma importância, visto que se refere a manuais de linguagem inclusiva de gênero de autoria de duas instituições político-governamentais: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS).

Além disso, é preciso explicitar que os manuais selecionados são manuais de linguagem inclusiva de gênero que recomendam uma linguagem não sexista, a qual prioriza pronomes impessoais e o desdobramentos do masculino e do feminino, não uma linguagem “neutra” (que propõe modificações morfológicas para simbolizar os gêneros), acerca dos quais ainda não encontramos trabalhos científicos publicados

²⁷ É essencial explicar que o acesso aos manuais analisados consta, nos anexos, no formato digital de QR Code. Por isso, trata-se de códigos que podem ser escaneados pela câmera de telefones celulares.

até o momento da realização desta pesquisa, nem mesmo a partir de uma perspectiva da AD de linha francesa pecheutiana ou da HIL.

Também por isso, é relevante analisar tais manuais, devido ao restrito número de publicações científicas sobre a manualização do saber linguístico, especialmente da linguagem inclusiva de gênero e seu funcionamento discursivo no Brasil do século XXI. Afinal, buscar depreender como os sujeitos, de diversos gêneros, podem ser afetados por suas formas de nomeação na língua parece contornar importantes problemáticas entre língua, discurso, sujeito e produção de sentidos no campo teórico da AD materialista.

Em seguida, em um segundo momento, desde nossos gestos de interpretação, analisamos o discurso de igualdade, gênero e linguagem por meio de sequências discursivas (doravante SD), mobilizando conceitos caros à AD materialista, as quais funcionam discursivamente de forma articulada e interdependente, dentre as quais encontram-se: discurso, ideologia, sujeito, FI, FD, memória discursiva, interdiscurso, historicidade e condições de produção.

Ao mobilizar conceitos da AD em articulação como a HIL, consideramos o manual a partir do entendimento de conceitos como gramatização (AUROUX, 2014) e manualização (PUECH, 1998), ressaltando a importância de compreender os manuais como instrumentos linguísticos que visam a recomendar o uso da língua de uma forma determinada discursiva, social e historicamente.

Posteriormente, em um terceiro momento, relacionamos o discurso dos manuais de linguagem inclusiva de gênero selecionados com a teoria de Análise do Discurso (AD) pecheutiana, de linha francesa, com a finalidade principal de compreender como ocorre a manualização do saber linguístico da linguagem inclusiva de gênero no Brasil, a partir da discursivização sobre igualdade, gênero e linguagem nas recomendações sobre o uso da língua em manuais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros, os quais apresentam sugestões de uso linguístico.

Esse trabalho de pesquisa compreende um caminho que parte do arquivo ao *corpus*, da língua ao discurso, do discurso às sequências discursivas que materializam a análise, bem como do posicionamento do analista em direção às suas materialidades. Dessa maneira, construímos nosso observatório de investigação, em conformidade com a linguista francesa, estudiosa do campo da HIL, Francine Mazière (2017, p. 23): “o analista de discurso não é uma pessoa neutra. Nunca. Vimos que ele

deve assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve, igualmente, construir um observatório para si”.

É considerável refletir acerca das pesquisas de Filho (2022c, não paginado, grifos do autor) sobre o fazer científico de linguistas na temática da linguagem inclusiva, as quais postulam que “[...] questões *de linguagem* nem sempre são questões *da linguística*”. Dito de outra forma: não cabe a linguística pensar ou explicar acerca de tudo que concerne à linguagem, muito menos explicar acerca de tais usos que estão se propagando atualmente, como um processo em curso que não cessa, no cerne no âmbito social.

Ainda assim, o estudioso explica que linguistas podem participar de debates polêmicos, como no caso da linguagem inclusiva, mas que não devem deixar de considerar que, em vez de dar a última palavra, criticar ou acolher sem criticar, precisam do seguinte, enquanto linguistas: escutar. Nesse sentido, é importante ressaltar que o movimento de ouvir, de assumir uma posição de escuta, também é uma demanda do arquivo com o qual analistas de discurso trabalham.

Nesse sentido, uma vez que o observatório discursivo desta pesquisa é digital, é de significativa importância refletir sobre como a relação entre a língua e a discursividade podem contribuir para uma leitura de arquivo que compreende que, segundo Dias (2015, p. 980):

[...] o funcionamento dos discursos, com a internet e o próprio trabalho com o arquivo, precisa levar em conta as condições de produção da internet e, como venho dizendo, a discursividade da rede de sentidos, que não escapa à injunção do digital e dos modos de existência dos sujeitos e de produção dos sentidos na sociedade digital.

Sendo assim, ainda conforme Dias (2015), este trabalho com o arquivo precisa considerar a constatação de que o discurso digital, como aquilo produzido na/para a internet, apresenta particularidades, como: temporalidade (passível de atualização), instabilidade do arquivo (mutabilidade e possibilidade de indisponibilidade), dimensão e heterogeneidade do arquivo (infinidade de textos), autoria (pode não ser encontrada) e leitura dispersiva (visibilidade).

No que se refere a arquivos disponíveis em sites da internet, estamos imersos, conforme a historiadora e socióloga Robin (2016, p. 399), “na imaterialidade do suporte”. Isso porque, diversos sites que existem de forma transitória em rede podem desaparecer sem aviso, se não tiverem suas informações impressas e arquivadas, por exemplo. Ainda segundo a estudiosa, na vida em tela, ou seja, na internet, nada é

permanente e seguro, no sentido de que “[...] as informações se perdem no deserto. Imenso espaço, vertigem do infinito onde tudo acaba por se perder, esquecer, inexistir [...]” (ROBIN, 2016, p. 399).

Acerca do discurso institucional, como no caso das instituições autoras dos manuais analisados neste estudo (SINUS e TSE), o funcionamento discursivo e sua abertura constitutiva ao equívoco, de acordo com Medeiros (2017, p. 9), pode ocorrer da seguinte forma:

No discurso institucional, a língua em si não é identificada como machista, basta que saibamos usá-la, manipulando as possibilidades que ela apresenta. A língua é em parte dominante (pois suas estruturas devem ser respeitadas) e em parte dominada (pois seu uso pode ser modificado para atender a certos propósitos). No entanto, exemplos deste uso são marcados pela contradição, na qual identificamos o furo da língua, o escape, o não sistematizável.

Isso posto, em busca do discurso, perpassado pelos furos da língua no que concerne à linguagem inclusiva e à igualdade de gênero, na próxima subseção, iniciaremos a análise a partir dessas reflexões prévias, as quais colaboram efetivamente para que o trabalho de leitura de arquivo considere, de acordo com Pêcheux (2014b), o *corpus* como resultado de um trabalho de leitura de arquivo cujo nó central constituinte é a relação entre língua e exterioridade

Em conformidade com as formulações da teoria pecheutiana, essa relação entre a língua e a exterioridade se constitui da seguinte maneira: a língua remete ao jogo e ao equívoco, enquanto a exterioridade remete aos efeitos linguísticos materiais na história.

3.2 O DISCURSO SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO EM GUIAS/MANUAIS DE LINGUAGEM INCLUSIVA DIGITAIS BRASILEIROS

Nesta subseção de nossa dissertação, apresentaremos uma análise discursiva, a qual, desde os nossos gestos de interpretação, parece evocar práticas pecheutianas de AD, considerando a manualização do saber linguístico e a proeminência da terceira revolução tecnológica da gramatização, bem como a emergência de publicação de manuais de linguagem inclusiva de gênero no Brasil e as tensões político-sociais que cerceiam a problemática na contemporaneidade, em meio à quarta onda feminista.

Em outras palavras, nesta subseção do trabalho de dissertação, apresentaremos nossa análise discursiva, a qual nos levará a refletir sobre como ocorre a manualização do saber linguístico. Para tanto, analisaremos sequências discursivas (doravante SD) sobre igualdade em dois manuais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros, respectivamente: “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017) e “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021).

3.2.1 “Manual de linguagem inclusiva”, da SINUS, uma instituição intergovernamental

O primeiro manual que analisaremos discursivamente nesta pesquisa é o “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017), da Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS), publicado digitalmente em 2017. A SINUS está localizada em Brasília, no Distrito Federal, e é uma instituição de caráter intergovernamental, por isso, se vincula ao governo de diversas nações, aquelas que formam parte da Organização das Nações Unidas (ONU), sediada em Nova Iorque, nos Estados Unidos. A ONU é uma organização foi criada para promover a cooperação internacional e a paz, assim como contribuir para a solução dos problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário a nível mundial²⁸.

Segundo o site da SINUS²⁹, trata-se de um projeto de extensão desenvolvido, desde 2011, pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB)³⁰, o qual propõe simulações de reuniões de organismos internacionais. Nessas simulações, estudantes secundaristas assumem a posição de pessoas responsáveis por decisões de distintos países, visando a criar propostas de resolução de problemas.

Em seguida, na figura 1, com a finalidade de ilustrar a primeira materialidade discursiva a ser analisada nesta dissertação, apresentamos a capa do primeiro

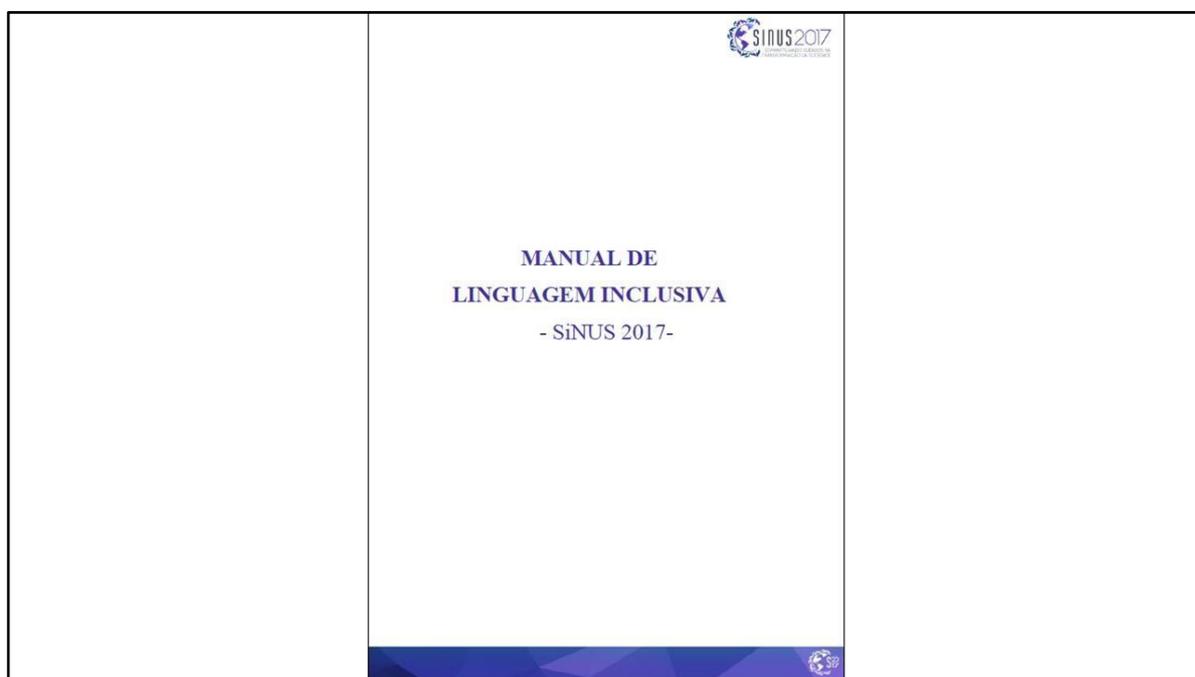
²⁸ A ONU passou a substituir a Liga das Nações Unidas em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

²⁹ Disponível em: <https://www.sinus.org.br/projetosinus>. Acesso em: 30 abr. 2022.

³⁰ O site do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB) está disponível em: irel.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=edit&id=161. Acesso: 30 abr. 2022.

manual a ser analisado neste capítulo, intitulado “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017).

Figura 1 – Capa do “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017)



Fonte: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017, p. 5.

Na figura 1, é possível observar, em um primeiro olhar, que o termo “linguagem inclusiva” é usado no título do manual a ser analisado. Não se usa o termo “linguagem neutra”, “linguagem não binária” ou “linguagem não sexista”, tampouco se diz que se tratará de uma linguagem inclusiva referente especificamente ao gênero identitário.

A proposta do manual que consta na seção “Apresentação” expressa a necessidade de “inquietar-se” (SINUS, 2017, p. 3) ao promover o uso de uma linguagem que prioriza o feminino “[...] em seu projeto, documentos e outras produções gráficas” (SINUS, 2017, p. 3), dando continuidade a uma primeira versão do manual, elaborada em 2016. Por esse viés, o manual sinaliza que objetiva incentivar o pensamento crítico aos participantes do evento³¹, refletindo sobre a linguagem como uma forma de expressão que: “[...] pode transmitir ideias que silenciam e marginalizam individualidades, diferentes perspectivas e realidades” (SINUS, 2017, p. 3).

³¹ Na edição de 2017 da Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS), o lema foi o seguinte: “Compartilhando cuidados na transformação da sociedade”.

Ressaltamos que o manual possui 14 páginas, nas quais discorre ao longo de 6 seções intituladas, respectivamente: “1. Apresentação”, “2. A linguagem como mecanismo reprodutor de significados sociais”, “3. O uso sexista da linguagem”, “4. Linguagem Inclusiva para além do gênero”, “5. Linguagem Inclusiva na SiNUS” e “6. Referências bibliográficas”.

Igualmente, é fundamental especificar que a seção “3. O uso sexista da linguagem” apresenta as subseções: “3.1 O *falso* neutro”, “3.2 Deixando o X e outras formas de neutralização da linguagem para trás” e “3.3 Formas não sexistas da linguagem”. Por sua vez, a seção “5. Linguagem Inclusiva na SiNUS” contém a subseção “5.1 A escolha pelo feminino da SiNUS 2017”.

O “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017) não especifica o tipo de linguagem inclusiva que será manualizado em seu título. Contudo, ao ler o manual, nos deparamos com uma linguagem inclusiva bastante ampla, conforme trata a seção “4. Linguagem Inclusiva para além do gênero”, ao dar sugestão de uso de uma linguagem inclusiva de gênero que respeite a diversidade de etnias, orientação sexual, deficiências e doenças.

Com respeito ao gênero, o manual apresenta apenas sugestões de uso com base em gêneros binários (feminino/masculino), sem abordar gêneros não binários, o que não demonstra a diversidade de pessoas que podem consultar o manual para uso, por exemplo. Ainda assim, o manual reconhece a existência de pessoas não binárias, embora não sugira nenhum tipo de linguagem para nomeá-las na língua.

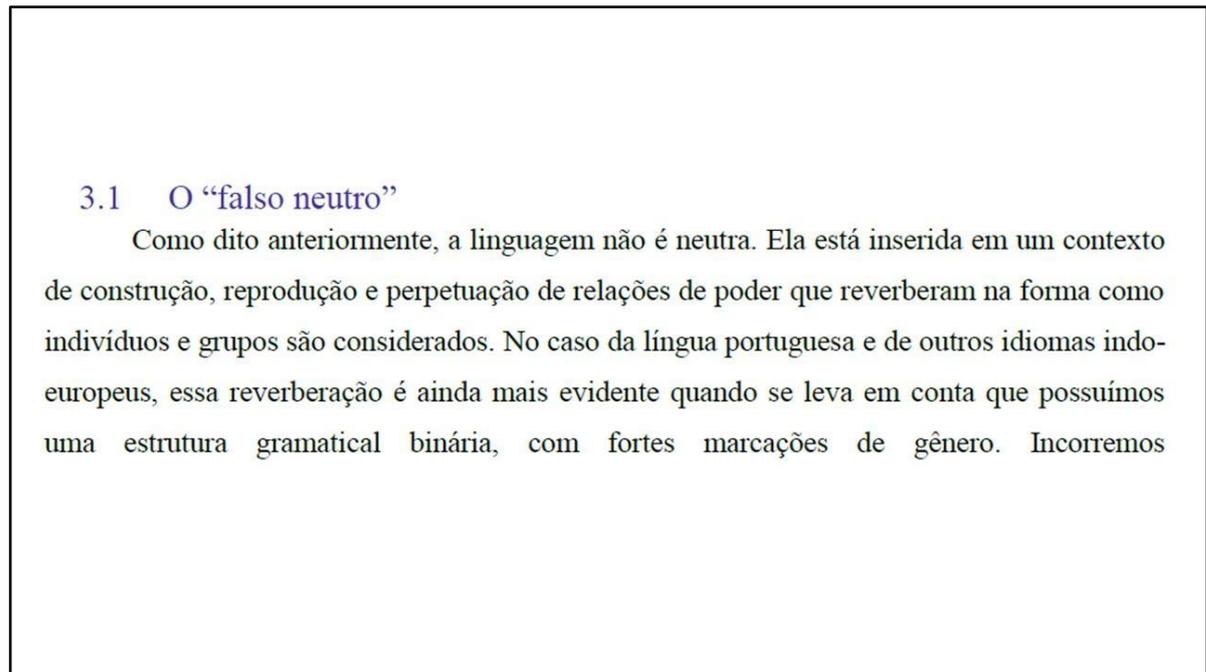
As 3 seções do manual que formam parte no *corpus* desta pesquisa, no caso específico do manual “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017), são as seguintes:

- “O *falso neutro*”;
- “Deixando o X e outras formas de neutralização da linguagem para trás”;
- “Formas não sexistas de linguagem e A escolha pelo feminino da SiNUS 2017”.

Dessa forma, apresentaremos a análise de 6 sequências discursivas (SD), são elas: SD1, SD2, SD3, SD4, SD5 e SD6.

Primeiramente, apresentaremos a análise discursiva de SD1, de acordo com a figura 2 a seguir.

Figura 2 – SD1: “O falso neutro”



Fonte: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017, p. 5.

Sequência Discursiva 1 (SD1):

Como dito anteriormente, a linguagem não é neutra. Ela está inserida em um contexto de construção, reprodução e perpetuação de relações de poder que reverberam na forma como indivíduos e grupos são considerados. No caso da língua portuguesa e de outros idiomas indo-europeus, essa reverberação é ainda mais evidente quando se leva em conta que possuímos uma estrutura gramatical binária, com fortes marcações de gênero. (SINUS, 2017, p. 5).

Ao realizar a análise discursiva de SD1, compreendemos que o discurso sobre a igualdade perpassa efeitos de sentido sobre o poder na sociedade, os quais se refletem na gramática da língua portuguesa, como na nomeação por meio de flexão de gênero gramatical feminino/masculino. Tal efeito, vale dizer, não é responsável por potencializar ou apaziguar a possibilidade de discriminação entre gêneros em sociedade, mas deixaria a desigualdade de gênero mais evidente na/pela língua, ao nomear gramaticalmente o sujeito conforme seu gênero identitário.

Desse modo, os sentidos produzidos pelos dizeres “construção, reprodução e perpetuação” (SINUS, 2017, p. 5) ressoam na memória discursiva daquilo que “[...] fala antes em outro lugar independentemente” (ORLANDI, 2020a, p. 29), portanto, em outras condições de produção. Nesse sentido, persiste uma memória que coloca a questão do gênero em constante debate, sempre disposto a construir, reproduzir e perpetuar padrões e estereótipos de gênero que ditam como o sujeito deve ser e se

comportar em sociedade, sendo ele sujeito mulher-cisgênero, sujeito mulher-transgênero, sujeito-queer, sujeito-intersexual, sujeito homem-cisgênero, sujeito homem-transgênero, entre outras identidades de gênero e sexualidades.

Em SD1, o discurso sobre a igualdade reverbera efeitos de sentido sobre uma língua portuguesa opaca, que circunda gramaticalmente o feminino e o masculino para nomear, o que reflete relações de poder desiguais para pessoas de gêneros diversos, em razão de que nas gramáticas não há gênero neutro para nomear o sujeito-não-binário. Para a AD pecheutiana, uma FD:

[...] não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vem de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais [...]. (PÊCHEUX, 2014d, p. 310, grifos do autor).

Por isso, consideramos que o discurso de SD1 se inscreve em uma FD não binária dominante, na qual os sentidos possíveis sobre gênero vão além do binarismo fundamentado em masculino/feminino, perpassando também os gêneros não binários, visto que não trata explicitamente de um gênero, apenas nomeia “indivíduos e grupos” (SINUS, 2017, p. 5).

Em SD1, a linguagem é definida como não sendo neutra, por formar da construção, reprodução e perpetuação de relações de poder que influenciam em como são considerados socialmente indivíduos e grupos. Nesse viés, é possível compreender que faz parte desse dizer o dizer que não está dito, que concerne em conceber a linguagem como opaca, não transparente, bem como ocorre com a língua e com o discurso, para a AD. Por isso, sendo a linguagem não neutra, parece-nos não ser possível contemplar todos os sujeitos, de todos os gêneros, na língua, materialidade do discurso que é produzido e circula em determinadas condições de produção através da história.

Ainda em SD1, é possível interpretar quem somos “nós” que “possuímos” uma língua da forma como se refere o enunciado. Entendemos que, ao conjugar o verbo possuir no presente do indicativo e na primeira pessoa no singular, a instituição SINUS se coloca na posição de brasileira, porque indica que “nós” se refere a pessoas de nacionalidade brasileira ou que vivem no Brasil, ou seja, aqueles sujeitos que, provavelmente, usarão o manual referido.

Em tal discurso, o sentido que se superpõe por meio da memória, do interdiscurso, é o de que a língua portuguesa que se fala no Brasil é uma língua trazida

da Europa à América do Sul em alto-mar, diretamente de Portugal, país que não impôs sua língua apenas ao Brasil, mas também disseminou seu uso, de maneira impositiva e colonizadora, a alguns países do continente africano (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Moçambique) e em Macau, região administrativa especial localizada na China, no continente asiático.

No caso da língua portuguesa falada no Brasil, é necessário pensar que não se trata de uma língua apenas usada por sujeitos naturais do país, descendentes de inúmeras nacionalidades, raças e etnias, sabida a miscigenação dos sujeitos brasileiros. Trata-se de uma língua que faz parte da vida diária de diversos sujeitos, entre eles: pessoas que, originalmente, falam outras línguas, como ocorre com os imigrantes que vêm ao Brasil para buscar uma melhoria de suas situações econômicas ou para refugiarem-se, em decorrência de guerras e outros conflitos que ocorrem em seu país de origem.

Além disso, o português é uma das línguas dos sujeitos indígenas, falantes de centenas línguas indígenas que resistem ao longo dos séculos, momentos atravessados pela colonização europeia de Portugal, que impôs a língua portuguesa como a língua do Brasil. Por isso, a língua falada no Brasil é uma língua que compreende uma grande diversidade, uma vez que todos os sujeitos precisam utilizá-la quando se relacionam com tudo aquilo que é da ordem do urbano, como documentos, placas, entre outros dizeres do cotidiano.

Ao realizar um comparativo do português com as línguas indo-europeias³², em um processo discursivo de “paráfrase” (ORLANDI, 2020a), um retorno ao mesmo dizer, em diferentes formulações repetidas, o discurso produz sentidos de que há mais presença de binarismo gramatical na língua portuguesa, em comparação com o inglês, por exemplo, em que o artigo não apresenta marcação de gênero (*the*, artigo correspondente aos artigos *o/a/os/as* em português) diante de palavras femininas ou masculinas, funcionando gramaticalmente de forma neutra. Além disso, tomando a língua inglesa como exemplo, além do masculino genérico ausente, há o uso não marcado das profissões, se diz *teacher*, por exemplo, para referir-se aos termos professor e professora, em português.

³² As línguas indo-europeias são a maior família linguística em relação ao número de pessoas falantes, sendo algumas das línguas mais faladas, as seguintes: português, espanhol, francês, alemão, russo e inglês.

A língua portuguesa, bem como a língua espanhola, utiliza a linguagem inclusiva como um recurso considerado capaz de desfazer a ilusão de que os falantes dessas línguas possuem uma estrutura gramatical em que o masculino rege o discurso e abarca todas as pessoas, como explica a gramática de tais línguas. Em face a isso, poderia ter sido dito que a língua não é o único fator responsável pela discriminação na sociedade, ainda que em sua estrutura haja, muitas vezes, marcações de gênero binárias, que não possuem caráter inclusivo, igualitário ou não sexista, por não contemplarem sujeitos de todos os gêneros. Se essas marcações de gênero inexistissem, uma questão que emerge é a seguinte: poderia o Brasil ser menos discriminatório em relação aos gêneros?

Assim, reiteramos que, em SD1, identificamos o funcionamento de uma FD a qual nomeamos não-binária, pois entendemos que os sentidos da inclusão de diversos gêneros ressoam no discurso. Tendo em vista o deslize dos sentidos, determinado pelo processo discursivo de “efeito metafórico”³³ (PÊCHEUX, 2014c), identificamos nesse discurso, considerando o não dito que constitui o dito, o reconhecimento da SINUS de que, na atualidade do Brasil, país falante de português (em decorrência da colonização de Portugal), a linguagem inclusiva é necessária porque língua portuguesa é gramaticalmente binária, ou seja, não possui gênero neutro e utiliza o masculino genérico para nomear de forma geral, sem distinguir se há mais mulheres e/ou pessoas de gêneros não binários do que homens no contexto do dizer (seja um discurso oral, uma palestra, uma reunião de trabalho, uma aula, etc.).

Igualmente, é importante explicar que ao afirmar que “[...] a linguagem não é neutra” (SINUS, 2017, p. 5), a instituição SINUS defende o título do manual, já que consta “linguagem inclusiva”, não “linguagem neutra”, assim como se recomenda, ao longo do manual, o uso de uma linguagem não sexista, caracterizada pela proposta de desdobramento de feminino e do masculino ou do uso de termos impessoais, aqueles sem marcação de gênero. Portanto, o manual não sugere o uso de uma linguagem “neutra”, que proponha mudanças morfológicas nas palavras consideradas parte da linguagem inclusiva.

³³ O efeito metafórico é teorizado por Pêcheux (2014c, p. 96) da seguinte forma: “[...] fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual [...]”. Segundo o teórico, trata-se de um deslizamento de sentido entre “x” e “y” que constitui o sentido do discurso designado por “x” e “y”, um processo resultante na superposição e na transferência dos sentidos, dando espaço ao equívoco.

A seguir, apresentaremos a análise da SD2, de acordo com a figura 3.

Figura 3 – SD2: “O falso neutro”

O uso de artigos, substantivos, pronomes, adjetivos, advérbios e numerais variados em gênero se torna um problema à medida que nos acostumamos a utilizar a flexão no masculino para fazer referência a grupos gerais (incluindo indivíduos identificados com o gênero feminino e masculino), de forma supostamente neutra. Desse modo, incorremos na atitude de negação da feminização da língua, invisibilizando não apenas as mulheres, mas todas as mudanças socioculturais em prol da igualdade de gênero que temos alcançado (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Fonte: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017, p. 6.

Sequência Discursiva 2 (SD2):

O uso de artigos, substantivos, pronomes, adjetivos, advérbios e numerais variados em gênero se torna um problema à medida que nos acostumamos a utilizar a flexão no masculino para fazer referência a grupos gerais (incluindo indivíduos identificados com o gênero feminino e masculino), de forma supostamente neutra. Desse modo, incorremos na atitude de negação da feminização da língua, invisibilizando não apenas as mulheres, mas todas as mudanças socioculturais em prol da igualdade de gênero que temos alcançado. (SINUS, 2017, p. 6).

Pensamos que, em SD2, há um “universo logicamente estabilizado” (PÊCHEUX, 2015b, p. 22) funcionando discursivamente, no qual a historicidade coloca em jogo, juntamente com a língua, o discurso sobre igualdade em relação aos gêneros. O que se costuma usar, enquanto norma social, é o masculino genérico, sem importar o gênero dos sujeitos, pois há uma discursivização acerca de uma forma de se relacionar socialmente nesse “universo logicamente estabilizado”.

Em SD2, o discurso sobre categorias morfológicas que apresentam flexão de gênero se manifesta quando os dizeres acerca de “artigos, substantivos, pronomes, adjetivos, advérbios e numerais” emergem. Tais dizeres reverberam determinados saberes sobre a língua, os quais estão gramaticalizados e manualizados, em uma

produção de saberes que busca explicar, metalinguisticamente, como usar uma linguagem inclusiva de gênero.

Ou seja, há uma tentativa, nos manuais analisados, de recomendar o uso da língua para praticar a linguagem na sociedade, enquanto sujeito interpelado ideologicamente. Essa recomendação se dá a partir do que a gramática autoriza em língua portuguesa: o uso culto, no qual não há flexões neutras, ou melhor, de um terceiro gênero, para as categorias morfológicas mencionadas acima, apenas há feminino e masculino, sendo o masculino empregado de forma genérica, ainda que gramaticalmente se refira a mulheres e pessoas não binárias.

Ao refletir sobre a questão da linguagem inclusiva de gênero, é importante tratar do papel do gramático e do linguista. O gramático tende a ser responsável por gramaticalizar a língua, torná-la popular e acessível no sentido didático. É dada ao sujeito-gramático a tarefa de vulgarizar a língua da maneira como ela é compreendida em sua forma culta, em sua estrutura, para que os falantes possam conhecer a metalinguagem, como a língua deveria ser usada. Os linguistas, por sua vez, possuem a tarefa científica de descrever os fatos linguísticos, para além da mera recomendação da língua.

Nesta pesquisa, os dois manuais analisados não foram escritos por gramáticos, tampouco por linguistas. Não é possível marcar os autores no discurso, visto que a publicação deles é de caráter institucional. No entanto, a autoria de ambos representa uma grande envergadura política, já que tanto o SINUS quanto o TSE são instituições que envolvem diversas pessoas em suas atividades, as quais são desenvolvidas com especificidades políticas que diferem de outros âmbitos.

Em SD2, é possível observar que, nos dizeres “nos acostumamos”, “incorremos”, “temos”, ocorre a conjugação dos verbos em primeira pessoa do singular. Nesse caso, o coletivo inclui a todos e a si mesmo no discurso, somos nós (ainda que de forma elíptica), enquanto sociedade brasileira, não apenas enquanto instituição SINUS. Tendo em vista que enquanto uma instituição intergovernamental, internacional, para a SINUS, o Brasil é concebido como um país entre tantos outros que fazem parte da ONU.

Apesar da busca por problematizar o uso do masculino genérico, nos dizeres “indivíduos identificados com o gênero feminino e masculino”, percebemos que emerge, do não dito, o efeito de sentido de desigualdade e exclusão com relação a

peças não binárias, já que apenas o binarismo (feminino e masculino) de gênero é apresentado como uma possibilidade de referenciar “grupos gerais” de pessoas.

Segundo o discurso que ressoa em SD2, ao não desdobrar em feminino em masculino, rejeitando o uso do masculino genérico, se invisibiliza não apenas a mulher enquanto sujeito, mas “todas as mudanças socioculturais em prol da igualdade de gênero que temos alcançado”. Provavelmente, essas mudanças não se referem à linguagem não binária ou à possibilidade de mudança de gênero em documentos oficiais do sujeito³⁴, mas ao exercício das mulheres em profissões historicamente masculinizadas.

Também é essencial destacar que, ao final dos dizeres presentes em SD2, consta uma referência ao manual de linguagem não sexista publicados pelo Estado do Rio Grande do Sul, um manual já estudado por analistas de discurso, como mencionado anteriormente. Nesse sentido, o que foi dito nesse parágrafo de SD2, tem referências de tal manual, o qual foi publicado no governo estadual do político Tarso Genro, então governador do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma tradução/adaptação de um manual publicado pela primeira vez em 2006, no México³⁵, intitulado “Manual para el uso no sexista del lenguaje: lo que bien se dice... bien se entiende” (CERVERA; FRANCO, 2011). Após tradução ao português, o Governo Estadual do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2014a) publicou uma versão idêntica e homônima, porém, de sua autoria, e que inclui textos prévios que tratam da importância da visibilização das mulheres no mundo laboral e político.

Nesse sentido, em SD2, o discurso se inscreve em uma FD binária³⁶ dominante, porque está relacionado com a desigualdade que o uso do masculino genérico, comumente considerado neutro, assim como utilizado para falar de sujeitos de todos os gêneros, ainda que, gramaticalmente, se refira ao masculino. Ademais, tal discurso sobre igualdade se vincula a uma linguagem que feminiza a língua,

³⁴ Em 2018, o Conselho Nacional de Justiça regulamentou a forma administrativa da alteração de nome e gênero no Registro Civil, especificando que a pessoa maior de 18 anos poderá requerer no cartório, sem a necessidade de autorização judicial, de realização de cirurgia ou de apresentação de laudo psicológico, a alteração do gênero e do nome. A alteração deve ser sigilosa, assim que, em documentos como Certidão de Nascimento, RG (Registro Civil), CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) ou CNH (Carteira Nacional de Habilitação), não constará informações acerca da alteração ou do gênero ou nome anterior, apenas constará o novo nome e gênero elegidos (ZENNI, 2020).

³⁵ A edição em português foi realizada com o apoio da REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina) e com versão, em língua portuguesa, de Beatriz Cannabrava, a fim de ser distribuída pela internet para países falantes de língua portuguesa.

³⁶ Nesta dissertação, nomeamos as formações discursivas (FD) de acordo com os estudos de Merlini (2022): FD binária e FD não binária.

corroborando com o feminino, embora não preveja a nomeação de pessoas não binárias.

Em seguida, apresentaremos a SD3, representada na figura 4 abaixo.

Figura 4 – SD3: “O falso neutro”

para a entrada de uma brasileira (BONFIM, 2007). Com certeza, outros casos existem para mostrar como a invisibilização das mulheres por meio do uso que fazemos da língua gerou (e ainda gera) entraves para que elas ocupassem espaços de destaque na sociedade. Assim, se percebe a importância da linguagem inclusiva como mecanismo de combate dessa exclusão.

Fonte: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017, p. 6.

Sequência Discursiva 3 (SD3):

Com certeza, outros casos existem para mostrar como a invisibilização das mulheres por meio do uso que fazemos da língua gerou (e ainda gera) entraves para que elas ocupassem espaços de destaque na sociedade. Assim, se percebe a importância da linguagem inclusiva como mecanismo de combate dessa exclusão. (SINUS, 2017, p. 6).

Em SD3, compreendemos que é possível que algumas questões discursivas referentes ao exterior do enunciado sejam suscitadas, em uma primeira leitura do analista de discurso, ainda que, certamente, não caiba ao profissional analista do discurso respondê-las. Como, por exemplo: Como a língua pode invisibilizar as mulheres? Quais são as formas de uso da língua que gerou e segue gerando dificuldades no acesso das mulheres aos espaços de destaque social? Quais são os outros casos, além dos citados no manual, que dificultam o acesso das mulheres aos espaços de destaque social? Essa dificuldade ocorre apenas com o gênero feminino ou com outros também? Quais são os cargos de destaque na sociedade capitalista?

As questões realizadas acima não podem nem devem ser respondidas discursivamente pelo analista, embora possam ser facilmente pensadas por ele no momento da análise. Isso se deve ao fato de que há, na sociedade capitalista, uma forte ideologia patriarcal³⁷ em funcionamento e dominante, isso pensando o conceito do termo ideologia na teoria pecheutiana. Vale dizer que tais questionamentos podem afetar as reflexões analíticas, no caminho não linear de compreender como os sentidos se movimentam discursivamente.

Essa ideologia funciona segundo uma FI patriarcal (GARCIA; VENSON, 2022). que comporta diversas FD (conforme se confirma ao longo nesta pesquisa), a partir de um imaginário que percebe apenas a mulher como vítima do sexismo linguístico, não considera sujeitos-não binários como alvo de discriminação pela/na língua portuguesa falada no Brasil. Ademais, a partir do discurso apreendido em SD3, podemos pensar que há um imaginário social de que o masculino pode se referir a todos os sujeitos, de todos os gêneros identitários, mesmo que exista uma forma feminina gramaticalizada.

Nesse sentido, a linguagem inclusiva de gênero que o manual compreende e recomenda é uma linguagem não sexista, o que pode ocorrer devido a fatores históricos da língua, entre outros fatores que se imbricam com as necessidades da SINUS no momento específico de produção do manual analisado. Melhor dito, como a publicação do manual data o ano de 2017, é considerável que a linguagem inclusiva se referisse exclusivamente à linguagem não sexista naquele ano, porém, não à linguagem não binária, visto que é recente e emergente o uso da linguagem não binária/linguagem “neutra” em alguns grupos da sociedade brasileira, especificamente.

Desde nossos gestos de interpretação, a “memória discursiva como estruturação de materialidade discursiva complexa” (PÊCHEUX, 2015b, p. 45) evoca a língua, em SD3, como sendo um impedimento para que as mulheres pudessem ocupar cargos de poder, embora não trate de outros sujeitos que não são mulheres nem homem de forma binária, tampouco considere que não são todas as mulheres que ocupam tais cargos, devido a problemas sociais de classe, gênero e raça, principalmente tratando-se do Brasil. Historicamente, para não haver exclusão de

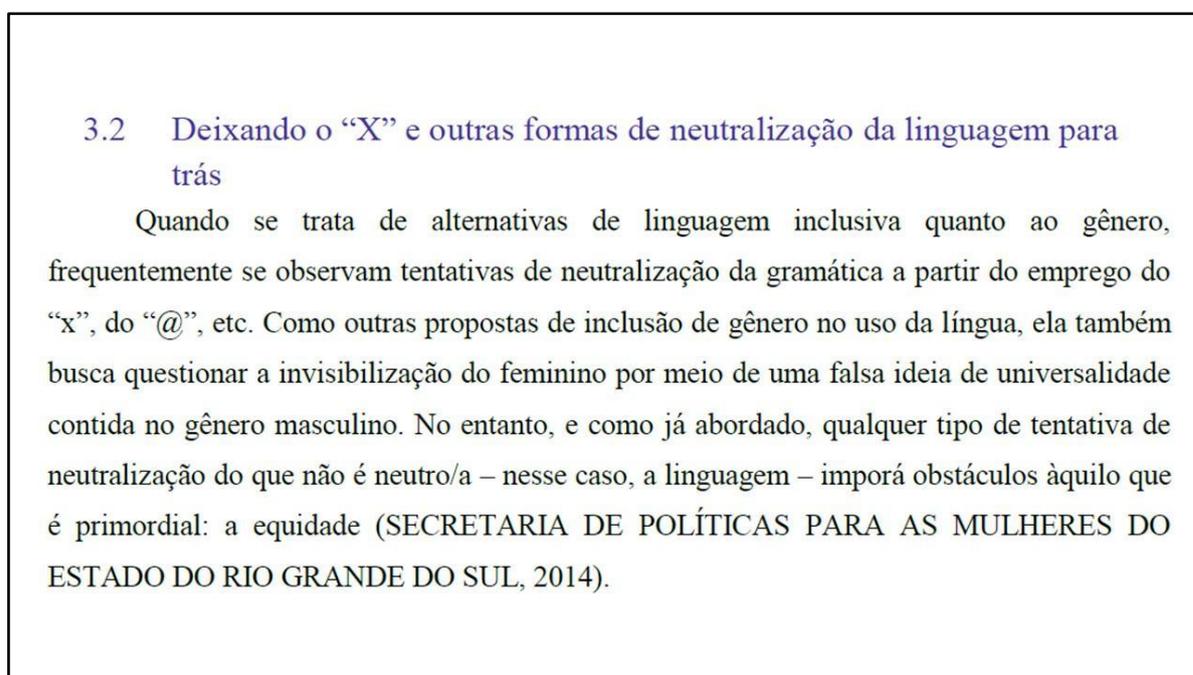
³⁷ No sistema social patriarcal conservador no qual vivemos, ou seja, o patriarcado capitalista, a autoridade preponderante pertence aos homens brancos, cisgêneros e heterossexuais.

mulheres em importantes cargos sociais, elas precisariam estar incluídas na língua, segundo o manual.

Dito isso, em SD3, o discurso sobre igualdade se insere ideologicamente em uma FD binária dominante, na certeza de que o uso de uma linguagem inclusiva que visibilize profissionalmente as mulheres, em outras palavras, o sujeito-mulher, é capaz de promover a igualdade na sociedade laboral. Não obstante, é preciso referir que, ainda hoje, há mais homens (brancos e cisgêneros) ocupando espaços de poder do que mulheres na sociedade brasileira. Conseqüentemente, a igualdade que combate a exclusão da mulher na língua não manifesta preocupação com o sujeito-não-binário, apenas com o sujeito-mulher.

Abaixo, apresentaremos a análise da SD4, representada na figura 5.

Figura 5 – SD4: “Deixando o X e outras formas de neutralização da linguagem para trás”



Fonte: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017, p. 7.

Sequência Discursiva 4 (SD4):

Quando se trata de alternativas de linguagem inclusiva quanto ao gênero frequentemente se observam tentativas de neutralização da gramática a partir do emprego do “x”, do “@”, etc. Como outras propostas de inclusão de gênero no uso da língua, ela também busca questionar a invisibilização do feminino por meio de uma falsa ideia de universalidade contida no gênero masculino. No entanto, e como já abordado, qualquer tipo de tentativa de neutralização do que não é neutro/a – nesse caso, a linguagem – imporá obstáculos àquilo que é primordial: a equidade. (SINUS, 2017, p. 7).

Em SD4, o título da seção apresenta uma explicação do que será tratado, em uma crítica ao uso da letra “x” para nomear homens e mulheres de forma neutra, em oposição ao “o” genérico. Ainda no título, é possível observar que a crítica se refere ao “x” e a outras formas de neutralização, como o “@”. Não há qualquer referência nessa seção do manual, tampouco ao longo de outras seções, ao uso da letra “e” para flexão de um terceiro gênero que busque neutralizar os sujeitos, tal como se conhece atualmente. Também vale dizer que não há referências a pronomes neutros – aqueles que não estão gramaticalizados, como “ela(s)” e “ele(s)”, por exemplo – que pertencem ao uso de uma linguagem não binária.

A partir disso, compreendemos que é válido estabelecer uma aproximação do uso da linguagem não binária com o conceito de língua fluida³⁸ (ORLANDI, 2009), uma língua que se fala em alguns ambientes, por determinados sujeitos, que podem usá-la apenas na oralidade. Em contraponto, tais sujeitos podem utilizar a língua gramaticalizada em outros contextos da vida, contextos sociais de escrita oficial, na denominada língua culta, a “língua imaginária”³⁹ (ORLANDI, 2009), na qual o uso do masculino é, devido à gramaticalização dos pronomes, incontestavelmente, genérico e aplicável a todos os gêneros.

Os dizeres, em SD4, além de definirem a linguagem como não sendo passível de neutralidade, apresentam as alternativas de linguagem inclusiva de gênero como passíveis de crítica, quando tais alternativas visam a neutralizar gramaticalmente, ou seja, mudando a flexão de gênero de “o”, tido como masculino, para “x” ou “@”, considerados “neutros”. Segundo SD4, essas tentativas de uso são equivocadas, já que não neutralizam o que se diz de fato, dado que a neutralidade não existe no âmbito na linguagem, podendo inclusive prejudicar a busca por equidade de gênero.

Por isso, essas tentativas expressam uma “falsa ideia de universalidade”, partindo do questionamento sobre a invisibilização do feminino. Possivelmente, há um ponto de partida histórico, que não pode ser datado exatamente: o uso da letra “x” e do símbolo “@”. Tal uso já vinha indicando um avanço em direção ao uso do “e” na

³⁸ Para Orlandi (2009), a língua fluida é considerada uma língua que se encontra em movimento, em mudança contínua, ilimitada e imobilizável, aquela que não pode ser contida em arcabouços nem em fórmulas, e que ultrapassa as normas, bem como ocorre com a linguagem inclusiva de gênero, tanto com a linguagem não sexista, como com a linguagem não sexista/“neutra”.

³⁹ Ainda conforme Orlandi (2009), a língua imaginária é concebida como uma língua sistematizada, gramatical, repleta de regras e fórmulas, sendo considerada a língua das instituições. É ela que impregna o imaginário sobre a língua, como ocorre com o imaginário de que o masculino é universal, por exemplo.

linguagem não binária, o qual tem emergido cada vez mais na contemporaneidade, juntamente com críticas jurídicas, conforme tratamos no capítulo 2 desta dissertação.

Em consonância com nossos gestos de interpretação, em SD4, o discurso sobre igualdade ressoa sentidos de uma língua passível de jogo, que admite a possibilidade de uso da letra “x” e do símbolo “@” para marcar um suposto gênero neutro das palavras, ainda que tais usos tornem essas palavras impronunciáveis. Com isso, é necessário mencionar que, nas condições de produção atuais, passado 2017, ano de publicação deste primeiro manual analisado, é corrente socialmente o uso da letra “e”, bem como outras estratégias morfológicas e semânticas, com a finalidade de marcar um gênero neutro, proposta da linguagem inclusiva “neutra”/não binária.

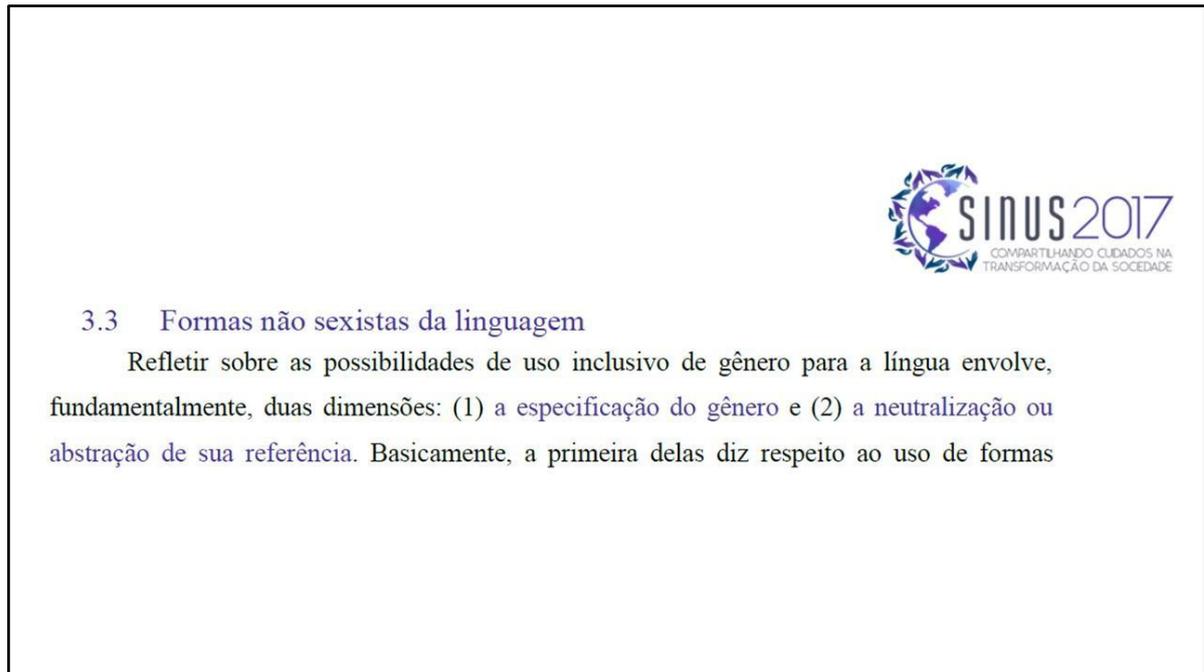
Acerca da discursivização, da produção de sentidos que faz emergir um discurso, compreendemos que tal processo está determinado pela relação entre o sujeito, a língua e a história, posto que, em conformidade com Orlandi (2020a, p. 45):

O sentido é assim uma relação determinada pelo sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia [...].

Assim sendo, em SD4, desde os nossos gestos de interpretação, o discurso sobre igualdade se inscreve, uma vez mais, em uma FD binária dominante, que faz circular efeitos de sentido sobre uma linguagem que é inclusiva, com respeito ao gênero do sujeito-mulher, porque busca neutralizar a língua com a letra “x” e o símbolo “@”, tendo em vista questionar o uso do masculino genérico e a inviabilização do feminino na língua portuguesa. Nesse sentido, o discurso do manual se refere ao uso do masculino como universal, algo que impossibilita a equidade para as mulheres.

Logo, apresentaremos a análise da SD5, conforme a figura 6.

Figura 6 – SD5: “Formas não sexistas de linguagem”



Fonte: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017, p. 8.

Sequência Discursiva 5 (SD5):

Refletir sobre as possibilidades de uso inclusivo de gênero para a língua envolve, fundamentalmente, duas dimensões: (1) a especificação do gênero e (2) a neutralização ou abstração de sua referência. (SINUS, 2017, p. 8).

Consideramos que, em SD5, a discursividade, o que segundo Orlandi (2020a, p. 44) é a “[...] inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história”, possibilita os efeitos de sentido sobre igualdade, no que concerne às opções de nomear o sujeito de diversos gêneros na língua recomendadas pelo manual, as quais consistem em apenas duas: distinguir em feminino/masculino ou generalizar. Generalizar, nesse caso, significa não nomear o gênero, abstraí-lo ou neutralizá-lo, como se não fosse relevante marcá-lo, tanto materialmente, como simbólica e politicamente, na língua.

Igualmente, vale mencionar que a segunda dimensão, a qual consiste em neutralizar ou abstrair a referência do gênero, expressa uma contradição no que se refere ao que se entende por “neutro” ao longo do manual, posto que se concebe o “neutro” como algo falso, como ocorre na seção intitulada “O *falso neutro*”. Se o neutro não pode ser alcançado, como seria possível neutralizar? Por isso, em SD 5, percebemos o funcionamento discursivo do processo de metáfora, lugar do equívoco, do deslocamento, do deslize, bem como da transferência de sentidos.

Dessa forma, em SD5, entendemos que o discurso sobre igualdade na linguagem se inscreve em uma FD binária dominante, uma vez que circunda os sentidos da ordem da especificação de gênero e, em contrapartida, da neutralização/abstração de gênero. Dito de outra forma, o discurso sobre igualdade não apresenta a possibilidade de especificação de gênero para sujeito-não-binário, aquele que não é nem feminino, nem masculino, uma vez que a especificação somente é possível para gêneros binários (feminino e masculino).

Portanto, conforme nossos gestos de interpretação, o sujeito-não-binário seria representado, na linguagem inclusiva proposta pelo manual, não como um sujeito que pode ser nomeado especificamente, mas sim como um sujeito neutralizado, abstraído, não marcado, ou ainda: apagado gramaticalmente. Enquanto o binarismo, evocado pelo o sujeito-mulher e pelo sujeito-homem, possui sua própria flexão de gênero, o sujeito-não-binário permanece na ordem do não nomeado, não explicitado, não dito.

Discursivamente, a partir desta SD5, compreendemos que ocorre o apagamento de um sujeito que não poderia ser representado especificamente na língua, que é da ordem do não representável, que está fora dos padrões gramaticais que os instrumentos linguísticos estabelecem como sendo corretos e utilizáveis, como aquilo que existe de forma autorizada socialmente. Em seguida, apresentaremos a figura 7, a qual ilustra a SD6, última SD analisada nesta subseção, pertencente ao “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017).

Figura 7 – SD6: “A escolha pelo feminino da SiNUS 2017”

Enquanto um secretariado composto por 2/3 de liderança feminina, podemos afirmar que o uso inclusivo da linguagem nos remete identidade, nos remete empoderamento, nos remete inclusão. Assim, valorizamos discursos que incluam o feminino, valorizamos mulheres que utilizem seus cargos para questionar essas estruturas (ex: Presidenta Dilma), valorizamos os questionamentos sobre a linguagem e o pensamento de que esta pode e deve evoluir.

Fonte: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017, p. 13.

Sequência Discursiva 6 (SD6):

Enquanto um secretariado composto por 2/3 de liderança feminina, podemos afirmar que o uso inclusivo da linguagem nos remete empoderamento, nos remete inclusão. Assim, valorizamos discursos que incluam o feminino, valorizamos mulheres que utilizem seus cargos para questionar essas estruturas (ex: Presidenta Dilma), valorizamos os questionamentos sobre a linguagem e o pensamento de que esta pode e deve evoluir. (SINUS, 2017, p. 13).

De acordo com SD6, a instituição SINUS, a qual se vincula à ONU, como já foi mencionado anteriormente, se posiciona a favor de uma linguagem não sexista, aquela que busca visibilizar o feminino na língua, desdobrando as palavras em feminino e masculino, especialmente no que se refere a cargos políticos ocupados por mulheres, sendo eles os cargos de destaque. Para expressar e, ao passo, exemplificar esse posicionamento direcionado, portanto, político, a SINUS cita o exemplo do enunciado “Presidenta Dilma”.

Ao fazê-lo, o discurso retorna ao já dito que o interdiscurso contempla, dado que o sujeito-brasileiro, ao ler tal enunciado, já sabe que tais dizeres se referem à ex-presidenta Dilma Rousseff⁴⁰. Sobre a marcação no feminino em “Presidenta”, é

⁴⁰ Dilma Vana Rousseff, economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), governou o Brasil de 2011 a 2016, sendo a primeira presidenta brasileira da história. Vale mencionar sua reeleição em 2014 e sua destituição em 2016.

essencial dizer que esse dizer faz ressoar a importância simbólica para a instituição de visibilizar na língua o papel político-social, tão recente e promissor, do direito das mulheres para governar na política, além do próprio exercício de poder.

Colocando-se como uma instituição que possui o secretariado formado majoritariamente por mulheres, a SINUS diz poder afirmar que o uso inclusivo da linguagem lhes remete 3 substantivos: 1) identidade; 2) empoderamento; 3) inclusão. Dito isso, compreendemos que a identidade, o empoderamento e a inclusão são femininas, pertencem às mulheres, estabelecendo, dessa forma, uma relação distinta aos homens, sendo o secretariado composto apenas por 1/3 deles. É relevante ressaltar que não há qualquer referência a pessoas não binárias, apenas há comparações entre os gêneros binários, ou seja, entre o feminino e o masculino.

Nesse sentido, há a valorização dos questionamentos sobre a linguagem, bem como do pensamento de que a linguagem pode e deve evoluir, mas essa evolução se dá por meio de uma linguagem não sexista, não de uma linguagem não binária. Igualmente, há outra valorização considerada pela instituição, a de mulheres que utilizam seus cargos para questionar estruturas linguísticas. No entanto, vale lembrar que esta posição responsabiliza apenas as mulheres de suas reivindicações, isentando os homens e pessoas de outros gêneros de realizarem esse tipo de questionamento linguístico.

Os dizeres “empoderamento” e “inclusão”, em SD6, fazem circular efeitos de sentido sobre a linguagem, uma linguagem tida como inclusiva para alguns sujeitos, destituídos de poder, que não estariam incluídos em uma linguagem não inclusiva. Ao mobilizar esses dizeres, o feminismo é veiculado à memória discursiva, já que reivindicar os direitos e a visibilização das mulheres é um imperativo social característico da evolução da sociedade, em especial, por meio da luta histórica dos movimentos feministas. Considerando que os dizeres dependem uns dos outros, a fim de ilustrar essa interdependência discursiva, na qual uma palavra significa em relação a outras, citamos Orlandi (2020a, p. 41):

As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.

Em SD6, o discurso sobre igualdade se manifesta ideologicamente a partir de uma FD binária dominante, na qual circulam sentidos de empoderamento para as mulheres por meio da inclusão das mulheres na linguagem, bem como da evolução

da sociedade pela visibilização do sujeito-mulher. Sendo assim, a feminização da língua, mais uma vez, faz ressoar, por meio da memória discursiva, os sentidos da luta histórica pela igualdade de gênero, na qual as mulheres precisam lutar para ocupar determinados cargos de poder destinados muitas vezes mais aos homens do que às mulheres, como a Presidência da República, conforme ilustra SD6.

Nesse sentido, não se tratando da memória individual, mas da memória concebida em consonância com Pêcheux (2015c, p. 44): “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” a memória possibilita que os sentidos sobre ser mulher, poderosa e bem-sucedida na sociedade capitalista circulem discursivamente no interior de uma FD não sexista.

Contudo, destacamos que o manual não apresenta sugestões de nomeações para o sujeito-não-binário, no sentido pronominal, apenas de especificação de gênero, em outros termos, de desdobramento de gênero (feminino e masculino) e de neutralização/abstração de gênero (uso de palavras que não marcam gênero algum).

3.2.2 “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social”, do TSE, uma instituição governamental brasileira

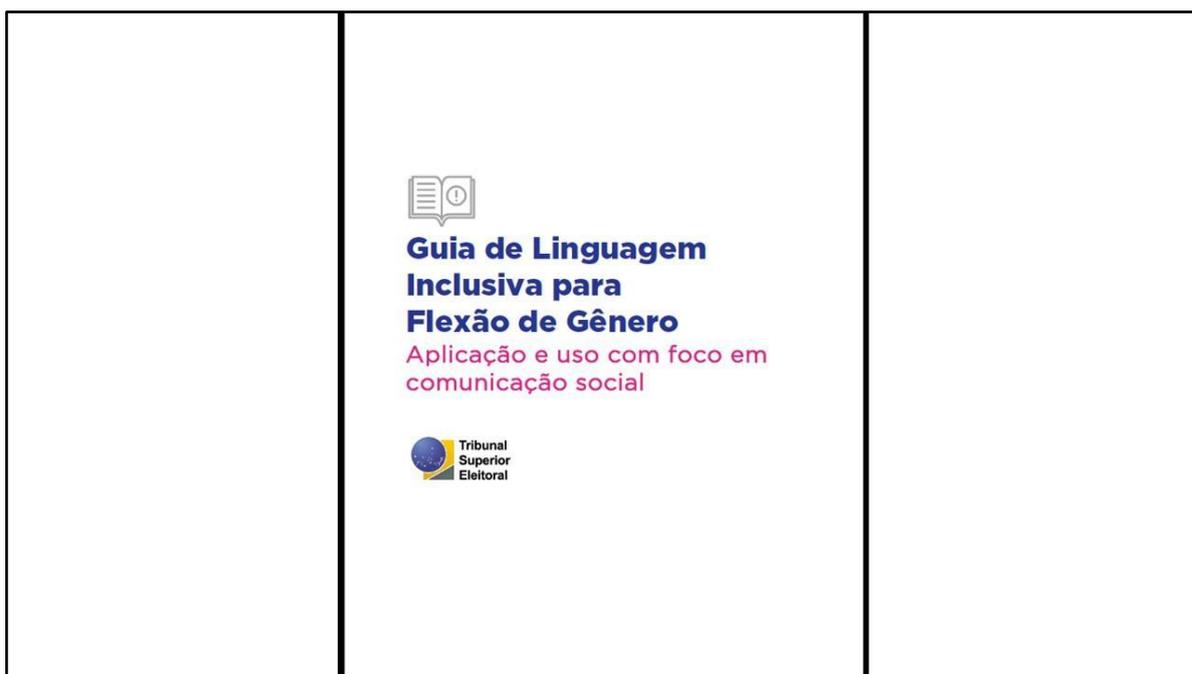
O segundo manual que analisaremos nesta dissertação é o “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), publicado digitalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como produzido pela Secretaria de Comunicação e validado pela Comissão de Mulheres, em 2021⁴¹, em Brasília, no Distrito Federal.

Primeiramente, vale dizer que o TSE, o qual é representado por sete ministros, se define como “[...] órgão máximo da Justiça Eleitoral, exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira” (TSE, 2022). Nesse sentido, o tribunal trata de suas competências da seguinte maneira: “Destacam-se dentre as competências da Corte Superior Eleitoral as ações que propiciam ao Tribunal exercer o papel de guardião da democracia [...]” (TSE, 2022).

⁴¹ A segunda edição do manual foi publicada em 2023. Para consultá-la, acesse: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/tse-guia-de-linguagem-inclusiva/@@download/file/Guia%20de%20Linguagem%20Inclusiva%20TSE_mar-2023.pdf. Acesso: 31 mar. 2023.

A seguir, na figura 8, igualmente com o objetivo de ilustrar a materialidade discursiva que será analisada, apresentamos a capa do segundo manual a ser analisado neste capítulo, intitulado “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), publicado digitalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como dito anteriormente.

Figura 8 – Capa do “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2021.

O “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), o qual possui 17 páginas, na seção “Apresentação” expõe como proposta a viabilização à “[...] adoção de uma escrita inclusiva e representativa (TSE, 2021, p. 2)”, além de visar a contribuir para uma comunicação “[...] atenta às novas realidades, minimizando estereótipos e preconceitos” (TSE, 2021, p. 2).

Na seção “Por uma escrita inclusiva” (TSE, 2021, p. 3), o manual especifica que apresenta possibilidades de uso da Linguagem Inclusiva Não Sexista (LINS) para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e para os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE). Nessa proposta, diversas categorias de sugestões de aplicação e uso são

recomendadas, dentre elas: para qualquer texto, imprensa, redes sociais, vídeos e podcasts⁴².

Ao longo da seção intitulada “Sugestões de aplicação e uso” do manual, dicas e observações são apresentadas em caixas de texto para complementar informações que se relacionam com os usos do TSE, assim como estimulando à pesquisa na internet de termos mais usuais e frequentes⁴³, com o objetivo de possibilitar autonomia e possibilidade de adaptação a quem formula possíveis textos orientados pelo manual.

Explicitamos que na seção “Sugestões de aplicação e uso” do manual, no que concerne às sugestões incluídas na subseção intitulada “Para qualquer texto”, o uso das palavras “pessoa(s)” e “quem” no lugar de substantivos masculinos é recomendada. Ademais, sugere-se que o uso de artigos e contrações prepositivas sejam reformulados, bem como referências a cargos políticos. O manual também apresenta uma lista de termos a considerar na criação, edição e revisão de textos do TSE, pois refere-se a termos políticos.

Em seguida, na seção intitulada “Imprensa”, o guia expõe recomendações intituladas, respectivamente: “Em títulos, subtítulos e entretítulos de matérias” e “Em textos”. Por sua vez, na seção intitulada “Redes sociais”, as recomendações são nomeadas da seguinte forma: “Em artes”, “Em textos de apoio/descrições (abres)” e “Em hashtags⁴⁴”. Por último, na seção intitulada “Vídeos e podcasts”, as indicações do guia se direcionam a “Em títulos”, “Em descrições” e “Em tags⁴⁵”.

A começar pelo título do manual estudado: “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero” (TSE, 2021), observamos que há especificação do tipo de linguagem inclusiva que o manual sugere: de flexão de gênero. Porém, poderíamos nos questionar de quais gêneros estão representados? Ao ler o guia, percebemos que se trata apenas de gêneros binários (feminino/masculino), excluindo toda a pluralidade de gêneros não binários.

⁴² “Arquivo em áudio ou multimídia, divulgado com periodicidade regular e com conteúdo semelhante ao de um programa de rádio, que pode ser descarregado da Internet [...] (PRIBERAM, 2022)”. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/podcast>. Acesso: 03 maio 2022.

⁴³ O manual sugere realizar buscas no Google Trends, mecanismo de pesquisa de assuntos frequentes que estão em alta na internet, e no Youtube, site de visualização e postagem de vídeos.

⁴⁴ “Palavra ou sequência de palavras unidas antecedida do sinal cerquilha (#), usada geralmente para identificar assuntos nas redes sociais (PRIBERAM, 2022)”. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/hashtag>. Acesso em: 03 maio 2022.

⁴⁵ “Código ou sequência de caracteres que identifica dados ou fornece informações ou especificações numa parte de texto (PRIBERAM, 2022)”. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/tag>. Acesso em: 03 maio 2022.

A começar pelo título do manual estudado: “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero” (TSE, 2021), observamos haver especificação do tipo de linguagem inclusiva que o manual sugere: de flexão de gênero. Porém, poderíamos nos questionar de quais gêneros estão representados? Ao ler o guia, percebemos que se trata somente de gêneros binários (feminino/masculino), excluindo toda a pluralidade de gêneros não binários, que se restringem a termos impessoais, mas não especificamente pronominais.

A seguir, no subtítulo, os dizeres “Aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), apontam para o enfoque do guia: a comunicação social. Existiria uma comunicação que não seja determinada pelo social? De qual tipo de comunicação social se trata? De qualquer forma, estas são reflexões que podem auxiliar no desenvolvimento da análise discursiva deste guia.

Ainda no subtítulo, é possível perceber que o manual é destinado à comunicação social em especial, de forma que propõe uma forma de dizer no âmbito das relações interpessoais comunicativas do TSE, de modo a sugerir como aplicar (o que denota ajustar, manipular) e como usar (o que denota fazer uso na prática, empregar) a linguagem inclusiva para flexão de gênero. Nesse sentido, entendemos aplicar e usar como duas etapas complementares de uma operação complexa: primeiramente, se aplica as mudanças que evitam o masculino genérico; em seguida, se usa uma linguagem que se desdobra em feminino e masculino. No entanto, dessa operação, os gêneros não binários não fazem parte, visto que apenas o feminino e o masculino podem ser expressos.

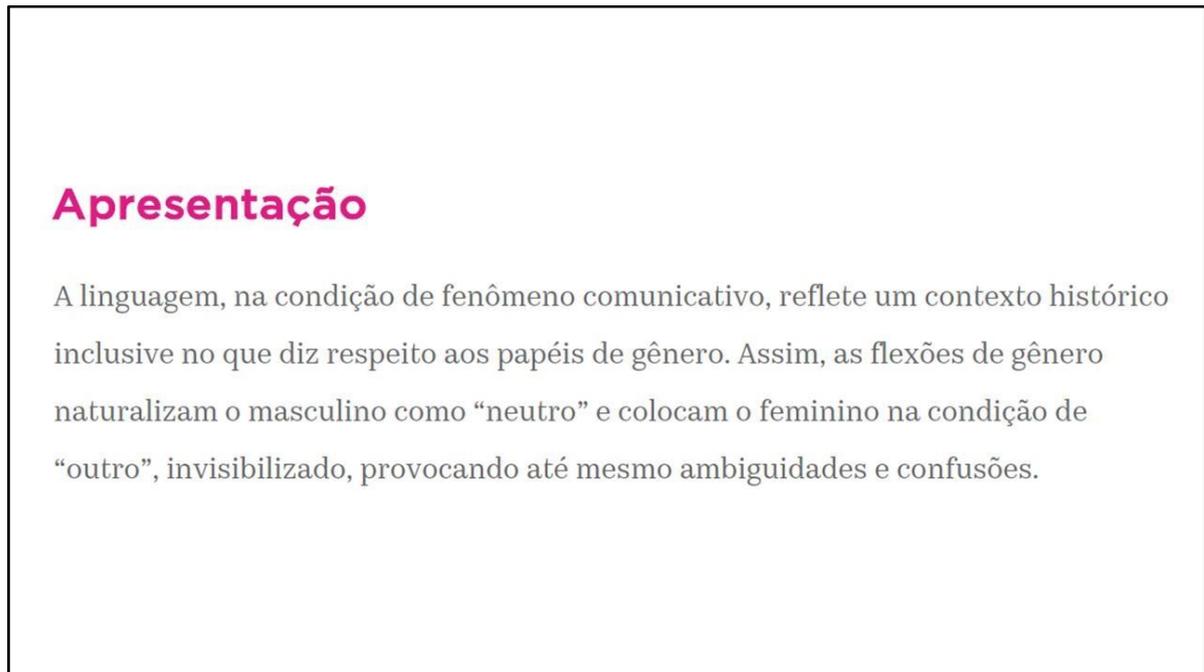
Abaixo, mencionamos as 3 seções que constituem o *corpus* desta pesquisa, no que refere ao manual “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021):

- “Apresentação”;
- “Por uma escrita inclusiva”;
- “Como podemos falar de forma não sexista e neutra?”.

Dessa maneira, analisaremos mais 6 sequências discursivas (SD) a seguir. São elas: SD7, SD8, SD9, SD10, SD11 e SD12.

Em seguida, apresentaremos a análise da SD7, primeira SD pertencente ao “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021) a ser analisada, de acordo com a figura 9.

Figura 9 – SD7: “Apresentação”



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, p. 2.

Sequência Discursiva 7 (SD7):

A linguagem, na condição de fenômeno comunicativo, reflete um contexto histórico inclusive no que diz respeito aos papéis de gênero. Assim, as flexões de gênero naturalizam o masculino como “neutro” e colocam o feminino na condição de “outro”, invisibilizando, provocando até mesmo ambiguidades e confusões. (TSE, 2021, p. 2).

Em SD7, observamos que o manual, ao definir a linguagem como um “fenômeno comunicativo”, explicita que tal acontecimento resulta de um “reflexo” do “contexto histórico” sobre os papéis de gênero (entendidos, no manual analisado, a partir de uma perspectiva binária: feminino/masculino). Isso posto, compreendemos que, no discurso analisado em SD7, a memória é constituinte da língua através da historicidade, já que há uma dois gêneros possíveis: o masculino (naturalizado) e o feminino (invisibilizado, ou seja, tornado invisível).

Os gêneros não binários não são vinculados à invisibilização, pois, não são sequer mencionados, estão apagados no discurso. Entendemos que, a partir do processo discursivo de metáfora, os sentidos sobre a igualdade estão à deriva, deslocados do que significa gênero no manual em análise, visto que, o “outro” refere-se ao sujeito-mulher, não ao sujeito-não-binário. Por isso, as únicas possibilidades para o sujeito que utilizaria o manual do TSE é prescrever ao sujeito formas inclusivas para flexão de gênero feminino.

Dessa forma, as condições de produção e o interdiscurso podem ser entendidos como uma perspectiva discursiva aproximada do que seria o “contexto histórico” mencionado em SD7. Nesse caso, o contexto brasileiro pode ser entendido historicamente como patriarcal e androcentrista, conforme foi explicado resumidamente no capítulo 1 desta dissertação, dado que as mulheres formam parte de uma minorização social proveniente de práticas que assujeitam o sujeito na sociedade capitalista.

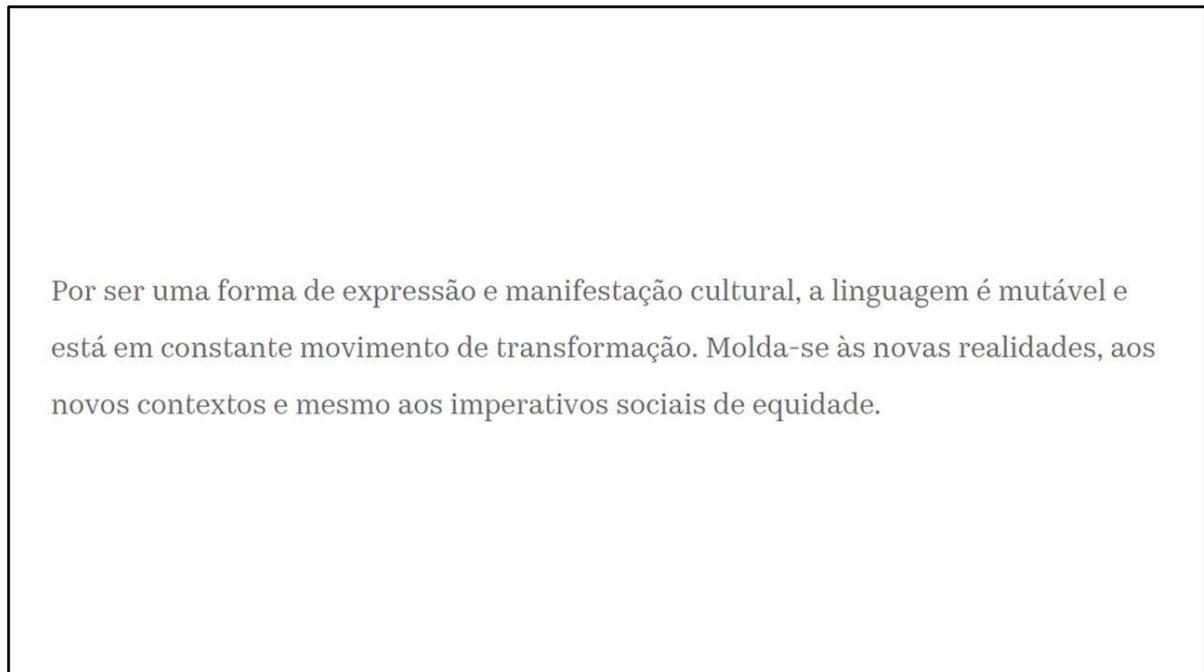
Acerca das “ambiguidades e confusões”, depreendemos que, em consonância com os preceitos teóricos da AD pecheutiana, a ambiguidade e a confusão estão atreladas à língua e à linguagem de maneira constituinte, não por acaso. Tais ambiguidades e confusões, nesse caso, dizem respeito às mulheres, porém, não a pessoas não binárias. Assim, a necessidade de expressar o gênero do sujeito de forma exata estabelece uma contradição, porque, se houvesse possibilidade de desambiguar e de não causar confusões com o que se diz, haveria como neutralizar a linguagem.

Dito isso, compreendemos que, em SD7, os dizeres sobre a igualdade na linguagem produzem sentidos sobre a gramática da língua, no sentido de que explicam como as flexões de gêneros podem ser usadas de modo que o masculino seja empregado de forma genérica, referindo-se a todas as pessoas, mesmo que mulheres estejam incluídas naquilo que se diz. Contudo, os papéis de gênero sobre os quais, segundo esta SD7, a linguagem reflete determinado contexto histórico, dizem respeito somente aos gêneros binários, trata somente do sujeito-homem e do sujeito-mulher, não do sujeito-agênero sujeito-queer, sujeito-gênero-fluido, entre outros de gêneros não binários.

Em SD7, o discurso sobre igualdade se inscreve em uma FD binária dominante, simbolizando uma incompletude natural que permeia o sujeito, a linguagem e os sentidos (ORLANDI, 2020a), na qual “todos os gêneros” não são “todos os gêneros existentes”, no sentido de que a desigualdade seria evidente entre o gênero feminino e o gênero masculino, isto é, apenas entre gêneros binários, não entre gêneros binários e não binários. Nesse íterim, o sujeito-mulher seria invisibilizado, apagado, pelo uso do masculino genérico, o qual, em vez de representar sujeitos de todos os gêneros (não somente o sujeito-mulher), representaria apenas o masculino, o sujeito-homem.

Abaixo, analisaremos a SD8, ilustrada na figura 10.

Figura 10 – SD8: “Apresentação”



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, p. 2.

Sequência Discursiva 8 (SD8):

Por ser uma forma de expressão e manifestação cultural, a linguagem é mutável e está em constante movimento de transformação. Molda-se às novas realidades, aos novos contextos e mesmo aos imperativos sociais de equidade. (TSE, 2021, p. 2).

Em SD8, a categoria “linguagem” é definida como uma “forma de expressão e manifestação cultural”, assim como “mutável” e “em constante movimento de transformação”. Essa categoria é tida como moldável às “novas realidades”, aos “novos contextos” e aos “imperativos sociais de equidade”. Por isso, ao passo que a linguagem é compreendida como adaptável à realidade, ela não representa gramaticalmente um terceiro gênero considerado neutro, utilizado para se referir a sujeitos-não binários. Dessa forma, apenas o feminino e o masculino são aceitáveis e pertencem à contemporaneidade, momento em que o sujeito-mulher, cada vez mais, adquire a possibilidade de conquistar ambientes que eram, e ainda são, majoritariamente masculinos. Nesse sentido, em SD8, as novidades nos contextos e nas realidades, tal como a equidade nas relações sociais, não dizem respeito a sujeitos-não binários que poderiam fazer parte do âmbito do TSE e usar o manual.

Conforme nossos gestos de interpretação, em SD8, os imperativos sociais de equidade se referem a equidade entre gêneros binários, não entre todos os gêneros

existentes (gêneros binários e não binários), bem como indica a análise das SD anteriores referentes ao “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021).

Por isso, a linguagem inclusiva “neutra”/não binária provém de uma transformação na língua, diferentemente da linguagem inclusiva não sexista proposta pelo manual. A linguagem que o manual recomenda se refere à especificação do gênero masculino e feminino, assim como à neutralização por meio de generalização, não marcando o gênero no discurso, ambas possibilidades que já existem na língua portuguesa, mas que, comumente, não fazem parte do uso corrente da linguagem.

Considerando que, para Pêcheux e Fuchs (2014, p. 177), “[...] uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior [...]”, em SD8, o discurso sobre igualdade se inscreve em uma FD não binária dominante, no que se refere à linguagem, porque não se restringe a diferenciar os gêneros entre masculino e feminino, por exemplo. Tal discurso tampouco menciona questões de gênero, embora reflita a circulação de sentidos sobre a equidade, bem como sobre a língua – já que seria um manual de linguagem inclusiva –, da ordem do novo, do moderno, daquilo que é socialmente preciso ou aceitável de se usar no momento, como a linguagem inclusiva pode ser considerada.

A seguir, apresentaremos a análise da SD9, simbolizada pela figura 11.

Figura 11 – SD9: “Apresentação”

Assim, a proposta deste guia é viabilizar a adoção uma escrita inclusiva e representativa. Desse modo, baseia-se em perspectivas que promovem a transversalização dos direitos humanos, visando a adequação da linguagem, dos diálogos e das produções escritas e visuais.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, p. 2.

Sequência Discursiva 9 (SD9):

Assim, a proposta deste guia é viabilizar a adoção uma escrita inclusiva e representativa. Desse modo, baseia-se em perspectivas que promovem a transversalização dos direitos humanos, visando a adequação da linguagem, dos diálogos e das produções escritas e visuais. (TSE, 2021, p. 2).

Em SD9, podemos, inicialmente, incitar a seguinte questão: a escrita inclusiva que o manual do TSE busca propor é inclusiva para todos os sujeitos? Ao mencionar os direitos humanos, o discurso evoca sentidos sobre os direitos dos sujeitos que se comunicam no TSE. Alguns desses sujeitos são ministros, tanto homens, como mulheres (a minoria).

No momento de escritura desta pesquisa, o ministro e presidente do TSE é Alexandre de Moraes. Há 14 ministras e ministros no total, sendo apenas uma mulher ocupante do cargo de ministra efetiva, Cármem Lúcia Antunes Rocha, e duas ocupando os cargos de ministras substitutas: Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues e Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro. Nesse caso, há 11 ministros e somente 3 ministras (TSE, 2022). Os sentidos deslizam e fazem refletir que, atualmente, há pouca, embora significativa, representatividade política de mulheres no ministério do TSE. Porém, não há nem mesmo 1 sujeito-não-binário ocupando um cargo no ministério no TSE.

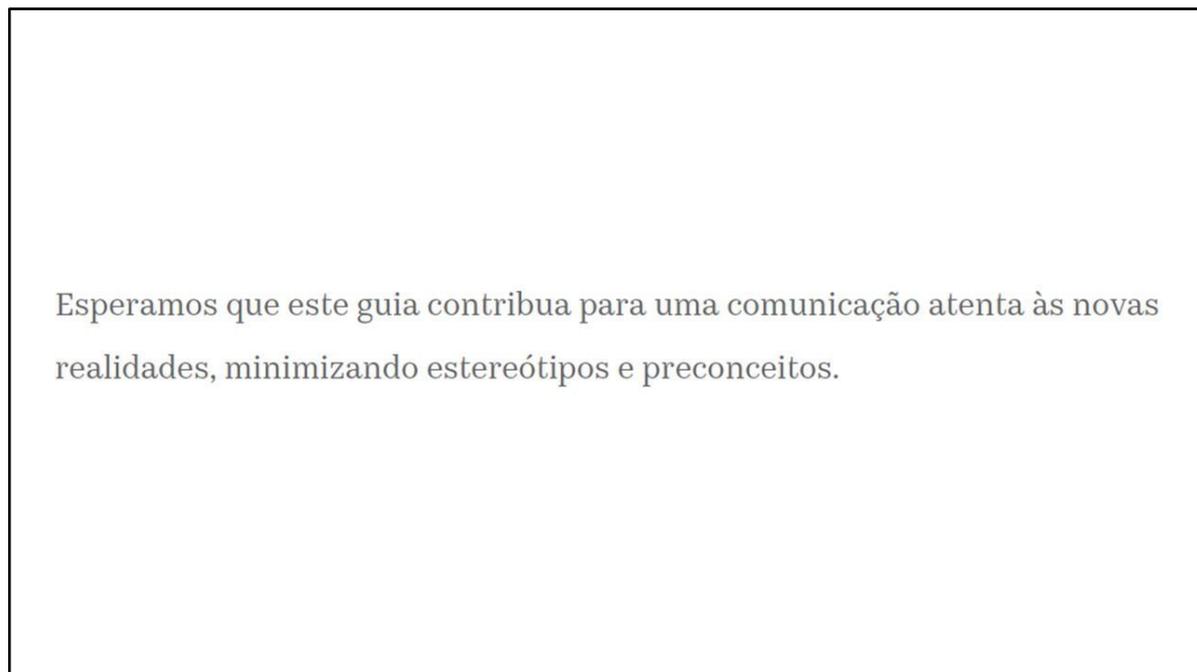
Apreendemos, a partir de SD9, que o discurso sobre a igualdade produz sentidos de inclusão e representatividade, no que se refere à promoção da transversalização dos direitos humanos, até mesmo no que compreende o uso da linguagem no TSE. Essa transversalização dos direitos humanos se dá na esfera das políticas públicas, uma vez que a legislação, o sistema jurídico em si, é responsável por ações políticas na sociedade. Nesse sentido, as implicações de tais ações políticas podem ser avaliadas pela transversalização dos direitos humanos.

De acordo com SD9, promover a transversalização dos direitos humanos no TSE é fazê-lo por meio da linguagem usada. Sendo assim, pensamos que a adequação da linguagem é proposta pelo manual, provavelmente, porque a linguagem de tal âmbito é uma linguagem que reconhece o masculino como genérico, embora mulheres ocupem tal posição político-social. Entretanto, conforme observamos em SD7, não se trata de uma preocupação com respeito aos direitos humanos de sujeitos-não binários, mas de uma reivindicação do sujeito-mulher.

Para Pêcheux e Fuchs (2014, p. 165), na sociedade capitalista, “[...] uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes”. Portanto, a partir de nossos gestos de interpretação, em SD9, compreendemos que o discurso sobre igualdade se inscreve em uma FD não binária dominante, de modo que a proposta apresentada pelo guia é incluir e representar socialmente o sujeito de direito por meio de uma linguagem adequada, a ser usada no TSE, seja em diálogos dos sujeitos que lá atuam, seja em produções escritas e visuais veiculadas pelo TSE. No entanto, não há menções que se refiram a questões de gênero especificamente, tampouco de não binaridade, apenas de direitos humanos de maneira geral.

Em seguida, explicitaremos a análise da SD11, representada abaixo pela figura 12.

Figura 12 – SD10: “Apresentação”



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, p. 2.

Sequência Discursiva 10 (SD10):

Esperamos que este guia contribua para uma comunicação atenta às novas realidades, minimizando estereótipos e preconceitos. (TSE, 2021, p. 2).

Em SD10, há uma elisão do pronome “nós”, sujeitos parte do TSE, na conjugação do verbo “esperar”, no sentido de concitar. A partir disso, o TSE se posiciona de acordo com uma comunicação “atenta às novas realidades”, a qual considera o aumento progressivo do exercício de mulheres em cargos profissionais atualmente. Sobre os “estereótipos e preconceitos” mencionados, vale dizer que não se referem a sujeitos de um gênero em específico. Tampouco se explica quais seriam esses estereótipos e preconceitos.

Entendemos que, em SD10, há uma justificativa que motiva a escolha do TSE de publicar um manual de linguagem inclusiva: o imperativo da modernidade antidiscriminatória. As “condições de produção”, as quais, conforme Orlandi (2020a, p. 29), incluem “o contexto sócio-histórico, ideológico”, nos permitem formular a interpretação de que, na sociedade brasileira atual, bem como no TSE, a ordem do dia é buscar agir de forma antidiscriminatória contra preconceitos e estereótipos.

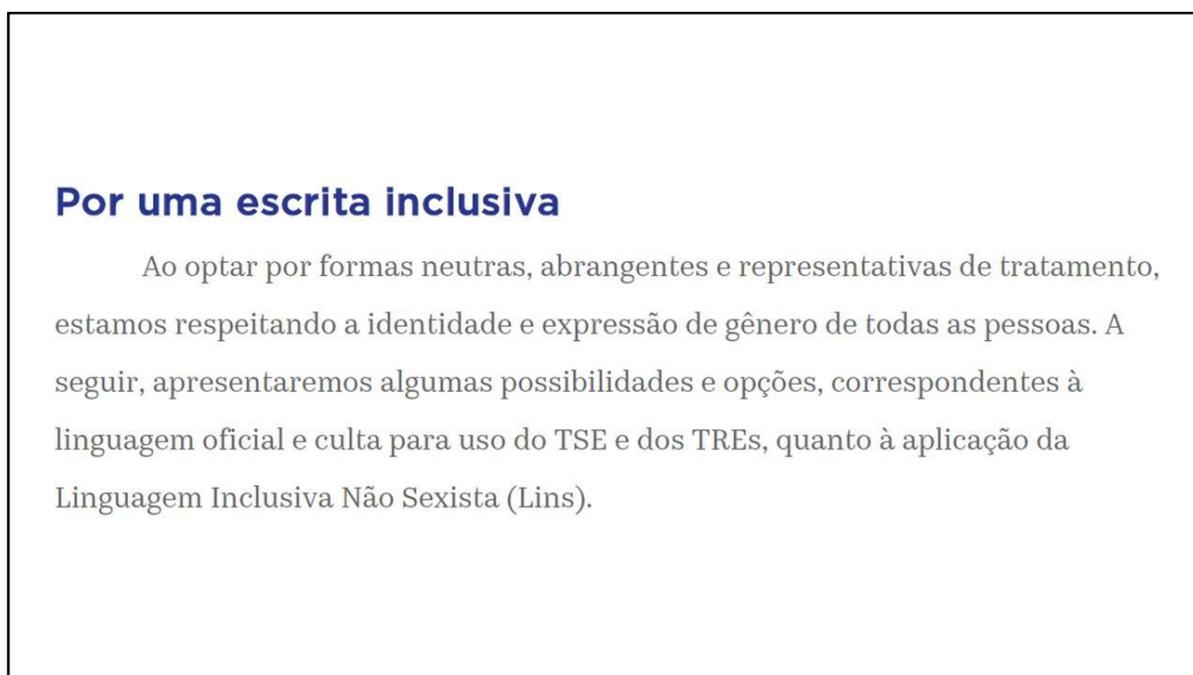
É importante pensar que isso ocorre inclusive no âmbito da linguagem, considerando que há dizeres que já não considerados aceitáveis, como dizeres machistas, racistas, discriminatórios com relação aos diversos gêneros, gordofóbicos,

discriminatórios em relação a pessoas com deficiência, entre outras formas de discriminação e exclusão social que estão latentes na atualidade.

Em SD10, analisamos que o discurso sobre igualdade se inscreve em uma FD não binária dominante, posto que, a modernidade e o combate a discriminações, baseadas em estereótipos e preconceitos, fazem parte dos sentidos de dizeres que podem e devem ser ditos. Em outras palavras, tais dizeres formam aquilo que se espera que um manual de linguagem inclusiva contenha, embora não se trate de gênero explicitamente em SD10, mas do uso da linguagem na comunicação entre os sujeitos, no TSE.

Logo abaixo, destacaremos nossa análise da SD11, em conformidade com a figura 13.

Figura 13 – SD11: “Por uma escrita inclusiva”



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, p. 4.

Sequência Discursiva 11 (SD11):

Ao optar por formas neutras, abrangentes e representativas de tratamento, estamos respeitando a identidade e expressão de gênero de todas as pessoas. A seguir, apresentaremos algumas possibilidades e opções, correspondentes à linguagem oficial e culta para uso do TSE e dos TREs, quanto à aplicação da Linguagem Inclusiva Não Sexista (Lins). (TSE, 2021, p. 4).

Compreendemos que, nos processos discursivos de SD11, há um deslocamento dos sentidos, um “deslize para outros sentidos” (ORLANDI, 2020a, p. 51), pois, ainda que a linguagem recomendada no manual vise a possibilitar a nomeação de “todas as pessoas”, tal linguagem é a linguagem inclusiva não sexista, o que nos permite interpretar que, nela, não podem estar todos os sujeitos incluídos, porque os sujeitos-não binários fazem parte de “todas as pessoas” e não se sentem representados pelas formas de nomeação binárias, calcadas no masculino/feminino.

Em SD11, o discurso sobre igualdade se inscreve ideologicamente em uma FD binária dominante, na qual os dizeres fazem circular os sentidos possíveis em uma linguagem inclusiva não sexista (LINS), considerada uma forma oficial e culta de uso da linguagem que busca tratar com respeito a “todos os sujeitos”. Entretanto, os sentidos estão à deriva, posto que a língua culta e oficial é a língua que permite a especificação de sujeitos de gêneros binários, mas não de sujeitos de gêneros não binários, também pessoas.

Finalmente, apresentaremos a análise da última SD do “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), SD12, segundo a figura 14 abaixo.

Figura 14 – SD12: “Como podemos falar de forma não sexista e neutra?”

Como podemos falar de forma não sexista e neutra?

Temos duas medidas para uma linguagem inclusiva e ampla:

- ✓ **Neutralização ou abstração de referência a gênero**
- ✓ **Especificação de gênero**

Exemplos: todas e todos, homens e mulheres, senhoras e senhores, masculino e feminino, *senhores(as)*, todos/as.

Neste guia, apresentaremos algumas sugestões encontradas. Veja algumas orientações para aplicação e uso da Lins nas comunicações verbais e não verbais.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2021, p. 4.

Sequência Discursiva 12 (SD12):

Temos duas medidas para uma linguagem inclusiva e ampla:

- Neutralização ou abstração de referência a gênero
- Especificação de gênero

Exemplos: todas e todos, homens e mulheres, senhoras e senhores, masculino e feminino, senhores(as), todos/as.

Neste guia, apresentaremos algumas sugestões encontradas. Veja algumas orientações para aplicação e uso da Lins nas comunicações verbais e não verbais (TSE, 2021, p. 4).

Em SD12, o discurso sobre igualdade produz sentidos por meio do processo discursivo de paráfrase, tal processo é aquele pelo qual, para Orlandi (2020a, p. 34), “[...] em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Esse retorno ao dizer, possibilitado pela memória e pelo que permanece, reflete a estabilização dos sentidos. Nesse caso, os sentidos sobre igualdade, em relação à linguagem inclusiva, estão estabilizados nos manuais analisados nesta pesquisa, visto que a linguagem que recomendam permite apenas a especificação do masculino e do feminino, não a especificação de gêneros não binários.

Sendo assim, desde nossos gestos de interpretação, em SD12, o discurso sobre igualdade se inscreve em uma FD binária dominante, refletindo uma regularidade observada anteriormente em nossa análise da SD5, pertencente ao “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017). Uma vez mais, as opções de reformulação de uso que possibilitam a linguagem inclusiva são a neutralização/abstração de referência ao gênero, bem como a especificação de gênero. Tais opções também foram apresentadas no manual analisado no capítulo anterior, de forma que esta regularidade, de acordo como nossa análise, emerge um processo discursivo de paráfrase, no qual o mesmo dizer reverbera novamente, em forma de já dito.

Nesse sentido, em SD12, como percebemos nos exemplos apresentados pelo manual, desdobrar os gêneros binários (masculino/feminino) não seria suficiente para nomear e representar todos os sujeitos, de todos os gêneros. Nem todos os sujeitos cabem na linguagem inclusiva de gênero e na linguagem não sexista, em função de que ela não recomenda pronomes neutros, como no caso da linguagem “neutra”, apenas recomenda pronomes femininos e masculinos.

A forma como os exemplos são apresentados em SD12 evocam sentidos que parecem iguais, mas ressoam diferentemente, tendo em vista que dizer “todas e todos” difere de dizer “homens e mulheres”, já que a ordem do masculino em primeiro lugar não é inclusiva, considerando a minorização das mulheres na sociedade

patriarcal. Igualmente, dizer “senhores(as)”, além de subverter a ordem política, coloca o feminino como menos importante, já que o desdobramento do feminino está entre parênteses, como uma informação opcional incluída, não primordial.

Vale explicitar que os exemplos de uso mencionados em SD12 não apresentam possibilidades não binárias de especificação de gênero, apenas de desdobramentos em feminino e masculino, sem esclarecer a ordem ou a melhor forma de uso (barras, parênteses, palavras completas, etc.). Nessa seção específica no manual, não há exemplos de neutralização ou abstração de referência ao gênero, apenas de especificação de gênero.

Tendo em vista a importância de visualizar, de forma mais esquematizada, os resultados desta pesquisa, elaboramos o seguinte quadro, o qual apresenta, na coluna esquerda, as FD constatadas nas SD do “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017). Por sua vez, na coluna direita, constam as FD constatadas nas SD do “Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021).

Quadro 2 – Resumo das FD referentes aos manuais analisados

“Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017).	“Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021).
SD1 – FD não binária	SD7 – FD binária
SD2 – FD binária	SD8 – FD não binária
SD3 – FD binária	SD9 – FD não binária
SD4 – FD binária	SD10 – FD não binária
SD5 – FD binária	SD11 – FD binária
SD6 – FD binária	SD12 – FD binária

Fonte: A autora.

A partir do quadro 2, é possível observar que, especificamente conforme as SD analisadas, o manual de autoria da SINUS (2017), apresenta somente uma FD não binária, sendo as cinco SD restantes pela FD binária, enquanto o manual de autoria do TSE (2021) dispõe da FD binária e não binária na mesma medida. Igualmente, é necessário enfatizar que a FI pela qual as FD são determinadas ideologicamente é, segundo nossos gestos de interpretação, a FI patriarcal, posto que produz efeitos de sentido que rejeitam a desigualdade de gênero e o falocentrismo, ou seja, o lugar do homem e do masculino, em termos gerais, como um lugar central e relevante nas condições de produção da sociedade estruturalmente patriarcal na qual vivemos, ao

mesmo tempo que não produz efeitos de sentido sobre o sujeito-não-binário, apagando-o do discurso.

Nesse sentido mais amplo, vale explicar que a FI patriarcal rege as FD binária e não binária, as quais, de forma regional, determinam o que pode e o que deve ser dito em determinadas conjunturas, nos manuais analisados nesta investigação, em especial. Na decorrência desse processo discursivo, a FD binária produz efeitos de sentido de não sexismo, bem como de visibilização das mulheres na língua, como desdobramento do masculino e do feminino. De outro modo, a FD não binária produz efeitos de sentido de igualdade de todos os gêneros existentes, na língua, assim como de diversidade de gênero, muito além da limitação do feminino e masculino.

Com o propósito de ilustrar ainda mais os resultados alcançados neste estudo, elaboramos o quadro abaixo, o qual busca considerar as FD nas SD de forma geral, sem marcar o manual ao qual cada uma das SD se refere.

Quadro 3 – Listagem das SD de FD binária e de FD não binária

FD binária (FI patriarcal)	FD não binária (FI patriarcal)
I. SD2	I. SD1
II. SD3	II. SD8
III. SD4	III. SD9
IV. SD5	IV. SD10
V. SD6	
VI. SD7	
VII. SD11	
VIII. SD12	

Fonte: A autora.

A partir do quadro 3, é possível perceber que há, nas doze SD selecionadas e analisadas, consideravelmente, a predominância da FD binária (há oito SD) em relação à FD não binária (há apenas quatro SD) no discurso, assim sendo, as SD de FD binária resultam o dobro das SD de FD não binária. De acordo com nossos gestos de interpretação, a constatação da preponderância da FD binária, em contraste com a escassez da FD não binária, pode demonstrar que há em funcionamento, no discurso sobre igualdade, a forte relação de forças sociais, em uma FI dada.

Essa relação de forças estabelece, a partir de FI, uma tensão entre o discurso de recomendação que propõe nomear todos os sujeitos ou nomear alguns sujeitos e,

consequentemente, outros não, em uma contínua relação entre o dito e o não dito, bem como entre a presença e a falta.

Com o propósito de enriquecer nossa análise relacionando conceitos caros à Linguística, especificamente à AD e à HIL, como “língua” e “linguagem”, elaboramos o quadro abaixo. Dessa forma, refletiremos sobre como a língua é significada no manual da SINUS (2017). No manual do TSE (2021), não realizamos a mesma reflexão, dado que não há menções do termo “língua” em tal manual, somente de “linguagem”.

Por isso, após a realização de um breve comentário acerca da definição de “língua”, trataremos sobre o entendimento de “linguagem”, conforme cada um dos manuais.

Quadro 4 – O discurso sobre a língua no manual da SINUS (2017)

SD1	“[...] No caso da língua portuguesa [...] possuímos uma estrutura gramatical binária, com fortes marcações de gênero.” (SINUS, 2017, p. 5).
SD2	“[...] atitude de negação da feminização da língua , invisibilizando não apenas as mulheres, mas todas as mudanças socioculturais em prol da igualdade de gênero que temos alcançado.” (SINUS, 2017, p. 6).
SD3	“[...] a invisibilização das mulheres por meio do uso que fazemos da língua gerou (e ainda gera) entraves para que elas ocupassem espaços de destaque na sociedade.” (SINUS, 2017, p. 6).
SD4	“[...] frequentemente se observam tentativas de neutralização da gramática a partir do emprego do “x”, do “@”, etc. Como outras propostas de inclusão de gênero no uso da língua , ela também busca questionar a invisibilização do feminino por meio de uma falsa ideia de universalidade contida no gênero masculino.” (SINUS, 2017, p. 7).
SD6	“Refletir sobre as possibilidades de uso inclusivo de gênero para a língua envolve, fundamentalmente, duas dimensões: (1) a especificação do gênero e (2) a neutralização ou abstração de sua referência.” (SINUS, 2017, p. 13).

Fonte: A autora.

A partir do quadro 4, compreendemos que o manual coloca a língua portuguesa como binária gramaticalmente, enquanto define apenas duas formas de uso inclusivo de gênero, os quais não contemplam pronomes apropriados a pessoas não binárias, contemplam somente as mulheres como um desdobramento do masculino. Com isso, nas SD analisadas neste estudo, as quais estão esquematizadas neste quadro para

que possamos visualizar o termo em análise, percebemos que a língua é posta como lugar de reivindicar direitos linguísticos, os quais deveriam ser destinados a todos os sujeitos.

Como dito anteriormente, analisaremos de maneira concisa o termo “linguagem” e suas possíveis significações em ambos os manuais: SINUS (2017) e TSE (2021). Para tanto, utilizaremos o quadro 5 a seguir como um recurso ilustrativo.

Quadro 5 – O discurso sobre a linguagem nos manuais analisados

(continua)

SD1	“[...] a linguagem não é neutra. Ela está inserida em um contexto de construção, reprodução e perpetuação de relações de poder que reverberam na forma como indivíduos e grupos são considerados.” (SINUS, 2017, p. 5).
SD3	“[...] se percebe a importância da linguagem inclusiva como mecanismo de combate dessa exclusão.” (SINUS, 2017, p. 6).
SD4	“Quando se trata de alternativas de linguagem inclusiva quanto ao gênero frequentemente se observam tentativas de neutralização da gramática a partir do emprego do “x”, do “@”, etc. [...] qualquer tipo de tentativa de neutralização do que não é neutro/a – nesse caso, a linguagem – imporá obstáculos àquilo que é primordial: a equidade.” (SINUS, 2017, p. 7).
SD5	“Enquanto um secretariado composto por 2/3 de liderança feminina, podemos afirmar que o uso inclusivo da linguagem nos remete empoderamento, nos remete inclusão. [...] valorizamos os questionamentos sobre a linguagem e o pensamento de que esta pode e deve evoluir.” (SINUS, 2017, p. 8).
SD7	“A linguagem , na condição de fenômeno comunicativo, reflete um contexto histórico inclusive no que diz respeito aos papéis de gênero.” (TSE, 2021, p. 2).
SD8	“Por ser uma forma de expressão e manifestação cultural, a linguagem é mutável e está em constante movimento de transformação. Molda-se às novas realidades, aos novos contextos e mesmo aos imperativos sociais de equidade.” (TSE, 2021, p. 2).
SD9	“Assim, a proposta deste guia [...] baseia-se em perspectivas que promovem a transversalização dos direitos humanos, visando a adequação da linguagem , dos diálogos e das produções escritas e visuais.” (TSE, 2021, p. 2).
SD11	“A seguir, apresentaremos algumas possibilidades e opções, correspondentes à linguagem oficial e culta para uso do TSE e dos TRES, quanto à aplicação da Linguagem Inclusiva Não Sexista (Lins).” (TSE, 2021, p. 4).

Quadro 5 – O discurso sobre a linguagem nos manuais analisados

(conclusão)

SD12	<p>“Temos duas medidas para uma linguagem inclusiva e ampla:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Neutralização ou abstração de referência a gênero; • Especificação de gênero.” (TSE, 2021, p. 4).
------	--

Fonte: A autora.

Por meio do quadro 5, entendemos que, no discurso sobre a linguagem de ambos os manuais, a linguagem é compreendida como um conceito binário, tal como o conceito de língua. Ela é tida como impossível de ser neutralizada, no entanto, contraditoriamente, se propõe a “neutralização ou abstração da linguagem de referência a gênero”, sugerindo uma possível transparência da linguagem, além da “especificação de gênero”, em busca de uma “linguagem inclusiva e ampla”. Entretanto, os únicos gêneros possíveis de serem especificados se restringem ao feminino e o masculino. Dito de outra forma: não há lugar para pessoas não binárias no discurso no uso da LINS que não seja o da generalização, a qual não menciona o gênero do sujeito, deixando em suspenso o que poderia ser dito.

Ademais, destacamos que apesar da linguagem ser considerada mutável, ela é passível de mudanças que não são da ordem da língua, como é o caso, por exemplo, de dizer “todes” e “elu” para se referir a sujeitos-não-binários, como ocorre com as mudanças de uso propostas pela linguagem inclusiva, especialmente no que concerne à linguagem não binária, já que essas mudanças dos falantes ainda não afetaram as gramáticas, os dicionários e outros instrumentos linguísticos.

As possíveis mudanças de linguagem, formas de dizer recomendadas por instrumentos linguísticos, são autorizadas pelo que está gramaticalizado, resguardado pelas “regras do bem-dizer” e da “língua culta”: o binarismo pronominal dos sujeitos. Ou seja, nos manuais analisados neste estudo, a fim de compreender como se organizam os sentidos e como os dizeres significam, por meio de processos discursivos como metáfora, paráfrase, apagamento, etc., podemos afirmar que a manualização da linguagem inclusiva ocorre a partir da gramatização, como foi possível observar na análise discursiva desenvolvida.

É importante mencionar que a realização desta pesquisa desperta a curiosidade própria do fazer científico de buscar saber se as recomendações dos manuais ocorrem, de fato, em documentos e publicações sociais, por exemplo, de

autoria das instituições SINUS e TSE, por exemplo. No entanto, tal trabalho poderia ser desenvolvido em outra pesquisa, dada a concisão prevista em um trabalho de mestrado, como no caso deste que se encerra, ainda que seja parcialmente e sob um efeito de fechamento.

Por último, a seguir, apresentaremos nossas considerações finais sobre este estudo, o qual, sob o efeito discursivo da “polissemia” (ORLANDI, 2020a), isto é, a possibilidade múltipla de sentidos oriundos de um mesmo dizer, poderia ser desenvolvido de diversas outras formas, por analistas diferentes, em condições de produção distintas. Portanto, nesta pesquisa em especial, buscamos analisar o discurso sobre igualdade de gênero através do “manual” (PUECH, 1998), um instrumento linguístico que pode ser bastante produtivo para as pesquisas linguísticas realizadas no Brasil, principalmente no que tange à manualização da linguagem inclusiva em instituições políticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como efeito final desta pesquisa, compreendemos que o discurso, funcionando como um processo em curso e, também, uma prática, se manifesta de formas diversas nas materialidades possíveis de serem analisadas. Tais formas, nos permitem entender o processo de manualização como dotado de efeitos de sentido, que se produzem em uma discursividade específica de manuais de linguagem inclusiva de gênero. Dito isso, é necessário enfatizar que esses manuais surgem a partir do início da segunda década do século XXI, no Brasil, implicando em determinadas condições de produção do discurso veiculado nesses instrumentos linguísticos.

De acordo com Filho (2022d), a polêmica em torno da linguagem não binária/linguagem “neutra”, diz respeito muito mais a questões políticas do que linguísticas. Para o analista de discurso, isso não quer dizer que linguistas não possam pesquisar acerca desse tipo de linguagem, mas sim que não devem investigar em busca de abarcar um todo inalcançável, já que nem tudo é linguagem, não cabendo à linguística tudo explicar.

Para Filho (2022d), a ética da linguística consiste no reconhecimento da finitude, de que não é possível para linguistas que se detenham a explicar ou esclarecer o uso da linguagem não binária/linguagem “neutra”, posto que não se trata de uma questão linguística, mas sim de uma questão em que o linguístico é convocado, segundo o autor, como “[...] objeto de uma disputa ideológica” (FILHO, 2022d, p. 19).

Nosso caminho de pesquisa, desde o início da escrita deste texto, que tematiza a linguagem inclusiva de gênero, parte das definições de conceitos basilares para este estudo, como no caso dos conceitos de “gênero”, “discurso” e “língua”. A partir da reflexão sobre tais conceitos, entendemos, na essencialidade desta pesquisa, que tratar da legislação sobre a linguagem inclusiva de gênero no Brasil pode nos mostrar o quanto o jurídico assujeita, de forma que o sujeito de direito é um sujeito determinado pelo Estado, que legisla sobre aquilo que se deve ou não dizer.

Com a finalidade de compreender como os manuais são conceituados, bem como de que forma os processos de manualização e de gramatização do saber linguístico ocorrem, recorreremos aos estudos no campo do saber da HIL. Em uma articulação entre a AD e a HIL, nos propomos a analisar algumas SD, sabendo que o discurso em análise compõe materialidades bastante específicas, as quais concernem

em manuais digitais de linguagem inclusiva de gênero brasileiros que formam parte do *corpus* deste estudo, de autoria da SINUS (2017) e do TSE (2021), instituições de grande envergadura política nacional.

Desde nossos gestos de interpretação, no caso dos dois manuais analisados, a saber: “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017) e “Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero: Aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), entendemos que o processo de manualização do saber linguístico ocorre de forma que a linguagem recomendada é uma linguagem não sexista, que prioriza a visibilização do feminino, do sujeito-mulher. No entanto, é crucial explicitar que tal linguagem não é uma linguagem que busca visibilizar um gênero neutro, do sujeito-não-binário.

Com isso, conforme as condições de produções da publicação dos manuais, o discurso sobre inclusão, que analisamos por meio das sequências discursivas elaboradas, se inscreve ideologicamente em uma FI patriarcal, que regula o que pode e deve ser dito sobre inclusão em uma FD binária e em outra FD não binária, apresentando distintos funcionamentos discursivos, como explicaremos a seguir.

Consideramos que, na FD binária, o discurso produz efeitos de sentido sobre a inclusão do sujeito-mulher, enquanto na FD não binária, o discurso produz efeitos de sentido acerca da inclusão do sujeito-não-binário. No entanto, não tratando de um terceiro gênero, considerado neutro, mas sim não especificando gênero algum, apagando a marcação do gênero da discursividade. Esse apagamento caracteriza a linguagem não sexista, a qual recomenda o uso do desdobramento em feminino/masculino (binário) ou a ausência de marcação de gênero, por meio de termos impessoais.

A fim de especificar as FD nas quais o discurso sobre inclusão se inscreve nesta análise, vale dizer que no primeiro manual analisado, intitulado “Manual de linguagem inclusiva” (SINUS, 2017), publicado pela Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, o discurso sobre inclusão se inscreve, majoritariamente, em uma FD binária dominante.

Por fim, também é importante considerar que, no segundo manual analisado, intitulado “Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero: Aplicação e uso com foco em comunicação social” (TSE, 2021), publicado pelo Tribunal Superior Eleitoral, o discurso sobre inclusão se inscreve ora em uma FD binária dominante, ora em uma FD não binária dominante.

Nos posicionamos teoricamente em consonância com a concepção de que não há neutralidade no uso do masculino genérico, visto que “[...] tudo que é falado, expressado possui significado e vai representar uma demanda e silenciar outra, como no caso da utilização do masculino como *neutro*, em que silencia e apaga mulheres e pessoas trans não-binárias dos discursos” (LAU, 2017, não paginado, grifos do autor).

Para além do “correto/incorreto”, é possível pensar que enunciar de forma considerada inclusiva oral, política e, muitas vezes, publicamente, é a reivindicação legítima da linguagem inclusiva, mais do que uma reivindicação gramatical, ou seja, como uma luta pela inclusão de um tópico que deveria ser tratado, inclusive, em gramáticas. Dessa maneira, tal inclusão seria uma consequência tardia do uso popular na língua oral, que passaria da língua oral para escrita, considerada culta.

Para Cavalcanti (2022, p. 93), “reconhecer o uso da linguagem neutra como um dialeto válido é reconhecer a identidade dos indivíduos que se reconhecem como não binários”. No entanto, acreditamos que é indispensável questionar de que forma a inclusão de um gênero gramatical, o qual tem como finalidade visibilizar sujeitos-não binários no discurso, poderia afetar a luta feminista que busca visibilizar o feminino na língua.

Bastaria usar apenas o gênero neutro para não marcar os sujeitos e generalizá-los? Ou seria necessário desdobrar em neutro, feminino e masculino, como dizendo “*todes, todas e todos*”, por exemplo, para representá-los, mesmo que não haja uma nomeação para cada um? Nesse caso, nos parece que os gêneros binários (feminino e masculino) seguem tendo mais visibilidade que os diversos gêneros não binários, que estão todos contemplados em um suposto gênero “neutro”.

Se é necessário nomear os sujeitos diretamente, onde estaria o lugar do pronominal (entre outras classes gramaticais que se modificam com a linguagem não binária) do sujeito-não-binário na língua? Para aprofundar essa reflexão, nos posicionamos de acordo com a linguista Raquel Meister Ko. Freitag (2022, p. 70, grifos da autora):

Se *todes* é a forma para quem não quer ser identificado pelo gênero, ela também é uma forma de igualdade. Mas neutralizar o gênero para quem quer se identificar por seu gênero, trocando *todos* por *todes*, é trocar uma hegemonia por outra. E nessa história, as mulheres acabam mais uma vez marginalizadas e excluídas. Assim como não é consenso entre as vertentes do movimento LGBTQI+ que *todes* deve neutralizar gênero, não é consenso entre as vertentes do movimento feminista que a neutralização por *todes* seja representativa da identidade de gênero feminina.

Portanto, considerando os embates histórico-sociais que afetam os sujeitos de maneiras distintas, é possível conceber que a tentativa de representar a mulher na língua e, também, representar pessoas que não se identificam como mulher e homem apenas, como no caso das pessoas não binárias, pode ser algo necessário em termos de lutas sociais pela representatividade linguística. Ademais, muitas vezes é preciso identificar os sujeitos, considerando sua subjetividade particular com respeito ao gênero, em busca de uma não ambiguidade em relação a quem eles são, à medida que a informação em referência ao gênero seja realmente necessária, em práticas sociais específicas.

REFERÊNCIAS

ABRALIN. **RESPOSTA – DECRETO Nº 1329 DE 15/06/2021 (SC)**. Disponível em: <http://www.abralin.org/site/resposta-decreto-no-1329-de-15-06-2021-sc/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

ALARIO, Carmen; BENGOCHEA, Mercedes; LLEDÓ, Eulalia; VARGAS, Ana. **Nombra**: la representación del femenino y el masculino en el lenguaje. 1. ed. Espanha: Gráficas Rodríguez, 1995. Disponível em: <https://www.inmujer.gob.es/areasTematicas/educacion/publicaciones/serieLenguaje/docs/nombra.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estados (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

BALDINI, Lauro. RIBEIRO, Thales de Medeiros. RIBEIRO, Karine de Medeiros. História das Ideias Linguísticas e Análise do Discurso: o corte epistemológico. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 52, jul./dez., p. 15-33, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/35763>. Acesso em: 07 maio 2022.

BEAUVOIR. Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1998/leicomplementar-95-26-fevereiro-1998-363948-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.313/91, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 604, de 27 de outubro de 2021**. Brasília: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-604-de-27-de-outubro-de-2021-355520548.htm>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 188, de 04 de novembro de 2015.**

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a linguagem inclusiva na legislação e em documentos oficiais. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. Disponível em:

http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1558123&filename=Avulso+-PLP+188/2015. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 306, de 31 de agosto de 2005.** Determina o uso da linguagem inclusiva para cargos na Administração Pública brasileira. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3670080&ts=1559266143232&disposition=inline>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CAÊ, Gioni. **Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa.**

2020. Disponível em:

https://www.academia.edu/43853544/Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_L%C3%ADngua_Portuguesa. Acesso em: 13 out. 2022.

CAVALCANTI, Silvia. A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022. p. 73-93.

CENTRO PAULA E SOUZA. **Guia de comunicação inclusiva.** Governo do Estado de São Paulo; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, São Paulo, 2022.

Disponível:

<https://bkpsitecpsnew.blob.core.windows.net/uploadsitecps/sites/1/2022/06/guia-comunicacao-inclusiva-cps.pdf>. Acesso: 09 set. 2022.

CERVERA, María Julia Pérez; FRANCO, Paki Venegas. **Manual para el uso no sexista del lenguaje**: lo que bien se dice... bien se entiende. 4. ed. Ciudad de México: Mc Editores, 2011.

CRUZ, Camilla Machado. O processo de manualização do saber linguístico em um manual de linguagem inclusiva institucional brasileiro: uma análise discursiva. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 5., 2021, Recife/Pernambuco. **Anais [...]** Recife/Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2021. p. 1-4. Disponível em:

https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_750e6eee9ae142449c948ce59885c6ca.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

CRUZ, Camilla Machado. **Políticas linguísticas inclusivas no “Guía para un uso de Lenguaje no sexista en la Universidad de la Rioja”**: uma análise semântico-enunciativa. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras — Habilitação — Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola) — Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Linguagem inclusiva.** 2018. Disponível em:

https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Cartilha/Linguagem_Inclusiva.pdf. Acesso em 22 jun. 2022.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 44, v. 3, p. 972-982, set./dez. 2015. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/1030/611>. Acesso em: 14 jun. 2022.

FERNÁNDEZ, María Ángeles Calero. **Sexismo lingüístico**: análisis y propuestas ante la discriminación sexual en el lenguaje. Madrid: Narcea Ediciones, 1999.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. A Análise de Discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. **Fragmentum**, Santa Maria, n. especial, p. 17-47, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36580>. Acesso em: 10 maio 2022.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. **Entremeios**, Pouso Alegre, v. 11, n. jul/dez, p. 75-98, 2015. Disponível: www.entremeios.inf.br/published/300.pdf. Acesso em: 11 maio 2022.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. A linguagem e o neutro. **Revista Digital da Parábola**, São Paulo, não paginado, 2022c. Disponível em: https://www.academia.edu/78593806/A_linguagem_e_o_neutro_. Acesso em: 16 out. 2022.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. A linguagem neutra e a ética da Linguística. **Revista Digital da Parábola**, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 14-19, 2022d. Disponível em: http://www.academia.edu/76424867/A_linguagem_neutra_e_a_ética_da_linguística. Acesso em: 26 set. 2022.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. Althusser, Pêcheux e as estruturas do desconhecimento. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 6. 2013, Porto Alegre/Rio Grande do Sul. **Anais [...]** Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, não paginado. Disponível em: www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/AlthusserPecheux.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. A resistência do arquivo. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 8. 2017, Recife/Pernambuco. **Anais [...]** Recife/Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2017, p. 1-5. Disponível em: https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_bf641b394c43a0804367be7b78de2d.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. Ler o arquivo em Análise de Discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, n. 00, p. 1-22, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8664658>. Acesso em: 20 set. 2022.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. Projetos de lei contrários à linguagem neutra no Brasil. *In*: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. 1. ed. Parábola: São Paulo, 2022b. p. 141-160.

FISCHER, André. **Manual de linguagem inclusiva**: Uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas. São Paulo: Tecidas Consultoria 360, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/53286874/Manual_Prático_de_Linguagem_Inclusiva_Um_a_rápida_reflexão_12_técnicas_básicas_e_outras_estratégias_semânticas. Acesso em: 12 jun. 2022.

FISCHER, André. **Manual ampliado de linguagem inclusiva**: técnicas e reflexões sobre como escrever e falar sem reforçar preconceitos de gênero, orientação sexual, cor/raça, xenofobia, ageísmo e capacitismo. São Paulo: Matrix, 2021.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Conflito de regras e dominância de gênero. *In*: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2022. p. 53-71.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Sexismo linguístico e o processo de manualização: a presença do feminino e da mulher na língua. **Fragmentum**, Santa Maria, n. Especial, p. 141-159, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36587>. Acesso em: 17 jan. 2022.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 17, n. 35, p. 86-106, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11505>. Acesso em: 14 fev. 2022.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A marcha das vadias e a posição-sujeito-mulher: uma resistência constitutiva. *In*: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICO Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 17., 2014a, João Pessoa/Paraíba. **Anais [...]**. João Pessoa/Paraíba: ALFAL, 2014a. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0466-2.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância?. **Estudos Linguísticos**, v. 43, n. 3, p. 1041-1055, 2014b. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/504/0>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GARCIA, Dantielli Assumpção. VENSON, Ana Paula Reckziegel. O crime de estupro e seu(s) silêncio(s): uma análise discursiva do enunciado legal do delito. **Policromias — Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 263-293, set./dez. 2022. Disponível em:

<http://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/56204>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GLOZMAN, Mara. Contribuições para intervir na esfera pública: projeto de lei sobre linguagem inclusiva de gênero. *In*: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. 1. ed. Parábola: São Paulo, 2022. p. 161-175.

GLOZMAN, Mara. Definiciones de lengua y proyectos de país durante el segundo gobierno peronista (1952-1955). *In*: COLOQUIO DE INVESTIGADORES EN ESTUDIOS DEL DISCURSO, 4., 2009, Córdoba/Argentina. **Anais [...]** Córdoba/Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 2009. Não paginado. Disponível em: <https://aledar.fl.unc.edu.ar/files/Glozman-M1.pdf>. Acesso em: 31 set. 2022.

GLOZMAN, Mara. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista. **Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía; Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia**, Buenos Aires, v. 8, p. 111-138, 2021. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/127946>. Acesso em: 05 out. 2022.

GLOZMAN, Mara. Lenguaje y movimiento feminista: crítica del idealismo lingüístico. **Revista Zigurat**, Buenos Aires, v. 29, n. 5, p. 1-8, 2019a. Disponível em: https://www.revistalatinamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2021/03/La-ilusión-del-todo_Mara-Glozman.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

GLOZMAN, Mara. Las capas del lenguaje inclusivo. **Ojo Mocho**, Buenos Aires, v. 8, n. 8, p. 100-105, 2019b. Disponível em: https://elojomocho.files.wordpress.com/2019/12/ojomochon8_verano2019_2020.pdf. Acesso: 05 maio 2022.

GUILHAUMOU, Jacques. Entrevista com Jacques Guilhaumou: Um trajeto em Análise de Discurso em torno da materialidade discursiva. [Entrevista cedida a] Contradit. **Encontros na Análise de Discurso**: efeitos de sentidos entre continentes, Campinas: Editora Unicamp, 2019. p. 161-205.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

HBO. **Guia de linguagem inclusiva**: Todxs Nós. São Paulo: Home Box Office, 2020. Disponível em: <https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

HENRY, Paul. Entrevista com Paul Henry: “A teoria fazia parte da luta de classes, ou melhor, não escapava da luta de classes”. [Entrevista cedida a] Guilherme Adorno. **Encontros na Análise de Discurso**: efeitos de sentidos entre continentes, Campinas: Editora Unicamp, 2019. p. 205-243.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1 ed. São Paulo: Perspectivas, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL**. Maceió: IFAL, 2018. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf>. Acesso: 10 abr. 2022.

KALINOWSKI, Santiago; SARLO, Beatriz. **La lengua en disputa: Un debate sobre el lenguaje inclusivo**. Buenos Aires: EGodot, 2019.

LAU, Diego Héilton. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL: SABERES/TRANS/VERSAIS CURRÍCULOS UNIVERSITÁRIOS E PLURALIDADES DE GÊNERO, 5. 2017, Maringá/Brasil. **Anais [...]** Maringá/Brasil: Universidade Estadual de Maringá, 2017, não paginado. Disponível em: eventos.idvn.com.br/sies2017/trabalhos/3112/o-uso-da-linguagem-neutra-como-visibilidade-e-inclusao-para-pessoas-trans-nao-binarias-na-langua-portuguesa-a-voz-adelsa-ou-adelxs-a-voz-adelusa. Acesso em: 12 set. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2017.

MALDIDIER, Denise. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 69-105.

MAZIÈRE, Francine. **A Análise do Discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MEDEIROS, Laís Virgínia Alves Medeiros. O acontecimento da linguagem inclusiva: uma análise discursiva. *In*: MUNDOS DE MULHERES & SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 11., 2017, Florianópolis/Brasil. **Anais [...]** Florianópolis/Brasil: Universidade de Santa Catarina, 2017. p. 1-12. Disponível em: www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares. Acesso em: 04 set. 2022.

MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. **Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MERLINI, Sara. As formações discursivas da experiência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. eletrônico, n. 66, p. 1-17, 2022. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cpa/a/5Pq5yV4zCDGPj6JgKqzYtdh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. **Das sombras às cores**: análise discursiva do dicionário LGBTs Aurélia. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: www.ppglinguistica.letras.ufrj.br/images/Linguistica/3-Doutorado/teses/2018/jonathan_moura_tese2.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. A língua popular tem razões que os gramáticos desconhecem. *In*: **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Editora Insular, 2002. p. 75-82.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982/7396>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. *In*: **Política Lingüística no Brasil**. Pontes: Campinas, 2007. p. 7-10.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Entrevista com Eni Orlandi: “Penso que toda história intelectual começa antes de começar”. [Entrevista cedida a] **Contradit. Encontros na Análise de Discurso**: efeitos de sentidos entre continentes, Campinas: Editora Unicamp, 2019. p. 21-90.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e os efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2020b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua imaginária e língua fluida. *In*: **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009. p. 11-19.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014d. p. 307-315.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014c. p. 59-106.

PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma Disciplina de Interpretação (A Análise de Discurso na França). *In*: Pêcheux, Michel. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015a. p. 227-230.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 57-67.

PÊCHEUX, Michel. Linguística e Marxismo: Formações ideológicas, aparelhos ideológicos do Estado, formações discursivas. **Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes**. Campinas: Editora Unicamp, 2019. p. 307-325.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento?**. 7 ed. Campinas: Pontes, 2015b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre (org.). **Papel da memória**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015c. p. 43-51.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1957). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam Online de Português Contemporâneo**. 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: 3 maio 2022.

PUECH, Christian. Manuélistation et disciplinarisation des savoirs de la langue. **Les Carnets du Cediscor**, Paris, n. 5, p. 15-30, 1998. Disponível em: <http://cediscor.revues.org/267>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PORTUGAL. **Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Presidência do Conselho de Ministros, 2009. Disponível em: http://cidadaniaemp Portugal.pt/wp-content/uploads/recursos/Guia_ling_mulhe_homens_Admin_Publica.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. *In*: **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2002. p. 93-111.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual nº 49.994, de 27 de dezembro de 2012**. Estabelece a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2012. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2049.994.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 14.484, de 30 de janeiro de 2014**. Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2014b. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.484.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz... bem se entende. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria de Políticas para Mulheres, 2014a. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

ROBIN, Régine. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1.329, de 15 de junho de 2021**. Veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleção e concursos públicos a utilização, em documentos escolares oficiais e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas. Disponível em: leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-1329-2021-santa-catarina-veda-expressamente-a-instituicoes-de-ensino-e-bancas-examinadoras-de-selecao-e-concursos-publicos-a-utilizacao-em-documentos-escolares-oficiais-e-editais-de-novas-formas-de-flexao-de-genero-e-de-numero-das-palavras-da-lingua-portuguesa-em-contrariedade-as-regras-gramaticais-consolidadas. Acesso em: 24 abr. 2022.

SANTA MARIA. **Projeto de Lei nº 9311/2021, de 25 de outubro de 2021**. Estabelece o direito dos estudantes da Educação Básica do Município de Santa Maria ao aprendizado da Língua Portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, e dá outras providências. Santa Maria: Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/tramitacoes/1/76866>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SAUSSURE. Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultix, 1975.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Publicação independente, 2019.

SILVA, Jacilene Maria. **Movimento das mulheres e feministas**: o feminismo no (do) Brasil. Recife: Publicação independente, 2020.

SINUS. **Manual de linguagem inclusiva**. Brasília: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2017. 14 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/62751310-Manual-de-linguagem-inclusiva-sinus-2017.htm>. Acesso em: 22 fev. 2022.

TSE. **Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero**: aplicação e uso com foco em comunicação social. 1 ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. 17 p. Disponível em: <https://eadeje.tse.jus.br/mod/resource/view.php?id=15507>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TSE. **O TSE** - Tribunal Superior Eleitoral. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/sobre-o-tse/apresentacao>. Acesso em: 07 nov. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Guia de comunicação inclusiva**. 2019.
Disponível em:

VIPI, Angelo; LIBI, Fred. **Aurélia**: a dicionária de língua afiada. 1 ed. São Paulo:
Editora do Bispo, 2006.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Uma língua de estado não sexista:
descolonizando a língua oficial da dominação sexual. *In*: SIMPÓSIO MUNDIAL DE
ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 5., 2017, Salento/Itália. **Anais** [...] Salento/Itália:
Universal del Salento, 2017. p. 505-522. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/dvaf/article/view/17802>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ZENNI, Brunno José. **Alteração de nome e gênero no registro civil**: agora basta
apenas a vontade - Jus.com.br | Jus Navigandi. 2020. Disponível em:
<https://jus.com.br/artigos/79619/alteracao-de-nome-e-genero-no-registro-civil>.
Acesso em: 03 out. 2022.

APÊNDICE A – ARQUIVO DE PESQUISA: LISTA DE MANUAIS/GUIAS DE LINGUAGEM INCLUSIVA NÃO SELECIONADOS PARA ANÁLISE

- 1) **Manual para o uso de uma linguagem não sexista:** o que bem se diz... bem se entende (RIO GRANDE DO SUL, 2014a);
- 2) **Manual de Linguagem Inclusiva para Edital de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL** (INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, 2017);
- 3) **Linguagem Inclusiva** (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2018);
- 4) **Guia de comunicação inclusiva** (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019);
- 5) **Manual para o uso da linguagem neutra da língua portuguesa** (GIONI CAÊ, 2020);
- 6) **Guia de linguagem inclusiva. Todxs Nós.** (HOME BOX OFFICE, 2020);
- 7) **Manual de linguagem inclusiva:** Uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas (FISCHER, 2020);
- 8) **Manual ampliado de linguagem inclusiva:** técnicas e reflexões sobre como escrever e falar sem reforçar preconceitos de gênero, orientação sexual, cor/raça, xenofobia, ageísmo e capacitismo (FISCHER, 2021).

ANEXO A – QR CODE PARA ACESSO DIGITAL AO “MANUAL DE LINGUAGEM INCLUSIVA” (SINUS, 2017)



ANEXO B – QR CODE PARA ACESSO DIGITAL AO “GUIA DE LINGUAGEM INCLUSIVA PARA FLEXÃO DE GÊNERO: APLICAÇÃO E USO COM FOCO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL” (TSE, 2021)

